



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

ROBERTA LÚCIA SANTOS DE OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO PELAS ANTENAS DE TV: NARRATIVA HISTÓRICA DA
IMPLANTAÇÃO DO TELENSINO NO CEARÁ (1973-1979)**

**FORTALEZA
2014**

O48e

Oliveira, Roberta Lúcia Santos de.

A educação pelas antenas de TV : narrativa histórica da implantação do telensino no Ceará (1973-1979) / Roberta Lúcia Santos de Oliveira. – 2014.

149 f. : il. ; 21 x 29,7.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2014.

Área de concentração: História e Memória da Educação.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade.

1. Telensino no Ceará. 2. Educação no Ceará. 3. Memória da Educação. 3. História da Educação no Ceará. I. Título.

CDU: 37.018.43(813.1)

ROBERTA LÚCIA SANTOS DE OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO PELAS ANTENAS DE TV: NARRATIVA HISTÓRICA DA
IMPLANTAÇÃO DO TELENSINO NO CEARÁ (1973-1979)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação Brasileira. Área de concentração: História e Memória da Educação, da linha de pesquisa História Educacional.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade

FORTALEZA

2014

ROBERTA LÚCIA SANTOS DE OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO PELAS ANTENAS DE TV: NARRATIVA HISTÓRICA DA
IMPLANTAÇÃO DO TELENSINO NO CEARÁ (1974-1979)**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Brasileira, na Área de Concentração: História e Memória da Educação.

Aprovada em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes
Universidade Federal de Alagoas

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho ao meu marido Carlos Alberto, e aos meus filhos Juliana, Fernanda e Dante, pois, sem o apoio e o incentivo deles, cursar o Mestrado e cumprir com todas as obrigações acadêmicas seria impossível.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, devemos sempre agradecer a Deus pelo dom da vida, pois sem ela nada seríamos.

Meu agradecimento mais do que especial ao meu orientador, Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade, que com sua sabedoria, tranquilidade e bom senso me conduziu durante o Mestrado. Seus conselhos e orientações foram essenciais à minha formação acadêmica, sem eles esse trabalho não teria finalizado. Muito obrigada por tudo, professor Ari!

Agradeço aos meus pais, José Afonso e Vitória, por poderem me proporcionar acesso a uma educação que me possibilitou chegar até aqui. E que esse seja apenas o começo de uma trajetória. Amo vocês. Obrigada!

Agradeço ao meu esposo Carlos Alberto, pelo incentivo, paciência, apoio e compreensão dados durante essa caminhada. Isso foi fundamental para que eu atingisse o objetivo traçado. O sucesso alcançado não é só meu, é de todos nós!

Agradeço aos meus filhos Juliana, Fernanda e Dante por compreenderem minha ausência, mesmo estando fisicamente presente, durante tanto tempo. Espero servir de exemplo para vocês seguirem sempre em frente em busca de seus objetivos.

Agradeço a minha chefe, Dra. Silvana Figueiredo, por acreditar em meu potencial e me incentivar a cursar o Mestrado. Sem sua ajuda não teria sido possível conciliar trabalho com os estudos e, finalmente, concluir o mestrado.

Agradeço ao Prof. Dr. José Rogério Santana pelo incentivo dado para que eu cursasse o mestrado. O incentivo e a cobrança para que eu estudasse para a seleção foi de extrema importância para mim. Obrigada Rogério!

Agradeço a todos os meus colegas do Núcleo de História e Memória da Educação – NHIME, em especial a Karla Colares e Dijane Rocha, porque, sem nossos encontros para os estudos durante os sábados, talvez eu não conseguisse passar nessa seleção. Dijane, muito obrigada por me ensinar como eu deveria estudar para a prova do Mestrado.

Agradeço ao meu amigo José Hugo por estar sempre disposto e solícito a fazer as traduções pedidas.

Agradeço a todos os meus amigos e familiares que torceram pelo meu sucesso, mandando sempre energias positivas.

Agradeço a professora Rita Facó e também ao professor Humberto Cunha, por me receberem e me doarem parte do seu tempo me concedendo uma entrevista.

A todos, o meu muito obrigada!

O passado tem uma realidade existencial impossível de ser captada, é verdade, mas na medida em que melhor compreendemos a realidade educacional de hoje, suas estreitas relações com o econômico, o político e o social, poderemos ler melhor a história da educação inscrita na história da educação escrita.

Eliane Marta Teixeira Lopes (1989, p. 62)

RESUMO

Este estudo tem como objeto o Sistema Telensino no Estado do Ceará, no período compreendido entre 1973 a 1979. Ou seja, desde o ano de sua implantação até o final da década de 1970. O primeiro pressuposto justificador dessa pesquisa foi o interesse pessoal. Outro pressuposto importante foi a viabilidade da pesquisa, pois a relevância do tema possibilitava a existência fontes para a realização da pesquisa. Podemos elencar como outra justificação a importância social e educacional desse trabalho, pois contribuirá para preservação da história e da memória da educação cearense no período citado. Este estudo teve como objetivos construir uma narrativa histórica do Sistema Telensino no Estado do Ceará, colaborando para a preservação da memória da educação; destacar os caminhos pedagógicos e os embates políticos na implantação de tal Sistema, na década de 1970; identificar o cenário político, econômico, social e educacional do Estado do Ceará, na década de 1970, para refletir a implantação do Telensino; destacar as características pedagógicas do sistema Telensino à luz dos sujeitos sociais imbricados no processo. A pesquisa foi de natureza historiográfica e contemplou, também, relatos orais. Utilizamos, além de fontes documentais, as falas dos sujeitos sociais imbricados no processo pedagógico de implantação do Telensino no Ceará, na referida década. Esta dissertação está dividida em três capítulos: 1) **O Ceará na década de 1970:** contexto socioeconômico, político e educacional; 2) **O Telensino como caminho para a educação no Ceará;** e 3) **O Telensino à luz dos sujeitos que viveram a experiência.** Os sujeitos foram escolhidos em razão de seus envolvimentos com a temática e o período da pesquisa. Para tanto, usamos as técnicas de entrevistas semiestruturada. A pesquisa foi desenvolvida em quatro partes, divididas da seguinte maneira: Diálogo Historiográfico, Pesquisa de Campo, transcrição das entrevistas e escrita da dissertação. Diante da análise dos documentos e entrevistas, pode ser notado que o Telensino alcançou um público muito maior do se propôs inicialmente que era levar educação aos municípios cearenses mais distantes e localidades de difícil acesso, para suprir a carência de professores habilitados, pois não só levou o ensino de Primeiro Grau a essas localidades, como também auxiliou na expansão da graduação, a partir do momento que as disciplinas do Ciclo Básico fossem ministradas pela televisão. Destacamos, também, que o número de sujeitos atendidos pelo sistema cresceu durante todo o período pesquisado.

Palavras-chave: Educação; História da Educação; Telensino.

ABSTRACT

This study has as its object the Telensino System in the State of Ceará, in the period between 1973 to 1979. In other words, since the year of its implementation by the end of the 1970s. The first assumption of this research was the personal interest. Another important assumption was the viability of the research, because the relevance of the subject enabled the existence of sources for the research. We can list as another justification for the social and educational importance of this study, so it will contribute to preserving the history and memory of Ceará education, in the 1970s. This study aimed to construct a historical narrative of Telensino System in the State of Ceará, collaborating to preserving the memory of education; to contrast the educational ways and political clashes in deploying such a system, in the 1970s; to identify the political, economic, social and educational scenery of the state of Ceará, in the 1970s, to reflect the implementation of Telensino; to contrast the pedagogical features Telensino system in the light of social subjects intertwined in the process. The research was historiographical nature and also included oral reports. We used in addition to documentary sources, the speeches of interwoven social subjects in the educational process of implementation of Telensino in Ceará, in the 1970s. This dissertation is divided into three chapters: 1) Ceará in the 1970s: socio-economic, political and educational context ; 2) The Telensino as a way to education in Ceará; and 3) The Telensino the light of the subjects who lived the experience. The subjects were chosen because of their involvement with the topic and the research period. For this reason, we used the techniques of semi-structured interviews. The research was conducted in four parts, divided as follows: Historiographical Dialogue, Search Field, transcription of the interviews and the writing of the dissertation. Based on the analysis of documents and interviews, can be noticed that the Telensino reached a much larger audience than it was initially proposed that it was to take education to the farthest municipalities of Ceará and places of difficult access, to supply the lack of qualified teachers, because they not only took teaching of First Grade at these locations, as well as they assisted in the expansion of undergraduate, from the moment on that the disciplines of Basic Course were taught by television. We emphasize, also that the number of individuals served by the system grew throughout the period surveyed.

Keywords: Education; History of Education; Telensino.

LISTA DE SIGAS

ARENA Aliança Renovadora Nacional
BEC Banco do Estado do Ceará
CA Centro Acadêmico
CEB's Comunidades Eclesiais de Base
CEE Conselho Estadual de Educação
CENEC Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
CONTEL Conselho Nacional de Teleducação
CPT Comissões Pastorais da Terra
DCE Diretório Central dos Estudantes
DENTEL Departamento Nacional de Telecomunicações
FAI Ficha de Avaliação Integrada
FDC Fundo de Desenvolvimento do Ceará
FUNEDUCE Fundação Educacional do Estado do Ceará
FUNEFOR Fundação Educacional de Fortaleza
FUNTELC Fundação Teleducação do Estado do Ceará
IFCE Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDB Movimento Democrático Brasileiro
MFPA Movimento Feminista pela Anistia
OEA Organização dos Estados Americanos
PCdoB Partido Comunista do Brasil
PEE Plano Estadual de Educação
PLACEG Plano de Governo do Estado do Ceará
PLAMEG Plano de Metas Governamentais
PLANDECE Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Estado do Ceará
PND Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
PND Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico
PSEC Plano Setorial de Educação e Cultura
PSECD Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto
SACI Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares
SEDUC Secretaria Estadual de Educação do Estado do Ceará
SNI Serviço Nacional de Informações
SUCAM Supervisão de Campo
SUCEN Supervisão Central
TVE Televisão Educativa
UECE Universidade Estadual do Ceará
UFC Universidade Federal do Ceará
UHF Ultra High Frequency ou Frequência Ultra Alta
UMES União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas
UNE União Nacional dos Estudantes
UNIFOR Universidade de Fortaleza

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de matrículas na rede estadual de ensino – período de 1971 a 1974 ..	47
Tabela 2 – Demonstrativo da atuação do Telensino no Estado do Ceará (1974 a 1979)...	64
Tabela 3 – Relação das Unidades Escolares Convenentes – 1974.....	72
Tabela 4 – Ocorrências no corpo discente – 1974	74
Tabela 5 – Previsão da Programação Pedagógica – Ano Letivo de 1974	75
Tabela 6 – Dificuldades dos Alunos por Área de Estudo	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma da Televisão Educativa Canal – 5	58
Figura 2 – Alunos da Escola Apostólica Nossa Senhora de Fátima.....	122

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
-----------------	----

CAPÍTULO 1

O CEARÁ NA DÉCADA DE 1970: CONTEXTO SOCIOECONÔMICO, POLÍTICO E EDUCACIONAL.....	21
1.1 O Contexto Político do Ceará na Década de 1970.....	31
1.1.1 O Governo do Coronel César Cals de Oliveira Filho	31
1.1.2 O Governo do Coronel Adauto Bezerra	34
1.2 O Ceará entre Dois Extremos – a enchente de 1974 e a seca de 1979: percursos políticos, culturais e educacionais	38
1.3 O Contexto Educacional Cearense na Década de 1970.....	45

CAPÍTULO 2

O TELENSINO COMO CAMINHO PARA A EDUCAÇÃO NO CEARÁ	52
2.1 Definindo o Telensino	60
2.1.1 A Proposta Pedagógica.....	65
2.1.2 A Orientação Filosófica.....	68
2.1.3 A Orientação Curricular	69
2.2 A TVE – Canal 5 e a Transmissão das Teleaulas.....	72
2.3 A Avaliação de Aprendizagem dos Alunos do Telensino	79

CAPÍTULO 3

O TELENSINO À LUZ DOS SUJEITOS QUE VIVERAM A EXPERIÊNCIA.....	83
3.1 O que disse a Imprensa?	84
3.2 O que disse uma Professora?.....	108
3.3 O que disse um Aluno?.....	117
3.4 Síntese Final dos Sujeitos	122

CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA ESCRITA QUE NÃO FINALIZA..... 127

REFERÊNCIAS 131

ANEXOS

Anexo 1 – Lei 9753, 18 de outubro de 1973 140

Anexo 2 – Parecer 760/74 142

Anexo 3 – Lei 10262, 18 de maio de 1979 146

Anexo 4 – Lei 10264, 22 de maio de 1979 148

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objeto o Sistema Telensino no Estado do Ceará, no período compreendido entre 1973 a 1979. Ou seja, desde o ano de sua implantação até o final da década de 1970.

O interesse pela temática do Telensino surgiu na graduação, pois foi nossa temática de pesquisa para a Monografia. Foi nessa época que conversamos com a professora Lurdinha Brandão¹, autora que consta do arcabouço teórico, sobre o presente objeto de estudo. Ela estava lançando o livro **Imagens distorcidas**: atualizando o discurso sobre o Telensino (BRANDÃO, Maria de Lourdes Peixoto e DIAS, Ana Maria Iório (Orgs.). **Imagens distorcidas**: atualizando o discurso sobre o Telensino no Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003). A leitura do livro aguçou meu interesse em pesquisar sobre o tema.

Visando a aprofundar a pesquisa sobre esta temática, ao sermos aceitos como aluna do Curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, resolvemos modificar o foco do estudo para atender aos questionamentos que me afigiam, dentre eles, como ocorreu a criação, a implantação e a sistematização do Sistema Telensino no Estado do Ceará?

O primeiro pressuposto justificador dessa pesquisa foi o interesse pessoal, quando por ocasião do contato com a pesquisadora anteriormente citada, sobre o tema durante o curso de graduação em Pedagogia, nos idos de 2003. O referido contato nos impulsionou a pesquisar sobre a temática, pois ficávamos curiosos sobre a maneira como surgiu aquela experiência de ensino a distância, seu desenvolvimento, sua aplicação, enfim, a história desse sistema. Outro pressuposto importante foi a viabilidade da pesquisa, pois o tema ao ser relevante, existiam fontes para a realização da mesma. Podemos elencar como outra justificação a importância social e educacional deste estudo, pois contribuirá para preservação da história e da memória da educação cearense, na década de 1970.

¹ Maria de Lourdes Peixoto Brandão Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (1976), especialização em Metodologia da Pesquisa Em Educação pela Universidade Federal do Ceará (1980), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (1986) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (1997). Atualmente é Membro de corpo editorial da Diversa (Parnaíba. Impresso). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Curriculo. Atuando principalmente nos seguintes temas: CURRÍCULO- AGRÁRIO-AGRÍCOLA- CULTURA- RURAL. Disponível em: < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780593P6> >. Acesso em: 23. Ago.2014.

O homem é um ser histórico que, por meio do seu trabalho, age no mundo, modificando-o. Segundo Aranha (1996, p.17) “[...] O passado não está morto, porque nele se fundam as raízes do presente. É compreendendo o passado que podemos dar sentido ao presente e projetar o futuro”.

Ao pesquisarmos a história do Telensino no Ceará pretendemos compreender a maneira como ocorreu sua criação, sua implantação e sua sistematização, colaborando, assim, para a conservação da memória e da história educacional cearense.

Ao efetuarmos a contextualização histórica de um fenômeno educacional, necessário se faz primeiro discorrermos sobre história. Le Goff afirma que a história pode ter o sentido de narração. Para ele, passado e presente perpassam um pelo outro criando, assim, “[...] a função social do passado ou da história. (2003, p. 26).

Para Peter Burke, foi somente com a nova história que os historiadores passaram a considerar a inquietação dos homens como motor dessa história. “O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço”. “[...] A base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente construída” (1992, p. 11).

Este estudo teve como objetivos construir uma narrativa histórica do Sistema Telensino no Estado do Ceará, colaborando para a preservação da memória da educação e destacar os caminhos pedagógicos na implantação de tal Sistema, na década de 1970; identificar o cenário político, econômico, social e educacional do Estado do Ceará, na década de 1970, para refletir a implantação do Telensino; destacar as características pedagógicas do sistema Telensino à luz dos sujeitos sociais imbricados no processo.

A pesquisa foi de natureza historiográfica e contemplou, também, relatos orais. Utilizamos, além de fontes documentais, as falas dos sujeitos sociais, quais sejam: Profa. Rita Facó, autora de manual de apoio, e um ex-aluno do Telensino, Prof. Humberto Cunha imbricados no processo pedagógico de implantação do Telensino no Ceará, na década de 1970.

Partimos da alegativa de Nunes como embasamento, quando ela afirma que

O discurso historiográfico surge a partir das escolhas do pesquisador, das suas experiências e preferências; da sua sensibilidade ao enxergar as pistas deixadas pelas pegadas dos homens no tempo, ao observar fatos aparentemente insignificantes inseridos na realidade complexa, mas nem sempre perceptível em um primeiro momento. (2011, p. 18).

A definição da realidade pesquisada é derivada das preferências, escolhas, vivências e também do olhar atento que o pesquisador possui sobre o acontecimento estudado. Foi apoiados nessa afirmação que decidimos estudar o Telensino. Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado de **O Ceará na década de 1970: contexto socioeconômico, político e educacional**, procuramos identificar o cenário econômico, político, social e educacional do Estado do Ceará na década de 1970, tendo como propósito contextualizar a realidade cearense.

Na segunda parte, chamada de **O Telensino como caminho para a educação no Ceará**, buscamos definir o Telensino, analisando sua proposta pedagógica, sua orientação filosófica e sua orientação curricular. Procuramos, também, discorrer sobre a maneira como se dava a transmissão de uma aula e como ocorria a avaliação de aprendizagem dos alunos.

No terceiro capítulo, denominado de **O Telensino à luz dos sujeitos que viveram a experiência**, utilizamos as reportagens veiculadas pelo jornal **O Povo**, no período de 1973 até 1979, para analisarmos a maneira como esse sistema era retratado pela imprensa cearense. Neste capítulo também nos utilizamos das lembranças de dois sujeitos que atuaram no Telensino na época de sua implantação: Rita Facó, que foi uma professora e autora de manual de apoio, e Francisco Humberto Cunha Filho, ex-aluno do sistema.

Os sujeitos foram escolhidos em razão de seus envolvimentos com a temática e o período da pesquisa. Para tanto, usamos as técnicas de entrevistas semiestruturadas.

Com base em Polak *et. al.* quando afirmam ser a entrevista

[...] uma técnica utilizada para obtenção de informações, na qual há dois atores distintos: o entrevistador e o entrevistado. O primeiro é o responsável pela abertura do diálogo e o segundo, pelos dados obtidos mediante resposta. (2011, p. 46).

A pesquisa foi desenvolvida em quatro partes, divididas da seguinte maneira: Diálogo Historiográfico, Pesquisa de Campo, transcrição das entrevistas e escrita da dissertação.

Na primeira, procuramos identificar o cenário econômico, político, social e educacional do Estado do Ceará na década de 1970, tendo como propósito encontrar dados que revelassem como se deu a implantação do Telensino no Ceará.

Na segunda parte, analisamos documentos, tais como manuais de apoio pedagógico e reportagens que saíram na mídia impressa sobre o Telensino. Foram feitas entrevistas abertas com um membro da TVE cearense, sujeito que foi escolhido pelo seu envolvimento na implantação do Sistema e, também, com um aluno egresso do mesmo.

Na terceira parte, efetuamos a transcrição das entrevistas obtidas com os sujeitos envolvidos na implantação do Telensino, tendo por objetivo tentar interpretar os silêncios, as pausas, as alterações vocais e, também, reproduzir suas falas.

O último momento foi o da escrita da dissertação. Este foi o mais solitário de todos eles, pois foi o momento em que pus no papel tudo o que foi investigado e o resultado obtido com a pesquisa.

A coleta e registro dos dados foi feita por meio de anotações no diário de campo e digitalização de documentos, dentre outros.

As entrevistas, os documentos e as reportagens veiculadas em mídia impressa foram coletados e organizados por tipo e data. O processo se deu da seguinte forma:

- a) **entrevistas:** foram transcritas e organizadas, efetuando-se sua devida categorização e separando-as de acordo com o sujeito envolvido e a data.
- b) **reportagens veiculadas em mídia impressa:** foram analisadas 182 notícias divulgadas no jornal **O Povo**, tendo como recorte temporal o período compreendido entre 1973-1979. A categorização utilizada foi o nome do jornal e a data da publicação. Depois de realizada essa análise, o material foi digitalizado e/ou fotografado. De todas as reportagens lidas e analisadas, foram utilizadas 52 no corpo deste trabalho.

- c) **documentos:** foram pesquisados documentos referentes à criação do sistema, dentre eles leis, parecer e manual de apoio. A conduta adotada foi a mesma utilizada com os outros itens. Dentre os documentos pesquisados encontram-se um parecer e três leis estaduais.

As fontes utilizadas para coleta de dados foram primárias e secundárias. Podemos citar como fontes primárias as leis, os livros editados pela própria TVE e o parecer 760/74. O recurso material utilizado para a construção desta pesquisa foi o jornal **O Povo**. Também foram analisados documentos oficiais, tais como o Parecer 760/74, do Conselho Estadual de Educação; a Lei n. 5.692/71 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Lei n. 9.753/1973, que autoriza o Poder Executivo cearense a criar a Fundação Educacional do Estado do Ceará para gerir a Universidade Estadual do Ceará e a TV Educativa do Ceará; Lei n. 10.262/79, que transformava a FUNEDUCE em Fundação Universidade Estadual do Ceará; e a Lei n. 10.264/79, que criava a Fundação Teleducação do Estado do Ceará – FUNTELC, que incorporou a TV Educativa. Bem como as mensagens dos anos 1973, 1975, 1978 e 1979, que os Governadores cearenses enviaram à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

As fontes exercem um papel essencial na pesquisa, pois são elas que ligam o pesquisador ao fato pesquisado. Segundo Martinho Rodrigues “[...] entre o pesquisador e os fatos deve haver uma ponte, já que não se escreve a História apenas com a imaginação. Tal conexão é feita pelas fontes” (2011, p. 407).

As lembranças também são consideradas como uma fonte oral, pois se utilizam da memória dos sujeitos para fornecer a informação. De acordo com Prins, “Outro tipo de fonte oral é a reminiscência pessoal. Esta é uma evidência oral específica das experiências de vida do informante [...]” (1992, p. 172-173).

Por sermos investigadores da implantação do Telensino no Ceará, tivemos como intuito de pesquisa construir uma narrativa histórica do Sistema a mais minuciosa possível, procurando não elaborar juízo de valor para compor a história da implantação do Telensino no Estado do Ceará.

De acordo com Martinho Rodrigues (2011), a história como conhecimento humanístico se repensa e discute sobre seu significado. Todos os locais, as pessoas, as épocas e as instituições possuem história. Para Andrade (2011), a criação de grupos escolares no Brasil, no final do século XIX, marca a chegada da pedagogia moderna em nosso país; já a criação do Telensino inaugurou a expansão do acesso à educação no Ceará, utilizando um meio mais moderno de levar essas aulas aos locais mais distantes e que estava sendo introduzido em nosso Estado.

Ao recontarmos a história do Telensino, tendo por base o que foi veiculado pela mídia impressa cearense e também por meio dos relatos orais de uma professora e de um ex-aluno do sistema, planejamos provocar no leitor um novo tipo de olhar sobre os fatos históricos ocorridos no Ceará na década de 1970, principalmente sobre a criação e a implantação desse Sistema.

Dessa maneira, a partir das reportagens e dos depoimentos obtidos tentamos entender de que maneira a sociedade cearense encarou a implantação desse novo método educacional.

A implantação do Telensino surgiu para cumprir a Lei 5.692/71 que aumentava para oito anos a escolaridade obrigatória, inserindo e consolidando a tendência tecnicista como concepção pedagógica no Brasil.

Em abril de 1974, após uma espera de 8 anos, ocorreu a inauguração da Televisão Educativa do Ceará. A cerimônia contou com a presença de personalidades ilustres, dentre elas o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, que em seu discurso afirmou que o Ceará serviria de exemplo para os outros estados brasileiros no quesito educação.

A TVE era o órgão que transmitiria para, inicialmente, Fortaleza, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Cascavel, Pacajus, Maranguape, Caucaia, Beberibe e Trairi, e atenderia a um público de 4.139 alunos de 5^a e 6^a séries, com aulas pela televisão. Estava instalado o Telensino.

E será essa a história que contaremos no decorrer deste trabalho.

CAPÍTULO 1

O CEARÁ NA DÉCADA DE 1970: CONTEXTO SOCIOECONÔMICO, POLÍTICO E EDUCACIONAL

Acorda amor¹

(Chico Buarque)

Acorda amor
Eu tive um pesadelo agora
Sonhei que tinha gente lá fora
Batendo no portão, que aflição
Era a dura, numa muito escura viatura
minha nossa santa criatura
chame, chame, chame, chame o ladrão
Acorda amor
Não é mais pesadelo nada
Tem gente já no vão da escada
fazendo confusão, que aflição
São os homens, e eu aqui parado de pijama
eu não gosto de passar vexame
chame, chame, chame, chame o ladrão
Se eu demorar uns meses convém às vezes você sofrer
Mas depois de um ano eu não vindo
ponha roupa de domingo e pode me esquecer
Acorda amor
que o bicho é bravo e não sossega
se você corre o bicho pega
se fica não sei não
Atenção, não demora
dia desses chega sua hora
não discuta à toa, não reclame
chame, clame, clame, chame o ladrão

¹ Letra disponível em: <<http://letras.mus.br/chico-buarque/45103/>>. Acesso em 23.ago.2014.

Neste primeiro capítulo discorreremos sobre o contexto socioeconômico, político e educacional do Ceará na década de 1970. Mas, para refletir sobre tal tema, necessário se faz descrever, brevemente, o cenário brasileiro daquela década.

Para contextualizar sobre essa fase nos apoiamos em autores da história política, educacional e da sociedade cearense. Dentre os escritores podemos citar Mota (2001), que estuda a história política do nosso estado, e Vieira (2002), que investiga história da educação cearense, dentre outros.

Na década de 1970, vivia-se o apogeu da “ Ditadura Militar ”. No início de 1970, o governo do Presidente do Brasil, o General Emílio Garrastazu Médici, cujo mandato exerceu no período compreendido entre 1969-1974, ficou conhecido como “anos de chumbo”, por ter sido a época mais repressiva do regime militar.

Sobre a escolha de Médici, pelo Alto Comando das Forças Armadas, para Presidente do Brasil, Fausto faz o seguinte esclarecimento:

Em meados de outubro de 1969, Costa e Silva ainda vivia, mas sem possibilidades de recuperação. Diante disso, a Junta Militar declarou vagos os cargos de presidente e vice-presidente da República, marcando eleições para esses cargos, pelo Congresso Nacional, a serem realizadas no dia 25 de outubro. O Alto Comando das Forças Armadas escolheu para presidente o general Emilio Garrastazu Médici e para vice-presidente o ministro da Marinha, Augusto Rademaker. (2006, p. 266)

Esse se período iniciou após a edição do Ato Institucional N. 5 – AI-5¹, publicado no dia 13 de dezembro de 1968, e se estendeu até o final do Governo Médici, em dezembro de 1978. Vieira (2002, p. 261) afirma que “[...] Os chamados ‘anos de chumbo’ têm no SNI, antes mencionado, o braço da repressão e do terror junto à sociedade civil”.

Para Fausto

O AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou de uma contra-revolução dentro da contra-revolução. Ao contrário dos Atos anteriores, não tinha prazo de vigência. O presidente da República voltou a ter poderes

¹ O AI-5 foi o quinto decreto emitido pelo governo militar brasileiro. Escrito pelo então ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva, o AI-5 começou a vigorar a partir de 13 de dezembro de 1968, durante o governo presidente Artur da Costa e Silva. Apontado como o mais forte golpe na democracia, ele concedeu plenos poderes ao regime militar. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> >. Acesso em: 11.jun. 2014.

para fechar provisoriamente o Congresso, o que a Constituição de 1967 não autorizava. Restabelecia-se os poderes presidenciais para cassar mandatos e suspender direitos políticos, assim como para demitir ou aposentar servidores públicos. (2006, p. 265).

O Serviço Nacional de Informações foi fundado pelo General do Exército Golbery do Couto e Silva no ano de 1964. O mesmo esteve à frente desse serviço durante o período de 1964 a 1967. (GASPERI, 2002).

O objetivo do SNI era reunir e averiguar informações e contrainformações referentes à Segurança Nacional. Quem bem define o objetivo do Serviço Nacional de Informações é Fausto. Segundo ele,

[...] O SNI tinha como principal objetivo expresso “coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna”. Na prática, transformou-se em um centro de poder quase tão importante quanto o Executivo, agindo por conta própria na “luta contra o inimigo interno”. O general Golbery chegou mesmo a tentar justificar-se, anos mais tarde, dizendo que sem querer tinha criado um monstro. (2006, p. 259).

Sobre o período da ditadura militar brasileira, Aranha afirma o seguinte: “Os brasileiros perdem o poder de participação e crítica, e a ditadura se impõe, violenta. Uma sucessão de presidentes militares fortalece o executivo e fragiliza o legislativo”. (1996, p. 211).

No decorrer do período ditatorial foi elaborada a Lei n. 5.540/68, conhecida como a Reforma Universitária. Esta lei discorria sobre o ensino de terceiro grau e instituía algumas mudanças na Lei de Diretrizes e Bases de 1961. O Grupo de Trabalho da Reforma Universitária – GTRU era composto por pessoas escolhidas pelo então presidente General Costa e Silva e foi este grupo que estabeleceu os critérios da reforma.

Aquele projeto se fundamentava em dois relatórios, foram eles: o Relatório Atcon, feito pelo teórico norte-americano Rudolph Atcon; e o Relatório Meira Matos, que era Coronel da Escola Superior de Guerra.

As principais características da Reforma Universitária eram: extinção da cátedra², a departamentalização, a matrícula por disciplina, o sistema de créditos, a uniformização do

² Cargo de professor universitário, titular em determinada disciplina.

vestibular, a união das faculdades em universidades, a constituição do curso básico e, ainda, a criação de um programa de pós-graduação. Sobre esta reforma, Aranha afirma que:

A reestruturação completa da administração visa racionalizar e modernizar o modelo, com a integração de cursos, áreas e disciplinas. Uma nova composição curricular permite a matrícula por disciplina, instituindo-se o sistema de créditos. A nomeação de reitores e diretores de unidade dispensa a exigência de pessoas ligadas ao corpo docente universitário, bastando possuir “alto tirocínio na vida pública ou empresarial”. Como convém a uma reforma em que o viés tecnocrático se sobrepõe ao pedagógico. (1996, p. 214)

Sobre a reforma universitária ocorrida em 1968, Cunha afirma o seguinte:

A reforma universitária de 1968 objetivou às universidades (públicas, especialmente) uma organização docente-administrativa que permitisse o aumento das matrículas a custos médios menos que proporcionais às matrículas adicionais[...](1980, p. 251-252).

Para Ribeiro (2000, p. 194), na Reforma Universitária prevalecia o “economicismo”, advindo da relação entre a produção e a educação, característico da concepção tecnicista de educação. Durante esse período, foram criadas novas concepções pedagógicas. Sobre esse assunto, Souza explica o seguinte:

[...] Depois do golpe, o Brasil viveu os anos duros e tristes da ditadura: a ideologia da segurança nacional, a tortura, o terror, o cerceamento das liberdades políticas, a censura, o Estado autoritário, a planificação como estratégia de racionalização econômica e social, o aparato repressivo, o Ato Institucional n. 5 (AI-5) e a Reforma Universitária.

Em meio a tudo isso, no campo educacional foram tempos de fértil e criativa experimentação educacional. (2008, p. 230-231).

Outro acontecimento a ser lembrado sobre a presidência de Médici foi o de que o Brasil vivia um intenso crescimento de sua economia, fenômeno que ficou conhecido como o “milagre econômico brasileiro”. Com relação ao crescimento econômico, Cordeiro afirma o seguinte:

Entre 1969 e 1974, o Brasil viveu um período de significativo crescimento da Economia. Era o chamado *Milagre Econômico Brasileiro*, quando o país,

comparado a um imenso canteiro de obras, foi tomado por incontida euforia desenvolvimentista. (2009, p. 86).

Com o “milagre econômico”, a classe média brasileira passou a adquirir novos bens de consumo, e esse consumismo desviou a atenção para o que realmente estava acontecendo: a instalação da ditadura e o que realmente acontecia aos brasileiros que eram contrários ao regime militar que se instalara no país. Utilizamos as palavras de Vieira (2002, p. 261) para embasar nossa afirmação: “A classe média, seduzida pelo acesso a novos bens de consumo, fecha os olhos ao que sucede nos porões da ditadura militar”.

Outros eventos aconteceram para favorecer esse fascínio. Podemos destacar: em 1970, a conquista, pelo Brasil, do tricampeonato mundial de futebol; em 1972 foi a vez festejar o sesquicentenário da Independência do Brasil, dentre outras celebrações. Sobre isso, Cordeiro relata o seguinte:

Eram *tempos de comemorações*, e elas se multiplicavam: em 1970 era o tricampeonato mundial de futebol; em 1971 rememoravam-se os 75 anos do cinema nacional; em 1972 foi a vez do Sesquicentenário da Independência do país, uma das maiores, senão a única, grande festa popular da ditadura. (2009, p. 87).

No período compreendido entre os anos de 1930 até a criação da LDB de 1961, ocorreu a reestruturação da educação no Brasil. Esta reforma se deu tanto no ensino secundário, quanto no ensino superior, e tiveram como base documentos legais e independentes, tais como a Reforma Francisco Campos, a Reforma Capanema, dentre outros, exibindo uma independência entre esses níveis de ensino. Já a Lei 5.692/71 passou a abranger os dois graus de ensino em um só documento, agregando-os. Com isso, a educação das pessoas começava no primário e terminava no ginásio.

Para apoiar essa afirmação recorremos a Brejon. Segundo ele,

[...] A partir de 1930 e pelo menos até a Lei de Diretrizes e Bases (1961), quando se tenta uma legislação unificadora de toda a educação, as reformas do ensino secundário e do superior são feitas por *documentos legais independentes* uns dos outros (Reforma Francisco Campos, Estatuto das Universidades Brasileiras, Reforma Capanema), o que parece mostrar a

progressiva independência do ginásio em relação ao superior e a tendência a se ressaltar a função *propriamente formativa* do ginásio, em lugar de seu papel precipuamente propedêutico do período anterior. A reforma atual (Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971) engloba novamente dois níveis de educação *num único documento*, porém desta feita associando, ou melhor, unificando ginásio e primário num só grau escolar. Não deixa, alias, de ser singular o deslocamento realizado mesmo em termos legais, pelo ginásio: de simples caudatário do ensino superior passa finalmente a ser uma continuação e coroamento da formação do cidadão comum, iniciada ao nível primário. (1985, p. 64-65).

Em 11 de agosto de 1971, o Presidente da República Emílio Garrastazu Médici sancionou a Lei n. 5.692/71 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que fixava as diretrizes e bases para o ensino de 1º grau (ensino fundamental) e 2º grau (ensino médio). Esta Lei aumentou para oito anos o 1º grau, o ano letivo deveria ter, pelo menos, 720 horas/aula e extinguiu os antigos cursos primários e ginásios. “Art. 18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades”.³

Sobre a Lei 5.692/71, Farias afirma que:

Assim, sob a força coercitiva da doutrina da segurança nacional, instaurou-se a tendência tecnicista como concepção pedagógica da educação brasileira, oficializada, posteriormente, sob a égide da lei 5692/71. Esta concepção pedagógica, assentada na força da racionalidade, do planejamento, procurou construir a ação educativa escolar à semelhança da produção industrial, na qual o trabalhador se submete ao trabalho. [...] (2000, p. 43)

Para Brejon (1985, p. 138), a Lei n. 5692/71 trouxe inovações, tais como “[...] traçar conjuntamente, logo, em seu primeiro artigo, o objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus [...]”.

Estava introduzida a pedagogia tecnicista no Brasil. Esta concepção pedagógica pretendia planejar a educação de maneira racional, na qual as interferências subjetivas eram tão poucas que não poriam em risco sua eficácia. Para que isso acontecesse, seria necessário mecanizar o processo educativo. (SAVIANI, 2008)

Essa tendência pedagógica admite a ciência como um modo de conhecimento, e por isso mesmo, sujeito à verificação por intermédio da observação e da experimentação. Segundo Aranha:

³ Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm>. Acesso em: 12abr. 2014.

[...] Coerente com esse princípio, o ensino tecnicista busca a mudança do comportamento do aluno mediante treinamento, a fim de desenvolver suas habilidades. Por isso privilegia os recursos da tecnologia educacional, encontrando no behaviorismo as técnicas de condicionamento. (1996, 213).

A reestruturação do ensino de primeiro e segundo graus não estabelecia somente a pedagogia tecnicista no Brasil. Ela tinha o intuito de controlar a busca pelo ensino superior por cidadãos que terminavam o segundo grau, oferecendo-lhes uma formação técnica em nível médio com vistas a sua profissionalização. (VIEIRA, 2002).

Sobre esta reforma, Vieira (2002, p. 274) nos informa o seguinte: “Segundo o entendimento dos legisladores do período, tal alternativa permitiria que muitos jovens em busca de qualificação profissional se contentassem com a formação de nível médio. [...]”.

Para Charlot, foi durante as décadas de 1960 e 1970 que aconteceu uma grande transformação na escola, pois “[...] Consiste em pensar a escola na lógica econômica e social do desenvolvimento.” (2013, p. 39). Ele afirma também que

Essa política encontra um amplo consenso social, por gerar novos empregos qualificados, que uma escolaridade mais longa permite ocupar e, portanto, satisfazer as classes médias e despertar esperanças nas classes populares. (2013, p. 39).

Durante a década de 1970, o Brasil teve três presidentes militares. O primeiro foi Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), sobre o qual falamos anteriormente. O segundo foi Ernesto Beckmann Geisel, que governou durante o período de 1974 a 1979. E o terceiro foi João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985). É sobre o mandato de Geisel que discorreremos a seguir.

Ernesto Geisel (1974-1979) foi o vigésimo nono presidente do Brasil. Possuía a patente de General-de-Exército. Sua administração ficou marcada pelo começo da abertura política, pelo abrandamento da rigidez da ditadura militar e pelo início da redemocratização no Brasil. Gaspari descreve o Presidente Geisel da seguinte maneira:

Geisel, com 67 anos, filho caçula de um humilde imigrante alemão, chegara à Presidência pelo mesmo caminho que seus três antecessores desde 1964, quando as Forças Armadas derrubaram o Presidente João Goulart: o Exército. (2002, p. 23).

Portador de uma personalidade forte, uma pessoa reservada e de temperamento difícil “[...] Geisel era um moralista, defensor convicto de um Exército forte, adversário do sufrágio universal como forma de escolha dos governantes e crítico acerbo do Parlamento como instituição eficaz.” (GASPARI, 2002, p. 37).

Geisel desejava que essa abertura política fosse “lenta, segura e gradual”, e por isso, encontrou resistência dos políticos linha dura. Sobre isso, Vieira (2002, p. 262) afirma que “[...] Enfrenta, todavia, nos bastidores do regime, a resistência dos segmentos militares mais conservadores. Forças de ‘linha dura’, encasteladas em comandos militares e em órgãos de repressão contra este processo”.

Ainda com relação à abertura política, Fausto afirma que ela não foi tão segura quanto o presidente definia, pois a chamada “linha dura” do governo continuava sendo uma ameaça. Isso persistiu até o final do governo de Figueiredo. Segundo Fausto,

O governo Geisel se associa ao início da abertura política, que o general-presidente definiu como lenta, gradual e segura. Na prática, a liberalização do regime, chamada a princípio de distensão, seguiu um caminho difícil, cheio de pequenos avanços e recuos. Isso se deveu a vários fatores. De um lado, Geisel sofria pressões na linha dura, que mantinha muito de sua força. De outro, ele mesmo desejava controlar a abertura, no caminho de uma indefinida democracia conservadora, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder. Assim, a abertura foi lenta, gradual e insegura, pois a linha dura se manteve como uma contínua ameaça de retrocesso até o fim do governo Figueiredo. (2006, p. 270-271).

A abertura “lenta, gradual e segura” fazia parte de duas operações planejadas pelo Presidente Geisel. A primeira era a demissão do Ministro do Exército, Sylvio Frota, e a outra era a substituição dele por outro Ministro que demonstrasse a todos que o Exército era comandado pelo Presidente. De acordo com Gaspari,

[...] A primeira era tirar Frota. A segunda, colocar no seu cargo um novo ministro sem que houvesse dúvida de que era o presidente quem mandava no Exército. Precisava da primeira para continuar no poder. A segunda era necessária para restabelecer a ordem nos quartéis e prosseguir seu projeto de “lenta, gradativa e segura distensão”, anunciado cinco meses depois de ele tomar posse, em 1974. (2002, p. 27).

O início do mandato de Geisel coincide com o final do “milagre econômico brasileiro”, ou seja, o desaceleramento da economia brasileira, fato este agravado pela “crise mundial do petróleo”⁴, aumento da inflação e da taxa de juros e diminuição das linhas de crédito. Com isso tudo a dívida externa brasileira atinge níveis muito altos. Empregamos as palavras de Fausto para esclarecer sobre o milagre econômico.

O período chamado “milagre” estendeu-se de 1969 a 1973, combinando o extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. O PIB cresceu na média anual 11,2% no período, tendo seu pico em 1973, com a variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%. (2006, p. 268).

Essa crise do petróleo foi muito sentida no Brasil, porque aqui, o transporte de pessoas, o escoamento de produção e o transporte de cargas, sempre foram e continuam sendo realizados por automóveis (carros, ônibus, caminhões).

Perante um contexto econômico tão desfavorável e diante de uma oposição resistente, o Presidente achava que a abertura política seria uma saída para a crise que se instalara.

Vários acontecimentos importantes ocorreram durante o Governo de Geisel e é essencial destacar alguns: a) no ano de 1975 a censura à imprensa é interrompida; b) o mandato de Presidente passa de cinco para seis anos; c) criação da figura do senador biónico⁵; d) divisão do estado do Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul; e) extinção, em 1978, do AI-5; e f) restauração do *habeas corpus*, dentre outros. Sobre os dois últimos itens, Vieira (2002, p. 263) afirma que “Geisel envia ao Congresso uma Emenda Constitucional (1978), propondo a extinção do AI-5 e a restauração do *habeas corpus*. O caminho da transição segue seu curso.[...].”

Sobre a extinção do AI-5, o fim da censura e da tortura de presos políticos, Gaspari é categórico ao dizer que

⁴ A crise do petróleo ocorreu na década de 1970 quando o preço deste produto sofreu muitas variações, influenciando e desestabilizando a economia de lugares como o Brasil, os Estados Unidos e Europa. Entre outubro de 1973 e março de 1974 o petróleo chegou a sofrer um aumento de 400% em seu preço. Disponível em: <http://www.infoescola.com/economia/crise-do-petroleo/>. Acesso em: 11.jun.2014.

⁵ Define-se por cargos biónicos durante o regime ditatorial aqueles cujos titulares não foram investidos por meio de eleições e sim por escolhidos pelo Presidente da República.

[...] No dia 31 de dezembro de 1978, 74 dias antes da conclusão de seu mandato, acabou-se o Ato Institucional nº 5, o instrumento parajurídico que vigorara por dez anos, por meio do qual o presidente podia fechar o Congresso, cassar mandatos parlamentares e governar por decretos uma sociedade onde não havia direito o habeas corpus em casos de crimes contra a segurança nacional. Antes, acabara com a censura à imprensa e com a tortura de presos políticos, pilares do regime desde 1968. (2002, p. 36).

Apesar de desejar tornar o Brasil um país democrático e combater a tortura, a morte do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho escandalizaram o Brasil. Sobre as mortes, Vieira relata o seguinte:

A luta interna de resistência à abertura, contudo, prossegue. Duas mortes ocorridas nos porões da repressão chocam a opinião acional. O jornalista Vladimir Herzog e o operário Manuel Fiel Filho não resistem às torturas inflingidas em dependências do DOI-CODI (Departamento de Operações e Informações ao Centro de Operações de Defesa Interna) pertencentes ao IIº Exército, sediado em São Paulo. (2002, p. 262-263)

A morte do metalúrgico Manuel Fiel Filho ocorreu nas dependências do DOI-CODI, e no laudo oficial a causa era suicídio por enforcamento; isso fez com que o presidente Geisel resolvesse trocar o comando do II Exército, em São Paulo, por um general de sua confiança. Este general começou a criar meios de fazer contato com a sociedade, acabando, assim, com a tortura nas instalações do DOI-CODI. (FAUSTO, 2006).

Sobre a abertura política iniciada por Geisel, Gaspari sustenta o seguinte:

Desde 1968, quando através da vigência do Ato Institucional nº 5 o Brasil entrara no mais longo período ditatorial de sua história, dois presidentes prometeram restaurar as franquias democráticas. Geisel foi o único a não fazer essa promessa, acabou com a ditadura. Entre 1974, ao assumir o governo, e 1979, ao deixá-lo, transformou uma Presidência inerte, entregue a um Colegiado de superministros, num governo imperial. Converteu uma ditadura amorfa, sujeita a períodos de anarquia militar, num regime de poder pessoal, e quando consolidou esse poder – ao longo de um processo que culmina no dia 12 de outubro de 1977 – desmantelou o regime. Quando assumiu, havia uma ditadura sem ditador. No fim de seu governo, havia um ditador sem ditadura [...] (2002, p. 36).

Mesmo após deixar o cargo de Presidente do Brasil, Geisel continuou, durante a década de 1980, possuindo prestígio no Exército Brasileiro. É importante ressaltar que, nas eleições presidenciais de 1985, ele apoiou Tancredo Neves. Esse apoio reduziu a relutância que os militares sentiam por Tancredo Neves. Geisel faleceu em 1996, com 89 anos, vítima de câncer de pulmão.

E o que acontecia no Ceará nessa época? Ao elaborarmos a contextualização histórica de um fenômeno, no caso deste trabalho sobre o sistema Telensino, inicialmente se faz necessário discorrermos sobre a história do Ceará para que possamos reconstituir a época de sua criação. Le Goff afirma que a história pode ter o sentido de narração (2003). Para ele, passado e presente perpassam um pelo outro, criando, assim, “[...] a função social do passado ou da história. (2003, p. 26).

Saímos do contexto brasileiro para nos focarmos, agora, no cearense.

1.1 O Contexto Político do Ceará na Década de 1970

1.1.1 O Governo do Coronel César Cals de Oliveira Filho

De acordo com o Censo Demográfico de 1970, o Ceará contava com uma população de 4.361.603, distribuída em uma área de 146.817 km², sendo a segunda maior população do Nordeste, com uma densidade demográfica de 29,71 habitantes por km², perdendo apenas para Pernambuco. A população residente em Fortaleza era de 857.980 pessoas, o que correspondia a 19,67% da população do Estado do Ceará.⁶

Durante a década de 1970, o Ceará foi governado por três Coronéis: César Cals (1971-1975), Adauto Bezerra (1975-1978) e Virgílio Távora (II Veterado⁷ – 1979-1982), escolhido pela Assembleia Legislativa estadual. Sobre a influência política dos três coronéis anteriormente citados, Vieira diz que

⁶ Retirado do Anuário Estatístico do Brasil, 1974, p.39.

⁷ II Veterado corresponde ao segundo governo do Coronel Virgílio Távora. Ele governou o Ceará em dois períodos. O primeiro foi de 1963-1966, na Coligação de três partidos: União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Nacional (PTN). O segundo mandato foi de 1979 a 1982 pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/virgilio_tavora>. Acesso em: 14set.2013.

[...] Na verdade, independentemente de suas patentes, tanto Virgílio quanto Adauto, tinham uma história política expressiva que antecede ao tempo dos militares. Não se poderia dizer o mesmo de César Cals, cuja trajetória técnica anterior à função de governador do Estado fora feita em Pernambuco. (2002, p. 265-266).

No início da década de 1970, o Ceará foi governado pelo Coronel César Cals (1971-1975). Este havia sido indicado pelo presidente Médici para governar o Ceará. Filho do ex-Prefeito de Fortaleza, César Cals de Oliveira Filho era Coronel do Exército, Engenheiro e uma pessoa de confiança do Regime Militar. (VIEIRA, 2002).⁸

A escolha de César Cals como Chefe do Poder Executivo cearense foi um jogo de “cartas marcadas”. Segundo Linhares

Há muito era sabido que o então 4º Exército vinha trabalhando algumas candidaturas para os Estados do Nordeste que não haviam tido eleições diretas no ano anterior. Para o Ceará, procurava encaminhar a do coronel César Cals de Oliveira Filho. (1996, p. 347)

Na eleição de César Cals na Assembleia Legislativa, 44 deputados votaram a favor de seu nome para governador do Estado, tendo como vice-governador Francisco Humberto Bezerra. (LINHARES, 1996).

A indicação do Coronel César Cals para Governador do Ceará gerou aborrecimentos na liderança política cearense. O primeiro deles foi que este havia sido designado Chefe do Executivo cearense contra a vontade dos líderes políticos locais; e o segundo desagrado foi a formação do seu secretariado, em sua maioria pessoas vindas de Pernambuco, pois os indicados não tinham nenhuma ligação com a política cearense. Sobre essa formação, Vieira (2002, p. 267) afirma o seguinte: “[...] A composição de seu primeiro secretariado é nitidamente pernambucana, o que gera insatisfação no âmbito da Arena.”

Em mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Ceará, no ano de 1973, César Cals cita a boa relação do seu governo com os Poderes Executivo e Judiciário cearenses. São suas palavras:

⁸ Esta informação também está disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A9sar_Cals>. Acesso em: 11.jun.2014.

Dentre os princípios que regem o relacionamento entre os Poderes, dou maior relevância ao da harmonia, pois é dele que decorrem o respeito mútuo e a colaboração. Sem harmonia tudo se torna mais difícil e isto redundaria em ineficiência e na erosão da imagem pública dos diversos Poderes. É o que a experiência comprova, e é, por este motivo, que me tenho empenhado em manter o melhor relacionamento possível com esta Casa, assim também com o Poder Judiciário, obtendo, felizmente, a necessária correspondência. (1973, p. VIII – preâmbulo)

O governo de César Cals poderia ter oportunizado uma boa administração em termos materiais para o nosso Estado, mas, segundo Mota (2008, p. 68), “[...] Faltou ao Governador visão de estadista e seu Governo na realidade cingiu-se à Capital”.

Dentre as várias obras inauguradas durante seu mandato, podemos citar:

- Central de Abastecimento do Ceará S.A – CEASA, que tinha por objetivo centralizar a distribuição dos hortifrutigranjeiros;
- A conclusão do estádio Castelão, em 11 de novembro de 1973;
- Conversão da Cadeia Pública, situada no Centro de Fortaleza, em Centro de Artesanato, com a intenção de divulgar o trabalho dos artesãos cearenses;
- Construção da Avenida Leste-Oeste (Avenida Presidente Castelo Branco), que liga o Porto do Mucuripe à Barra do Ceará, e permite o fluxo de veículos para outros Estados;
- Edificação da Avenida Aguanambi, que liga o Centro de Fortaleza à BR-116;
- Criação da Companhia Energética do Ceará – COELCE, em 1971;
- Criação da Estação Rodoviária Engenheiro João Tomé, que concentrou o embarque e desembarque de passageiros para outras localidades, e que contribuiu para o desenvolvimento do nosso Estado; e,
- Construção e inauguração da Televisão Educativa – Canal 5 e, por consequência, a criação do Telensino.

Em 1974, dava-se início às articulações políticas para a escolha do próximo governador do Ceará, que seria indicado pelo presidente Ernesto Geisel. César Cals tinha

o desejo de fazer seu sucessor, o que acabou não acontecendo. O escolhido foi o Coronel Adauto Bezerra, que contou com o apoio do Coronel Virgílio Távora, que conseguiu indicar para vice-governador Waldemar de Alcântara.

Apesar não ter conseguido indicar seu sucessor, César Cals conquistou, graças à sua ligação com o Governo Federal, a presidência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS. Cargo que ocupou até o ano de 1979 e que deixou para tomar posse na vaga de Senador. Seu último cargo político foi o de Ministro das Minas e Energia no Governo do Presidente João Figueiredo. Faleceu em 1991.

Passamos, agora, ao Governo do Coronel Adauto Bezerra.

1.1.2 O Governo do Coronel Adauto Bezerra

José Adauto Bezerra, cearense de Juazeiro do Norte, filho de José Bezerra de Menezes e Maria Amélia Bezerra, proprietários de usinas de beneficiamento de algodão. Cursou a Academia Militar das Agulhas Negras, onde concluiu o curso de Oficial do Exército.

No ano de 1974, Adauto Bezerra tinha posição de destaque no cenário político cearense, pois liderava grupo eleitoral que envolvia não só a região caririense, como também outras regiões do Ceará. (LINHARES, 1996).

Em 3 de outubro de 1974, a Assembleia Legislativa do Ceará realizou sessão especial, no qual foi eleito governador o Coronel Adauto Bezerra, e para vice-governador Waldemar de Alcântara.

Diferente da administração anterior, a gestão de Adauto Bezerra pretendia cuidar mais do interior do Ceará. Em seus pronunciamentos, costumava dizer que governaria “[...] de costas voltadas para o mar e de frente para interior cearense” (LINHARES, 1996, p. 375).

Mesmo querendo fazer uma gestão diferente da de César Cals, Adauto Bezerra usou a mesma estratégia política que este: obter o monopólio da política cearense. E para conseguir o controle político desejado, colocou seus familiares em cargos imprescindíveis da administração pública, bem como concedeu regalias aos seus sectários, tendo até sido criada

a Secretaria para Assuntos Municipais, que tinha como Secretário seu irmão gêmeo Humberto Bezerra, ex-vice-governador do Ceará. Para embasar esta informação, usamos as palavras de Farias.

[...] Adotou, desde o início, da mesma forma que César Cals, uma forte estratégia de monopolizar a política do estado; o eixo dessa estratégia passava pela distribuição de membros de sua família em postos públicos vitais e pela conquista de apoios, concedendo vantagens materiais e simbólicas aos correligionários e até aos partidários dos demais coronéis, as velhas e fisiológicas oligarquias municipais, sempre atraídas pelo “canto do governo”. Nessa missão de obter “leais aliados”, foi fundamental a criação da Secretaria para Assuntos Municipais, entregue a Humberto Bezerra. (2007, p. 288)

O enfraquecimento econômico dos municípios cearenses, que havia se intensificado com a concentração dos recursos nas mãos do governo federal, e a inabilidade de grande parte dos prefeitos das cidades cearenses, só veio a colaborar com a estratégia política implantada pelo Coronel Adauto Bezerra, pois essa situação criava gestores leais e dependentes do seu governo.

Em mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Ceará em 1978, Adauto Bezerra destaca que, apesar de estar em tempos de recessão, o Ceará recebeu quantidade significativa de verbas federais a serem aplicadas em projetos.

Tendo que administrar, portanto, numa época de recessão financeira e de cortes orçamentários, é gratificante dizer que nunca, em sua história recente, o Ceará foi tão beneficiado por transferências federais. [...] Essa privilegiada posição alcançada pelo Ceará, em relação aos demais Estados nordestinos, deveu-se a um trabalho integrado, que consistiu na elaboração rápida e oportuna de planos, programas e projetos, todos de reconhecida exequibilidade, completando-se esse trabalho com o acompanhamento de sua aprovação junto aos organismos federais e regionais. (1978, p. II – preâmbulo)

É válido mencionar algumas obras realizadas em seu governo. Na área da agricultura foi implantado o POLONORDESTE, destaca-se que, em três anos de atuação desse projeto, foram aplicados cerca de Cr\$ 239,5 milhões nos municípios de Baturité, Quixadá, Sertões dos Inhamuns e Salgado, Quixeramobim e médio Jaguaribe, dentre outros. (MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1978, preâmbulo, p. II).

No setor educacional, mais especificamente o ensino de primeiro grau, foram ampliadas 197 salas de aula, 277 escolas e a construção de 91 unidades escolares. O objetivo desse governo era possibilitar que crianças, com idade entre 7 e 14 anos, tivessem maior acesso à educação. No mês de dezembro de 1977, 79,6% da população com essa faixa etária já estava frequentando a escola. (MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1978, preâmbulo, p. IV).

Na área da saúde, podem ser citados a ampliação do sistema estadual de saúde; a conclusão do Hospital Infantil Albert Sabin; a construção de um hospital regional em Jaguaribe; a edificação do Hospital Otacílio Mota, em Ipueiras; e a instalação do Pronto Socorro Psiquiátrico e do Centro de Psiquiatria Infanto-Juvenil, os dois no Hospital de Saúde Messejana. Em várias outras cidades também estavam sendo construídos hospitais, dentre elas citamos: Uruburetama, Solonópole, Boa Viagem, Iracema, Sobral, Juazeiro do Norte, Senador Pompeu, Tianguá, dentre outras. (LINHARES, 1996, p. 376).

Foi no governo de Adauto Bezerra que houve a interiorização do Banco do Estado do Ceará – BEC e a criação da Universidade Estadual do Ceará – UECE. (MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1978, preâmbulo, p. X).

Adauto Bezerra tinha uma força política que impressionou tanto Virgílio Távora quanto César Cals. Os maiores centros de oposição ao seu governo localizavam-se na região de Morada Nova, que era comandada por Manoel de Castro, aliado de Virgílio Távora, e na região de Juazeiro Norte, governada por Mauro Sampaio, este ex-aliado dos Bezerra e, posteriormente, aliado de César Cals.

Para endossar a força política que Adauto Bezerra tinha no Estado do Ceará, usamos as palavras de Farias (2007, p. 289) quando ele afirma que “Adauto exercia largo controle sobre a vida política do estado. O Ceará virou uma grande Juazeiro do Norte. Nada parecia deter o coronel. [...]”.

Em 28 de fevereiro de 1978, com menos de três anos de gestão, Adauto Bezerra lê sua carta-renúncia no Plenário 13 de Maio da Assembleia Legislativa do Ceará. O motivo alegado era a desincompatibilização, pois o mesmo desejava concorrer a um mandato federal.

Em suas palavras, Adauto Bezerra afirma o seguinte:

Levo ao conhecimento dessa Augusta Assembléia Legislativa que, nesta data, 28 de fevereiro do ano em curso, por meio do presente instrumento, renuncio a meu mandato de Governador do Estado do Ceará, para efeito de desincompatibilização, visto como estou no propósito de candidatar-me ao mandato eletivo federal. Em consequência, me afasto, hoje, a partir deste momento e em caráter definitivo, do cargo de Chefe do Poder Executivo Estadual e o faço com estrita observância dos constitucionais e legais aplicáveis à espécie. (MOTA, 2008, p. 87-88)

Sobre a renúncia do governador Adauto Bezerra e a posse do Vice-Governador, Waldemar de Alcântara, Linhares cita um fato interessante:

Petrônio Portela, – uma das Inteligências mais brilhantes que o cenário político nacional teve na atualidade, que a morte retirou do nosso convívio –, dizia que no mês de fevereiro de 1978 foi feita uma reunião em seu gabinete de líder do Governo no Senado com a presença de Adauto, Waldemar de Alcântara, ainda vice-governador, e Virgílio Távora. Adauto anunciou que iria renunciar e Waldemar informou que não poderia assumir, pois se o fizesse estaria prejudicando o seu filho Lúcio, que desejava ser deputado federal. Virgílio então propôs que Lúcio fosse o próximo prefeito de Fortaleza e comprometeu-se a tanto. Vai daí, dizia Petrônio, que Virgílio já estava trabalhando para ser o próximo Governador do Ceará. Ante tal argumento, Waldemar aceitou o mandato de um ano, apesar de ser uma fase de grandes expectativas. (1996, p. 377-378).

A Chefia do Poder Executivo, a partir do momento da renúncia, passou para o vice-governador Waldemar de Alcântara. Este governou o Ceará de fevereiro de 1978 a março de 1979.

Na disputa de 1978, a Aliança Renovadora Nacional – ARENA elegeria a maioria dos deputados estaduais e federais; colocaria César Cals como senador biônico; nomearia Lúcio Alcântara, filho do Governador Waldemar de Alcântara, para Prefeito de Fortaleza; e para governador do Ceará, Virgílio Távora e como vice-Governador, Manoel de Castro.

A criação do cargo senador biônico era parte de um conjunto de normas feitas pelo Presidente Geisel popularmente conhecido como o “pacote de abril”. O objetivo da criação desse cargo era impossibilitar que o Movimento Democrático Brasileiro – MDB se tornasse majoritário no Senado. Sobre isso, Fausto explica o seguinte:

Geisel apertou o cerco, introduzindo em abril de 1977 uma série de medidas que ficaram conhecidas como o “pacote de abril”, após colocar o Congresso

em recesso. Entre as medidas do pacote, estava a criação da figura do Senador biônico, cujo objetivo era impedir que o MDB viesse a ser majoritário no Senado. Os senadores biônicos foram eleitos, ou melhor, “fabricados”, por eleição indireta de um colégio eleitoral. (2006, p. 272).

Encerrava-se, assim, a década de 1970 no Estado do Ceará. Uma década marcada por disputas políticas, perseguição a adversários políticos, morte e tortura de pessoas contrárias ao Regime Militar vigente no Ceará e no Brasil.

1.2 O Ceará entre Dois Extremos – a enchente de 1974 e a seca de 1979: percursos políticos, culturais e educacionais

A década de 1970 foi agitada. A economia mundial passava por uma recessão, após a crise do petróleo de 1973. Os Estados Unidos entraram em estagnação e o Presidente Richard Nixon era deposto pelo caso Watergate⁹. A economia do Japão começava a crescer. A consciência ambiental estava iniciando, pois o mundo passava por uma crise no abastecimento de petróleo e o Nordeste brasileiro viveu dois desastres climáticos e ambientais antagônicos: a enchente em 1974 e uma grande seca no ano de 1979.

Sobre a crise do petróleo, Fausto diz o seguinte:

Em outubro de 1973, ainda no período Médici, ocorreu a primeira crise internacional do petróleo, como consequência da chamada Guerra do Yom Kippur, movida pelos Estados Árabes contra Israel. A crise afetou profundamente o Brasil, que importava mais de 80% do total do seu consumo. (2006, p. 273).

No Brasil, esta década foi marcada pelos festivais de música, pela repressão, pela censura e pela ditadura militar, que, por meio de punição e autoritarismo, o governo controlava em diversos aspectos a vida cultural brasileira. Para tentar fugir de tanta vigilância, os artistas e pessoas ligadas à cultura acharam na música uma forma de protestar.

⁹ O escândalo aconteceu em 1972 e, após dois anos de investigação, culminou com a renúncia do presidente Richard Nixon. A invasão aos escritórios do Partido Democrata americano em Washington, que ficou conhecido como o escândalo de Watergate, no conjunto de edifícios Watergate, ocorreu durante a campanha eleitoral e, mesmo com evidências ligando o episódio ao comitê de Nixon, o presidente foi reeleito com larga margem de votos.

A música tinha a função de divulgar a mensagem, contra ou não, ao regime militar. Eclodiram letras de teor social e de protesto, que chegavam à população por meio da participação de diversos músicos nos festivais de canção realizados pelas emissoras de televisão.

Dentre as várias canções e músicos dessa época, destacaram-se: **Fio maravilha** (1972), de Jorge Ben e interpretado por Maria Alcina; **Águas de março** (1972) composta e interpretada por Tom Jobim; **Fato consumado** (1975) de Djavan e interpretado por ele mesmo; **Cio da terra** (1976) de Milton Nascimento e Chico Buarque e cantada por Milton Nascimento; **Bandolins** (1979), de Oswaldo Montenegro e interpretado por Oswaldo Montenegro e José Alexandre, dentre outros.

E no Ceará não podia ser diferente. Atores, escritores e intelectuais encenavam peças, publicavam jornais e revistas com teor político e social. Na década de 1970, a literatura cearense se reconfigurava e tomava forma, tornando-se mais variada. No intuito de mostrar a homogeneidade da produção literária cearense e para tentar preencher o vazio deixado por grupos como Padaria Espiritual, Grupo Clã e outros, surgiu, em meados desta década, a revista **O Saco**. Esta publicação partiu da iniciativa de Nilto Maciel e Carlos Emílio Corrêa Lima e tinha por finalidade dar nova vida literária ao Ceará. São contemporâneos os escritores Cláudio Martins, Durval Aires de Menezes, Pedro Paulo Montenegro, Sanzio de Azevedo, dentre outros.

Em Fortaleza, em 1973, foi realizado o festival *Massafeira Livre*. Sobre esse festival, Farias pontua que

Poetas, repentistas, atores, músicos, artistas plásticos, compositores, escritores... Todo mundo queria liberdade arte e um País melhor. Dessa “panelada cultural” cearense culminaria a realização do original festival *Massafeira Livre* em 1979, a “marmota do mormaço”. (FARIAS, 2007, p. 292)

Muitos artistas cearenses também se notabilizaram nessa época, dentre eles evidenciamos: Rodger Rogério, Ednardo, Ricardo Bezerra, Petrúcio Maia, Belchior, Fagner, Lauro Benevides, Jorge Melo, Cirino, Luiz Fiúza, Ribamar, Pretextato Melo, Dedé, Branquinho,

Sérgio Pinheiro e Marinho. Vale destacar que, no ano de 1971, a TV Tupi promovia festivais nordestinos, nos quais esses artistas foram projetados.

Muitos dos músicos citados anteriormente eram jovens de classe média que abandonaram seus cursos superiores para seguir a carreira artística, pois, para realizar seu sonho, era necessário deixar o Ceará para tentar alçar voos mais altos.

Em 1971, Belchior deixou o Ceará em busca de seu sonho. Nesse mesmo ano ele ganhou, no Rio de Janeiro, um festival com a música **Na hora do almoço**. Essa conquista teve repercussão nacional e ajudou outros cearenses a trilhar o caminho musical.

Outros cearenses que seguiram o mesmo caminho que Belchior, e mesmo com todas as dificuldades, conseguiram se estabelecer foram: Fagner, Ednardo, Manassés e vários outros.

Paralelo a essa agitação cultural, o movimento estudantil cearense se reorganizava. Os Centros Acadêmicos – CA's da Universidade Federal do Ceará – UFC e da Universidade Estadual do Ceará – UECE foram reabertos. No ano de 1979, o Diretório Central dos Estudantes da UFC era reestruturado, com sua Direção ligada ao Partido Comunista do Brasil – PCdoB. Posteriormente, surgiu a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas – UMES, e a União Nacional dos Estudantes – UNE.

Na metade da década de 1970 e início da de 1980, começou a se organizar, no Ceará, os movimentos populares e de esquerda, contestando a Ditadura Militar e exigindo a volta da democracia.

Em 1976, é criado o Movimento Feminista pela Anistia – MFPA, que tinha como objetivo, além de agrupar mulheres e revelar os excessos do regime, reivindicar a soltura de presos políticos. O grupo era composto por parentes de presos e militantes de esquerda que resistiram às perseguições, prisões e torturas bem comuns dessa época. A presidente do MFPA era a professora Níldes Alencar, irmã de Frei Tito. Podemos citar mais alguns integrantes do grupo, tais como, Rosa da Fonseca, Jorge Paiva, Célia Zanetti, Maria Luiza Fontenelle.

A Igreja Católica também participou dessa mobilização popular. Sua colaboração se deu por meio das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, do Movimento Cáritas, das

Comissões Pastorais da Terra – CPT e do Movimento de Defesa dos Favelados. Todos esses movimentos tiveram a liderança do Arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider. A Igreja, que era uma coligada da elite, passou a defender os mais humildes e pedia mudanças na ordem social e política no Brasil. Ela agora era, também, um local de apoio de militantes clandestinos de esquerda em busca da defesa da democracia e dos direitos humanos. (FARIAS, 2007).

Realizar greve no Brasil passou a ter amparo legal após a aprovação, pelo Congresso, da Lei n. 4.330, de 1º de junho de 1964¹⁰. Esta lei determinou os requisitos necessários para que uma greve fosse considerada legal. Para fundamentar essa informação, empregamos as palavras de Fausto quando ele assegura que

[...] A lei da greve, aprovada em junho de 1964 pelo Congresso, criou exigências burocráticas que tornaram praticamente impossível a realização de paralisações legais. É bom lembrar que, em quase 20 anos de regime democrático, o Congresso não aprovava nenhuma lei cumprindo o preceito constitucional que garantia o direito de greve, embora na prática ele fosse exercido livremente nos últimos anos daquele período. (2006, p. 260).

De acordo com esta lei, funcionários públicos não poderiam realizar greve. Transcrevemos o artigo que estipula essa proibição. “Art. 4º – A greve não pode ser exercida pelos funcionários e servidores da união, Estados, Territórios, Municípios e autarquias, salvo se se tratar de serviço industrial e o pessoal não receber remuneração fixada por lei ou estiver amparado pela legislação do trabalho”.¹¹

Além de toda essa agitação, motoristas e trocadores de ônibus de Fortaleza, em 1979, fizeram uma greve de onde saíram vitoriosos, pois atingiram o objetivo que era aumento de salário. Esta foi a primeira greve desde 1964, e representava o resgate da luta sindical no Ceará. O movimento durou do dia 4 ao dia 7 de julho de 1979. “[...] O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo iniciou uma campanha para a correção dos salários que abriu caminho para as grandes greves de 1978 e 1979, reunindo milhões de trabalhadores. [...]” (FAUSTO, 2006, p. 277).

¹⁰ Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1964/4330.htm>>. Acesso em: 12.jun.2014.

¹¹ Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1964/4330.htm>>. Acesso em: 12.jun.2014.

Somando-se aos motoristas e trocadores de ônibus, outros profissionais também deflagram greve nesse mesmo ano. Podemos citar os médicos, por reposição salarial; e os motoristas de táxi, por reajuste nas tarifas que estavam baixas devido ao aumento do preço dos combustíveis.

Outra importante paralisação ocorrida nesse mesmo ano foi a dos metalúrgicos que, com apoio de parte da sociedade, da Igreja e de parlamentares, suportaram uma forte repressão policial, as ameaças de demissão vindas dos patrões e da manipulação da imprensa. Depois de dez dias, ela acabou e os grevistas conseguiram grande parte das reivindicações exigidas.

A extensão das greves de 1979 mostrou que a afirmativa dos setores conservadores, segundo a qual São Bernardo constituía um mundo à parte, em grande medida não era verdadeira. O que se passava em São Bernardo tinha repercussão no resto do país [...] (FAUSTO, 2006, p. 277).

Alguns anos antes da ocorrência dessas manifestações, o Ceará é surpreendido por chuvas e inundações. O Estado que é conhecido pelas suas secas periódicas, é surpreendido, em 1974, por chuvas contínuas o que, para os agricultores cearenses, caracterizavam um “bom inverno”.

A alegria que os cearenses estavam sentindo pelo bom inverno que se aproximava, cedia lugar ao medo da enchente que se avizinhava. As precipitações constantes acabaram por inquietar o dia a dia dos moradores de cidades como Aracati, Itaiçaba e Jaguaruana, pois esses municípios foram invadidos pelas águas do Rio Jaguaribe. Segundo Silva,

Não era para menos. Entre os meses de março e abril de 1974, as cidades localizadas ao longo das margens do Rio Jaguaribe, mais especificamente Aracati, Itaiçaba e Jaguaruana tiveram seu cotidiano abalado pelas constantes chuvas e por conta da invasão das águas do Rio Jaguaribe em seus centros urbanos. (2006, p. 113).

A partir de março de 1974, o jornal **O Povo** começa a noticiar que o Rio Jaguaribe estava transbordando e deixando municípios em alerta, pois, com a quantidade de água recebida devido às chuvas constantes, o açude Orós transbordaria a qualquer momento. Sobre o assunto, Silva escreve o seguinte

O transbordo do Rio começa a ser fato comum nas páginas de “O Povo”. No dia 20 de março de 1974, noticiava: “Jaguaribe transborda em Limoeiro do Norte”. Quanto a Aracati, na mesma edição, chama a atenção para monumentos históricos que estão sendo destruídos pelas águas da chuva, referindo-se à igreja matriz da cidade, edificação do século XVIII, construída em honra à Nossa Senhora do Rosário. (2006, p. 114)

Essas chuvas constantes não afetavam somente o interior do Ceará, pois em Fortaleza, o aumento do volume de água do Rio Cocó inundou o bairro Lagamar. Sobral também fora afetada pela cheia do Rio Acaraú. Todo o Estado do Ceará estava em alerta por conta das enchentes.

No mês de maio de 1974 as chuvas, que começaram a precipitar em janeiro desse mesmo ano, insistiam em cair incessantemente, sem dar trégua à população. O solo estava encharcado e o agricultor que havia perdido tudo com a enchente, passava fome, adoecia e morria. Era necessária a ajuda do governo estadual e federal diante desta catástrofe. E o governo estadual se mobilizou para combater essa calamidade. Em mensagem enviada à Assembleia Legislativa em 1975, César Cals relata o seguinte:

Com referência ao ano de 1974, objeto precípua desta Mensagem do Governo, é fato conhecido o drama vivido pelo Ceará ao enfrentar as violentas enchentes que castigaram o Estado. Em consequência do excesso das chuvas, com o transbordamento simultâneo dos rios Jaguaribe, Banabuiú, Salgado, Acaraú e outros, das inundações de dezenas de cidades, o Governo do Estado foi totalmente mobilizado para enfrentar grave problema. (CEARÁ, 1975. [s.p.])

Sobre as chuvas e inundações, Silva afirma que “[...] O enorme volume d’água despejado pelo Rio Jaguaribe no Atlântico fez com que os municípios com maior proximidade com o Oceano, principalmente Aracati e Itaiçaba, ficasse à mercê da vazão do Rio”. (2006, p. 123).

Estava acontecendo o que dizia os versos da música **Sobradinho**, de Sá e Guarabyra: “E passo a passo vai cumprindo a profecia do beato que dizia que o sertão ia alagar/O sertão vai virar mar, dá no coração/O medo que algum dia o mar também vire sertão”.¹²

¹² Disponível em <<http://lettras.mus.br/sa-guarabyra/356676/>>. Acesso em: 13.abr. 2014.

Vários municípios, tais como: Aracati, Itaiçaba, Jaguaruana e Limoeiro do Norte, estavam com a maior parte de sua população desabrigada e a situação tornara-se insustentável, e por esse motivo, decretaram estado de calamidade pública. “O Povo de 01 de maio de 1974 noticia a incrível cifra de ‘cento e doze mil desabrigados’ como saldo parcial das enchentes em todo Estado.” (SILVA, 2006, p. 128).

Para enfrentar a catástrofe climática da enchente que assolava o Ceará, o governo do Estado tomou as seguintes providências “[...] abastecimento regular de gêneros, roupas e artigos de primeira necessidade, assistência médica, vacinação, distribuição de sementes selecionadas para o replantio e assistência técnica através da ANCAR”. (CEARÁ, 1975. [s.p.]).

É sabido por todos que o fenômeno da seca, no Nordeste brasileiro, ocorre de maneira cíclica, ou seja, de tempos em tempos. E depois do rigoroso inverno de 1974, era chegada a vez de uma das maiores secas do Século XX registrada em nosso Estado. Tal fenômeno climático ganhou destaque no Brasil e foi comparada com a catástrofe ocorrida no período de 1877-1879, pois nessa estiagem faleceram 200 mil cearenses. Segundo Pomponet,

O fenômeno da seca só ganhou notoriedade no Brasil com o grande flagelo dos anos 1877-1879, que abalou o semiárido brasileiro, à época esquecido e vagamente designado como “norte”. Naquela estiagem pereceram pelos menos 500 mil nordestinos, com 200 mil mortes somente no Ceará. (2009, p. 59).

No período compreendido entre 1979 e 1984, o Ceará passava por uma das maiores, ou talvez a maior, seca ocorrida no século XX. Foi um desastre socioeconômico, pois a pecuária e as plantações de algodão entraram em colapso. Em várias cidades ocorreram saques e invasões, diversos proprietários de estabelecimentos comerciais distribuíam alimentos para minorar a situação dos milhares de flagelados.

Durante essa estiagem milhares de animais morreram de fome e de sede; pessoas desnutridas e doentes faleceram de fraqueza pela fome, pois, para muitos deles, o único alimento do dia era água barrenta com açúcar, retirada de poços e açudes secos; um pouco de café com farinha e, também, um tipo de lagarto mais conhecido como teiú.

Pela primeira vez a seca no Nordeste era mostrada pelas televisões brasileiras. Até uma campanha foi lançada para arrecadar alimentos e dinheiro para ajudar os nordestinos. Segundo Farias

[...] Foi a primeira “seca global”, pois os modernos meios de comunicação deram maior realismo e dramaticidade à situação sertaneja. As emissoras de tevê apresentavam ao vivo o sertão cinzento e ensolarado, o gado morto de fome e sede, a população esquelética, subnutrida e doente. O País se chocou. Campanhas são feitas arrecadando comida e recursos para “salvar urgente o Nordeste”. [...] (2007, p. 293)

Diante dessa situação que provocou comoção nacional, o Governo Federal enviou caminhões-pipa para distribuir água no interior do Ceará. Criou também as frentes de serviços para a construção de açudes, cacimbas e estradas, objetivando diminuir a tensão social que esse fenômeno natural causara e procurar conservar os cidadãos em seus municípios.

Homens, mulheres e crianças trabalhavam nessas frentes de serviços, carregando e quebrando pedras, sob um sol escaldante, um intenso calor, e, muitas vezes, sem terem se alimentado. Por esse motivo, vários deles passavam mal e desmaiavam durante o trabalho. Sobre a carência de alimento, Cavalcanti (1986, p. 88) destaca a fala de um trabalhador da frente de serviço: “Na seca o *cumê* é mais limitado e a gente, com isso, se sente mais fraco para trabalhar nesse serviço pesado”.

Após abordarmos o contexto socioeconômico, político e cultural do Ceará na década de 1970, é hora de revelarmos as circunstâncias educacionais do nosso Estado. Isso se dará no próximo capítulo.

1.3 O Contexto Educacional Cearense na Década de 1970

De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil – 1974, o Ceará possuía, segundo a situação do domicílio, 1.862.193 habitantes. Desses, 809.543 viviam na zona urbana. Dos residentes da zona urbana, 466.859 sabiam ler e escrever e 337.403 não sabiam. Os moradores da zona rural totalizavam em 1.052.650, desses 279.132 declararam saber ler e escrever,

enquanto 763.492 alegaram não saber nem ler, nem escrever. (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1974, p.91).

Se colocarmos os números anteriormente descritos em forma de porcentagens teremos o seguinte: dos moradores da zona urbana, 57,66% declarou saber ler e escrever, enquanto na zona rural esse número caía para 26,51%.

Com relação ao Ensino Primário, em 1972 o Ceará possuía 12.774 escolas públicas o que correspondia 93,39% dos estabelecimentos cearenses, com 15.540 salas de aulas e 21.924 docentes; já as escolas particulares eram em número de 903 estabelecimentos, que representavam 6,60% das instituições escolares com 2.420 salas de aula e 21.595 professores. No mesmo período, havia no Brasil 155.463 escolas públicas, com 273.524 salas de aula e 525.628 professores; e 9.588 escolas particulares, com 33.653 salas de aula e 449.731 docentes. (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1974, p. 757).

Em 1972, de um total geral de 573.238 discentes inscritos nas escolas cearenses, 369.529 foram matriculados na 1^a série; 82.363 na 2^a série; 58.783 na 3^a; 43.518 na 4^a; 17.429 na 5^a, e apenas 1.617 na 6^a série do primeiro grau. Nota-se que ocorria um decréscimo na quantidade de alunos matriculados conforme aumentava o nível de escolaridade. (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1974, p. 760).

Neste mesmo ano, o número de alunos cearenses repetentes no início do ano era de 101.841, o que correspondia a 17,76% dos discentes matriculados no ensino primário, distribuídos da seguinte maneira: 82.639 na 1^a série, ou seja, 81,14%; 8.285 na 2^a série, o equivalente a 8,13%; 5.974 na 3^a série, o que correspondia a 5,86%; 3.583 na 4^a série ou 3,51%; 1.279 na 5^a série, relativo a 1,25% e 81 alunos repetentes na 6^a série, o que correspondia a 0,07% dos estudantes repetentes. (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1974, p. 764).

Se fizermos o comparativo do número de discentes matriculados por série com a quantidade dos repetentes teremos o seguinte resultado: na 1^a série, dos 369.529 alunos matriculados, 82.639 eram repetentes, o que correspondia a um total de 22,36%; na 2^a série dos 82.363 discentes matriculados, 8.285 eram repetentes, ou seja, 10,05%; na 3^a série de um total de 58.783 discentes matriculados, 5.974 estavam repetindo o ano, quantidade equivalente a 10,16%; com relação a 4^a série, dos 43.518 alunos matriculados, 3.583 eram repetentes, o que corresponde a 8,23%; dos

17.429 discentes matriculados na 5^a, 1.279 eram repetentes, ou seja, 7,33%; e, finalmente, na 6^a série dos 1.617 matriculados, 81 eram repetentes, o equivalente a 5%. Vale salientar que, apesar da quantidade de discentes matriculados nas séries terminais do ensino primário ser menor, o índice de repetência também é o menor de todo este nível de escolaridade.

O cenário educacional cearense na década de 1970 espelhava o que acontecia no contexto nacional. No decurso dos governos militares, as decisões tomadas pelos administradores estaduais passaram a sofrer a influência das resoluções adotadas pelo governo federal. Isso será devido à crescente interferência dos ministérios nas resoluções concernente aos estados e pela adoção de uma sistematização diferente da que era utilizada pelas gestões locais. Acontecia a volta da centralização das deliberações, que passavam a ser um símbolo preponderante da gestão da coisa pública. E como não poderia ser diferente, os planos estaduais eram cópias dos federais. (VIEIRA, 2002).

O governador César Cals, em mensagem enviada à Assembleia Legislativa em 1973, afirmava que o governo vinha aumentando os esforços para combater e diminuir o déficit educacional no Ceará alusivo aos 1º e 2º graus. Para isso, fora utilizada uma política aguerrida de construção, ampliação e reforma de escolas, bem como a utilização, por meio de convênios, de instalações desocupadas da rede particular de ensino.

César Cals garantia que “O setor educacional apresentou resultados altamente positivos no período 1971/74, a despeito da acentuada deficiência da estrutura escolar ainda existente em nosso Estado”. (CEARÁ, 1975. [s.p.]). Para reforçar essa afirmação, vejamos a tabela a seguir.

Tabela 1 – Número de matrículas na rede estadual de ensino – período de 1971 a 1974

Anos	Ensino Pré-Primário		Ensino de 1º Grau			Ensino de 2º Grau		
	Total	Crescimento %	Total	Tx. de crescimento	Sist. TVE	Compra Vagas	Total	Crescimento %
1971	3.691	6,8	170.819	5,1	-	-	12.984	5,2
1972	4.620	12,2	198.795	16,4	-	-	15.179	16,9
1973	5.110	10,6	213.896	7,6	-	1.270	16.932	11,5
1974	5.499	7,7	249.698	18,8	2.429	3.624	20.707	22,0

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa – 1975.

Foi na administração de César Cals que se iniciou a era dos planejamentos governamentais. O Plano Estadual de Educação – PEE (1973-1976) e o Plano de Governo do Estado do Ceará – PLACEG (1971-1974) são planejados concomitantemente ao *I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico – I PND* (1972-1974) e do *I Plano Setorial de Educação e Cultura – I PSEC* (1972-1974). (VIEIRA, 2002).

Sobre o Plano Estadual de Educação, Gomes afirma o seguinte

Na década de 1970, a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Ceará, visando à elaboração de seu primeiro Plano Estadual de Educação – (P.E.E.), realizou um diagnóstico educacional do Estado, onde foram constatados os seguintes pontos de estrangulamento no sistema: 44% da população na faixa de sete a catorze anos sem atendimento escolar; estrangulamento no fluxo de matrícula – somente 3% dos alunos matriculados na 1ª série do 1º grau, oito anos depois; a evasão e repetência escolar atingiam a taxa de 20% da matrícula da 1ª série; a heterogeneidade etária em todas as séries do 1º grau; grande número de professores leigos, sendo a rede municipal a detentora dos mais elevados percentuais. (2012, p. 56-57).

A democratização do acesso ao ensino era um dos objetivos constantes na LDB de 1971, mas, segundo Vieira, o número de vagas oferecido não correspondia ao que foi anunciado.

Vieira sustenta que

[...] Embora a democratização do acesso se configure como um dos objetivos explícitos da reforma do ensino de 1º e 2º graus, não ocorre um aumento de vagas compatível com as expectativas de expansão anunciadas. Persistem práticas herdadas de administrações anteriores, como a compra de vagas ociosas à rede particular. Por outro lado, vale assinalar que neste governo “não há evidencia de empreguismo na Secretaria de Educação” (p. 237), mantendo-se estável o quadro de servidores. (2002, p. 285).

No governo de Adauto Bezerra é elaborado o I Plano Qüinqüenal de Desenvolvimento do Estado do Ceará – I PLANDECE (1975-1979). Este planejamento adequa-se ao II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – II PND (1974-1979) e ao II Plano Setorial de Educação e Cultura – II PSECD (1975-1979) do governo federal. (VIEIRA, 2002).

Sobre o PLANDECE, Vieira (2002, p. 286) salienta que “Quando este governo começa, já existe um Plano Estadual de Educação em andamento. Não se recorre, assim, a um novo plano, dando-se continuidade a projetos já iniciados.”

Com o amparo do II PSECD, tornava-se maior o número de entidades educacionais e financeiras para os quais o Estado podia atrair ajuda externa. Esses trâmites necessitavam de celeridade e flexibilidade nem sempre encontrados no setor público. Com mais dinheiro acessível, era mais fácil o Estado efetuar as ações constantes do seu plano de governo, dentre as quais destacamos o acesso à educação. Recorremos à Vieira para reforçar a afirmação

[...] Num contexto de maior volume de recursos, o Estado é capaz de “realizar muitas das ações contidas no plano de Governo” (Veras, op. Cit., p. 240) e estimular o aumento das oportunidades educacionais. Isto é feito mediante o apoio a inovações tecnológicas como a TV Educativa (TVE). Criada no governo anterior (1974), em sintonia com prioridades do II PSECD, a instituição representa uma alternativa não convencional de suporte à expansão das oportunidades educacionais. (2002, p. 286).

Sobre os recursos recebidos pelo Ceará, mesmo estando em um período de recessão, o Governador Adauto Bezerra afirmou o seguinte: “Tendo que administrar, portanto, numa época de recessão financeira e cortes orçamentários, é gratificante dizer que nunca, em sua história recente, o Ceará foi tão beneficiado por transferências federais”. (CEARÁ, 1978, p. II). E completa:

Essa privilegiada posição alcançada pelo Ceará, em relação aos demais Estados nordestinos, deveu-se a um trabalho integrado, que consistiu na elaboração rápida e oportuna de planos, programas e projetos, todos de reconhecida exeqüibilidade, completando-se esse trabalho com o acompanhamento de sua aprovação junto aos organismos federais e regionais. (Idem, ibidem).

Durante o período de 1974-1978, o governo destinou ao ensino de 1º grau a maior parte de ações técnicas e financeiras, mas sem esquecer-se do ensino de 2º grau, do supletivo e do ensino pré-escolar.

Essa prioridade dada ao 1º grau era devido à universalização desse nível de ensino recomendada pela LDB 5.692/71.

[...] resultou na política de oportunidades educacionais à população de 7 a 14 anos, enfatizada nas ações do Governo, crescendo a matrícula de 784.900 em 1975 para 989,764 em 1978, e atingindo um índice de escolarização de 82,2% [...] (CEARÁ, 1979, p. 50).

O ensino pré-escolar no ano de 1974 teve 4.730 alunos matriculados, e em 1978 essa quantidade subiu para 15.128. O ensino de 2º grau, em 1975, teve 52.895 alunos matriculados. O governo manteve e ampliou a oportunidade de qualificação no 2º grau, criando habilidades básicas para esse nível de ensino nas áreas de saúde, comércio, crédito e finanças. (CEARÁ, 1979, p. 51).

Virgílio Távora foi o último governador do Ceará da década de 1970. Em seu segundo mandato não consecutivo, governou o Ceará de 1979 até 1983. A maior parte de sua administração condisse com a vigência do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – III PND, que foi no período de 1980-1984 e corresponde também ao III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto – III PSECD, que vigeu no período de 1980 até 1985. (VIEIRA, 2002).

Em seu governo foram idealizados o II Plano de Metas Governamentais – II PLAMEG (1979-1983) e o Plano Estadual de Educação – II PEE (1979-1983). Segundo Vieira (2002, p. 288), “Neste segundo plano, diferentemente do I PLAMEG, a educação não figura como uma das prioridades governamentais [...]”

As prioridades do PEE estão dirigidas à assistência à escola na zona urbana e rural e também ao planejamento e administração educacional. Já o III PSECD está voltado para a educação na zona rural e nas periferias urbanas, à expansão cultural e ao enrandecimento dos recursos humanos. Sobre esses planos, Vieira (2002, p. 288) afirma que “[...] Se nos planos anteriores o local incorpora o nacional, no caso do III PSECD, a tendência reside no oposto – o nacional incorporando o local.”

Dois fatos são importantes destacar desse governo. O primeiro é que, seguindo os mesmos passos que as administrações anteriores, o Governador Virgílio Távora continuou com a política de contratar profissionais sem concurso. No período de sua administração, a quantidade de professores chegou quase a duplicar, passando de 14.782 para 26.604 docentes

contratados, representando um aumento de 79,97%. É válido ressaltar que não houve concurso público para a contratação desses docentes. O segundo acontecimento a ser evidenciado é a mudança constante de Secretários de Educação durante essa administração. (VIEIRA, 2002).

Não cabe nesse capítulo detalhar o segundo mandato de Virgílio Távora, pois o período a que nos propomos discutir está compreendido entre 1973 até 1979.

Em nosso próximo capítulo será abordado o sistema Telensino, qual sua proposta, sua orientação filosófica, como era a transmissão dessas aulas e de que maneira acontecia a avaliação da aprendizagem desses alunos.

CAPÍTULO 2

O TELENSINO COMO CAMINHO PARA A EDUCAÇÃO NO CEARÁ

Coração de Estudante¹

(Milton Nascimento)

Quero falar de uma coisa
 Adivinha onde ela anda
 Deve estar dentro do peito
 Ou caminha pelo ar
 Pode estar aqui do lado
 Bem mais perto que pensamos
 A folha da juventude
 É o nome certo desse amor
 Já podaram seus momentos
 Desviaram seu destino
 Seu sorriso de menino
 Quantas vezes se escondeu
 Mas renova-se a esperança
 Nova aurora, cada dia
 E há que se cuidar do broto
 Pra que a vida nos dê
 Flor, flor, e fruto
 Coração de estudante
 Há que se cuidar da vida
 Há que se cuidar do mundo
 Tomar conta da amizade
 Alegria e muito sonho
 Espalhados no caminho
 Verdes, planta e sentimento
 Folhas, coração,
 Juventude e fé.

¹ Disponível em: <<http://letras.mus.br/milton-nascimento/47421/>>. Acesso em: 23. Ago.2014.t

A implantação da TVE teve início no ano de 1966, quando o governador do Ceará, Cel. Virgílio Távora, requereu ao Conselho Nacional de Teleducação – CONTEL², a concessão de um canal de televisão educativa para o nosso Estado. Tal solicitação foi atendida no mês de abril de 1970. De acordo com Bodião,

Parece-me oportuno assinalar que a intenção de dotar cada estado brasileiro de uma emissora de televisão mantida sobre o controle estatal, foi uma medida de caráter exclusivamente político e que as motivações não foram, essencialmente, educativas. Dentro desse espírito é que deve ser entendida a iniciativa do, então governador do Ceará, Coronel Virgílio Távora que, em março de 1966, através do processo 11.298/66 solicitou ao CONTEL uma canal para operação do que seria uma TV educativa para ao estado do Ceará. (1999, p. 26).

Além de requisitar a concessão de um canal de televisão educativa, era necessário também criar, por meio de lei, o órgão que manteria a TV Educativa. E no dia 18 de outubro de 1973, o Governador César Cals sancionou e promulgou a Lei N. 9.753, reproduzida no Anexo I deste trabalho, que concebia a Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE. Esta instituição foi constituída como personalidade jurídica de direito privado, possuindo autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo como finalidade produzir ações educativas em todos os níveis de ensino, pesquisa e extensão como está disposto no seguinte artigo:

Art. 1º. – É o Poder Executivo autorizado a instituir, com personalidade jurídica de direito privado a Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE, com sede e foro na cidade de Fortaleza, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, destinando-se precípua mente, aos seguintes fins:

I – promover atividades educacionais em todos os níveis de ensino, pesquisa e extensão;

II – realizar e patrocinar atividades reclamadas pela política de desenvolvimento econômico-social do Ceará e suas exigências prioritárias no domínio da cultura humanística e conhecimentos científico-tecnológicos.

[...] (CEARÁ, LEI N. 9.753, 18 de outubro de 1973).

A FUNEDUCE era a instituição mantenedora tanto da TV Educativa quanto da Universidade Estadual do Ceará, como está disposto no

²Órgão vinculado ao Ministério das Comunicações, criado pelo Código Brasileiro de Telecomunicações – Lein. 4.117, de 27 de agosto de 1992. Disponível em: < http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=331&assuntoPublicacao=Exposi%E7%E3o%20de%20Motivos%20n.%BA%20231%20/MC,%20de%2010/12/96,%20que%20encaminha%20a%20%20Lei%20Geral%20das%20Telecomunica%E7%F5es.&caminhoRel=null&filtro=1&documentoPath=biblioteca/leis/exposicao_motivos_lgt.pdf >. Acesso em: 14set.2013.

Art. 2º. – A FUNEDUCE promoverá as gestões necessárias para a criação da Universidade Estadual do Ceará integrada, inicialmente, dois estabelecimentos mencionados no art. 4º. desta lei assumindo os encargos financeiros de sua manutenção e da TV Educativa. (CEARÁ, LEI N. 9.753, 18 de outubro de 1973).

A FUNEDUCE tinha autonomia financeira, e seus recursos provinham de várias fontes, como pode ser constatado no artigo transscrito logo a seguir.

Art. 3º. – Constituirão recursos financeiros da FUNEDUCE:

- I – o produto dos percentuais do Fundo de Desenvolvimento do Ceará – F.D.C. atribuídos por lei a autarquias educacionais do Estado, em extinção ressalvado o disposto no §4º., do art. 6º. desta lei;
- II – dotações que lhe forem atribuídas no Orçamento anual do Estado;
- III – as ajudas financeiras de qualquer origem;
- IV – as contribuições financeiras oriundas de convênios, ajustes, acordos ou contratos;
- V – os saldos de exercícios financeiros encerrados;
- VI – taxas de inscrição e anuidades escolares. (CEARÁ, LEI N. 9.753, 18 de outubro de 1973).

A FUNEDUCE estava ligada à Secretaria de Educação, sendo administrada por um Conselho Diretor. A competência, o mandato e as atribuições desse Conselho eram estabelecidos por Estatuto, no qual o Presidente deste era nomeado pelo governador, como consta no §3º do Art. 7º. da Lei 9.753.

A Lei N. 9.753, em seu artigo 8º e parágrafos 1º e 2º, dispõe sobre o tipo de ensino que deverá ser oferecido pela TV Educativa, podendo ser, além do ensino regular, cursos de extensão cultural ou técnica e também difundir matéria que seja de interesse do público ou do Estado.

Art. 8º. – A TV-Educativa do Ceará ofertará à comunidade programas de ensino sistemático relativos ao primeiro e segundo graus, obedecida a legislação pertinente.

§1º. – A TV-Educativa poderá oferecer ainda cursos especiais e de extensão cultural ou técnica bem assim divulgar matéria de relevante interesse público, ou da mais alta administração do Estado.

§2º. – A TV-Educativa colaborará a juízo de sua direção, com diferentes organizações culturais e educacionais, executando, sob convênio, programas instrutivos especiais, assegurada, porém, prioridade para programas análogos da Universidade Estadual do Ceará. (CEARÁ, LEI N. 9.753, 18 de outubro de 1973).

Para iniciar seu funcionamento, a FUNEDUCE recebeu do Governo do Estado, além do orçamento já previsto pela Secretaria da Fazenda, um capital inicial adicional de Cr\$ 200.000,00 que serviria de ajuda para que se colocasse em prática a implantação de seus serviços. Para fundamentar a afirmação, transcrevemos a seguir o artigo 11 da Lei N. 9.753, que legisla sobre esse assunto.

Art. 11 – É o Poder Executivo autorizado a afetar à Fundação Educacional do Estado do Ceará os bens indispensáveis ao seu funcionamento além dos que constituem o patrimônio das entidades referidas nos itens I a IV do art. 4º., bem como abrir, adicional ao vigente orçamento da Secretaria da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), que será transferido à FUNEDUCE a título de auxílio, para a realização de despesas de qualquer natureza com a implantação dos seus serviços, da Universidade Estadual do Ceará e da TV-Educativa do Ceará. (CEARÁ, **LEI N. 9.753**, 18 de outubro de 1973).

A próxima etapa a ser realizada era solicitar a autorização pelo Conselho Estadual de Educação. Para isso, em 1974 o governo do Ceará deu entrada, no Conselho, na solicitação de número 1422/74.

Enquanto aguardava a autorização do Conselho, o Governador César Cals, em audiência com o Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, solicitou auxílio financeiro para a implantação da TVE e ampliação da estação de passageiros e da pista do Aeroporto Pinto Martins. Tal ampliação seria para comportar o aumento no número de passageiros que usariam o aeroporto. (**O POVO**, 14.02.1973, p. 10).

O governo do Ceará começou a tomar as providências referentes à aquisição do terreno para construção da sede da TV Educativa cearense. O local onde seria construída a TVE situava-se, e ainda situa-se, à Rua Osvaldo Cruz, 1985, no bairro Aldeota, em Fortaleza. O prédio estava previsto para ficar pronto no dia 15.6.1973 e possuía 1400m² divididos em dois pavimentos. No andar superior se localizava o Departamento de Engenharia e o local onde estavam instalados os equipamentos de controles, filmes e *slides*. Cerca de 60% do prédio seria ocupado pelos Departamentos de Pedagogia e Produção. A construção da sede da TVE custaria aos cofres públicos cerca de um milhão de cruzeiros. A estrutura metálica que serviria de antena tinha 95 metros de altura e os cofres públicos pagaram 312 mil cruzeiros, sendo que esta estrutura vinha de São Paulo. (**O POVO**, 15.05.1973, p. 10).

O Ceará desembolsou pela TV Educativa 3.040.730 francos franceses (3.789.053,65 cruzeiros). O Estado deu 20% de entrada e o restante foi dividido em 10 promissórias avalizadas pelo Banco do Estado do Ceará – BEC. A empresa contratada foi a francesa Tomson – CSF Equipamentos do Brasil LTDA. Este valor incluiu as despesas com embalagem, transporte (aéreo ou marítimo) e colocação do material. (**O POVO**, 06.02.1973, p. 10).

Sobre o detalhamento do equipamento que comporia a estação da TVE, o jornal **O Povo** afirmou o seguinte:

A Estação terá dois estúdios com duas câmeras cada um; duas ilhas de telecine com 2 projetores de filmes e um projetor de slide cada; três máquinas de video-taipe, sendo uma VR-1200 e duas VR-7900, fornecidas pela AMPEX.” (15.05.1973, p. 10).

Quanto à potência do transmissor da Televisão Educativa, a reportagem deste mesmo jornal relata o seguinte:

O transmissor terá uma potência ativa de 10 kw e, considerando a altura da torre e o ganho da antena, irradiará numa potência de 25 kw. Sua ação abrangerá um raio de 60 a 80 km, dependendo da existência ou não de obstáculos. (**O POVO**, 15.05.1973, p. 10).

O jornal **O Povo** (15.05.1973, p. 10) finalizou essa matéria afirmando que, findando o mês de setembro de 1973, e depois de o governo do Estado investir mais de 5 milhões de cruzeiros, a TVE do Ceará estaria pronta e que, após iniciar o seu programa de difusão educacional e cultural, seria um meio de desenvolvimento para o Ceará.

Quanto à viabilidade econômica e educacional para o Ceará, em depoimento, a profa. Rita Facó afirmou o seguinte:

Bom, nós fizemos pesquisas naquela época, não foram pesquisas muito precisas porque nós tínhamos pouquíssimo tempo, o governador queria implantar o sistema antes de deixar o governo. Então, nós verificamos que, econômica e educacionalmente para o Estado, o melhor seria que nós fizéssemos como o Maranhão, que nós atuássemos no ensino de 5^a a 8^a série para dar terminalidade onde não era possível essa terminalidade chegar pelas vias convencionais. (FARIAS, 2000, p. 43).

E no dia 16 de outubro de 1974 o Conselho Estadual de Educação, por meio do Parecer 760/74, que consta ao final deste trabalho como Anexo II, tendo como relator

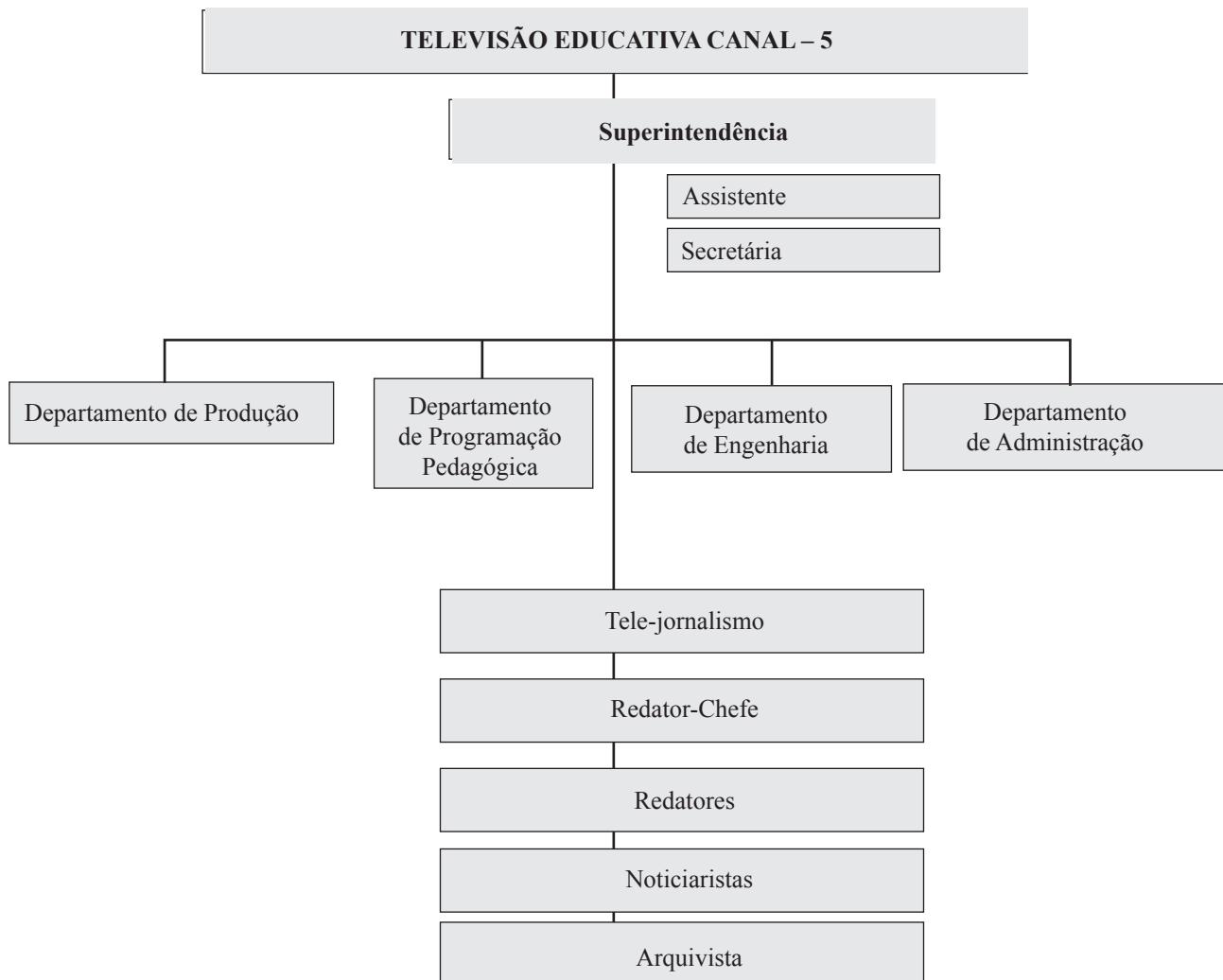
do processo o Conselheiro Jorgelito Cals de Oliveira, despachou o parecer aprovando a implantação do ensino regular de 1º grau pela TV Educativa – Canal 5. São palavras do relator:

É nesse sentido que entendemos ser o trabalho da TV Educativa – Canal 5 do Ceará, como um projeto de expansão, de complementação e de enriquecimento do ensino regular nos moldes pedagógicos mais atualizados e, como tal, julgamos que possa ser aprovado e aplaudido. (CEARÁ. PARECER 760/74).

A Televisão Educativa do Ceará era dividida em quatro departamentos, cada qual com sua finalidade. O Departamento de Produção, como o próprio nome já mostra, produzia e elaborava a programação cultural e de entretenimento como também os programas produzidos pelos Departamentos de Programação Pedagógica e de Tele-jornalismo. Era de responsabilidade do Departamento de Produção organizar e controlar as atividades diárias da TV.

O Departamento de Produção Pedagógica tinha o objetivo de planejar, produzir, controlar e avaliar a programação educacional reservada ao ensino de 1º e 2º graus. O Departamento de Engenharia tinha a função de realizar a manutenção dos equipamentos eletrônicos e eletromecânicos da TVE. E o Departamento de Administração controlava as finanças, a tesouraria, o pessoal, o almoxarifado e os serviços gerais da TV. A seguir, colocamos um organograma da TV Educativa para um melhor entendimento de sua estrutura departamental.

Figura 1: Organograma da Televisão Educativa Canal – 5



Fonte: Televisão Educativa do Ceará. **Televisão de um Sistema.**

Com o passar do tempo, a FUNEDUCE foi transformada em Fundação Universidade Estadual do Estado do Ceará, separando, assim a UECE da TV Educativa. Essa modificação ocorreu após o Governador Manoel de Castro Filho sancionar e assinar a Lei N. 10.262, de 19 de maio de 1979, que consta no final desse trabalho como Anexo III. A ementa desta Lei afirmava o seguinte: “Autoriza o Poder Executivo a transformar a Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE em Fundação Universidade Estadual do Ceará – UECE e dá outras providências”. (CEARÁ, **LEI N. 10.262**, 18 de maio de 1979).

Por causa dessa separação, também foi promulgada a Lei N. 10.264, de 22 de maio de 1979, que criava a Fundação de Teleducação do Estado do Ceará – FUNTELC. Informamos que esta lei foi colocada na íntegra no final deste trabalho como Anexo IV.

Esta lei, em seu artigo 1º, parágrafo único, afirma o seguinte: “A FUNTELC, que incorporará a Televisão Educativa – TVE, reger-se-á pelas normas de direito civil aplicáveis às fundações, por esta lei, pelo respectivo Estatuto e legislação que lhe for pertinente”. (CEARÁ, **LEI N. 10.264**, 22 de maio de 1979).

Segundo a Lei, os objetivos principais da FUNTELC eram:

Art. 2º – A FUNTELC tem como objetivos principais:

- I – programar e executar, pela Televisão e/ou Rádio, ensino sistemático ao nível de 1º. e 2º. Graus;
- II – patrocinar atividades exigidas pela política de desenvolvimento econômico-sócio-cultural do Estado do Ceará, observando a legislação vigente;
- III – programar e executar cursos supletivos de alfabetização, de 1º. e 2º. Graus e profissionalizantes de nível médio;
- IV – executar outras atividades correlatas na política educacional, cultural e de comunicação social do Governo;
- V – firmar convênios com órgãos e entidades públicas ou privadas, objetivando a plena realização de seus fins. (CEARÁ, **LEI N. 10.264**, 22 de maio de 1979).

Com isso, a TVE realizaria programas também pelo rádio. Suas aulas abrangeriam, a partir dessa lei, além do ensino de 1º e 2º graus, cursos supletivos de alfabetização e profissionalizantes de nível médio.

O patrimônio da FUNTELC passou a ser formado por:

- a) pelos bens que já eram da TVE;
- b) por bens que faziam parte dos cursos supletivos da Secretaria de Educação;
- c) por dotação orçamentária constante no orçamento do Estado;
- d) por crédito autorizado no orçamento do Estado ou por meio de leis específicas;
- e) por transferência derivada de convênio celebrados;
- f) por subvenções e doações de empresas públicas ou privadas;
- g) por saldo de exercícios financeiros anteriores; e,
- h) por outras receitas que surjam. (CEARÁ, **LEI N. 10.264**, 22 de maio de 1979).

A FUNTELC possuía um Conselho Diretor e um Conselho Curador, sendo o primeiro presidido pelo Superintendente. Sua administração era formada por um Superintendente, um Diretor de Programação Pedagógica, um Diretor de Produção, um Diretor Financeiro, um Diretor Administrativo e um Diretor de Engenharia. A Fundação estava vinculada à Secretaria

de Educação e todos os funcionários e recursos financeiros da TV Educativa passariam agora a servir à Fundação. (CEARÁ, **LEI N. 10.264**, 22 de maio de 1979).

Para que a FUNTELC pudesse ser implantada o governador do Estado autorizou um crédito adicional ao orçamento vigente, no valor de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), para ser gasto com as despesas de implantação e manutenção da mesma. (CEARÁ, **LEI N. 10.264**, 22 de maio de 1979).

2.1 Definindo o Telensino

No ano de 1972, o Governador César Cals iniciou a nomeação da equipe pedagógica que comporia a TV Educativa, começando pelo convite feito à professora Antonieta Cals de Oliveira, que, na época, era Assessora para Assuntos de Educação do Governo, para que ficasse à frente da parte pedagógica da TVE. (**FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ. Um instrumento a serviço da educação e da cultura – 1974-1995.** [s.d.], p. 9).

A professora Antonieta Cals chamou os professores Ignácio Ribeiro Pessoa Montenegro, José Carneiro da Cunha e Gerardo José Campos para, juntos, iniciarem as entrevistas necessárias ao recrutamento do primeiro grupo pedagógico da TVE. E assim estava formada a equipe que iniciaria os trabalhos de pesquisa sobre a implantação do Telensino no Estado.

A equipe estudou, discutiu sobre televisão educativa, criou os currículos e programas que seriam utilizados, definiu a filosofia educacional do sistema, planejou o ensino integrado, traçou metas e registrou as providências que deveriam ser tomadas.

Após ser criado o projeto educativo do Telensino, começou a produção do material de apoio para os orientadores de aprendizagem e alunos. O treinamento exclusivo para os técnicos que trabalhariam na televisão também havia sido iniciado. (**FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ. Um instrumento a serviço da educação e da cultura – 1974-1995.** [s.d.], p. 9-10).

Campos afirma que os criadores do Telensino tiveram muita atenção ao criá-lo, pois não desejavam copiar modelos de outros locais. Foi pensada a realidade de nosso Estado, enxergando seus problemas, suas características e carências. Segundo ele,

[...] Com o cuidado de não importar modelos, mas com a sabedoria de assimilar exemplos, os que criaram este sistema tiveram o mérito de recriar o que já existia com a preocupação de não copiar, para não arriscar a falhar com o compromisso de pensar a realidade cearense em seus problemas concretos, suas características e suas carências localizadas. (1983, p. 36).

Para que esse projeto acontecesse era necessário, também, estendê-lo para outras localidades, onde sintonizavam televisão educativa. Tais viagens serviriam para que a equipe estudasse e observasse o andamento do projeto no interior do Estado. Ao retornar à sede do governo, concluíam se poderia ser utilizada a metodologia educacional na Televisão Educativa cearense.

A equipe visitou os Estados Unidos, São Paulo, Guanabara (atual Rio de Janeiro), Amazonas, Maranhão e Natal. No Maranhão, a Profa. Antonieta e sua equipe visitou as instalações da TVE de lá e permutou experiências. Houve também um treinamento em “scriptwriter”³ e prática em roteiros de TV. Em Natal, ocorreu uma visita às instalações do Projeto SACI (Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares) que era responsável pela TVE do Rio Grande do Norte.

Depois de conhecerem e trocarem experiências com os outros Estados brasileiros, a Profa. Antonieta Cals, o prof. Gerardo Campos, o prof. Ignácio Ribeiro e o prof. José Carneiro da Cunha foram formar as equipes que comporiam o Sistema Telensino do Ceará.

Foram formadas as equipes de diretores e professores especialistas nas áreas de Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências, já treinados em linguagem de TV, ao mesmo tempo em que era recrutado o pessoal técnico. (TELEVISÃO EDUCATIVA DO CEARÁ, p. 18).

Mas todo o processo não veio a ocorrer de maneira fácil. Houve luta e muito trabalho, com reação dos professores e das comunidades ao método que estava sendo implantado. Corroborando com essa afirmativa, a profa. Rita Facó relata:

Bom, você vai me perguntar agora: era fácil implantar o sistema de teleducação naquela época? Eu vou dizer que só foi fácil nos dois primeiros anos [...] a partir daí foi uma luta corpo a corpo ganhar a implantação de sistema; em

³ É um roteirista. Pessoa que escreve roteiros para diversos meios de comunicação como filmes, programas de TV, videogames dentre outros. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php?lingua=ingles-portugues&palavra=scriptwriter>>. Acesso em: 14set.2013.

todo o Estado havia uma rejeição natural das pessoas ao sistema de telensino [...] Em 75 nós tivemos mudança de governo, em 75 nós já estávamos com outro governador, com outro secretário de educação, com outra estrutura de secretaria de educação. Então nós começamos a ter toda aquela luta junto à secretaria. Sempre houve grupos na Secretaria de Educação que nos apoiavam [...] mas, também, sempre fomos vistos como uma ameaça [...] Inclusive em algumas regiões era quase impossível entrar [...] a região norte foi uma das que reagiu mais à implantação do sistema. Por exemplo, a região de Sobral, Crateús, Tauá, Camocim, Granja, esse grupo todo nós sempre tivemos muita dificuldade de entrar [...] mas nós tivemos extrema aceitação na região de Quixadá, Quixeramobim, Limoeiro. (FARIAS, 2000, p. 47-48).

É importante ressaltar que todos os servidores que comporiam a TVE eram do Ceará. “Todo o corpo de funcionários da TVE é composto de ‘gente da terra’, não havendo quem não tenha sido recrutado e treinado no Ceará”. (TELEVISÃO EDUCATIVA DO CEARÁ, p. 19)

Em 1974, ano de inauguração da TVE, a equipe gestora desta TV era composta pelas seguintes pessoas: Superintendente: Eng. Artur de Freitas Torres de Melo; Diretor do Departamento de Programação Pedagógica: Prof. Gerardo José Campos; Diretor do Departamento de Produção: Jornalista João Guilherme Neto; e o Diretor do Departamento Administrativo: Prof. Carneiro da Cunha.

Dando continuidade ao processo de criação e implantação do Telensino, no dia 7 de março de 1974 aconteceu a inauguração da sede da TV Educativa do Ceará, que transmitiria as teleaulas para todo o Estado do Ceará. Na inauguração, estavam presentes autoridades locais e nacionais, e dentre elas, o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho. Em sua fala, o Ministro destacou o exemplo que o Ceará estava dando aos outros estados brasileiros com relação à educação.

No instante em que outros Estados como São Paulo buscam novos meios para aumentar a escolaridade, o Ceará dá um grande exemplo implantando uma emissora que, além de educar, vai difundir a cultura através de programas especiais [...] grande obra que entrega hoje aos cearenses, marcando uma nova era para a Educação neste Estado. (FUNDAÇÃO TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ, p. 32)

Pronto! Estava finalmente inaugurada a TV Educativa do Ceará. Agora era só começar a transmissão das aulas. Depois de tanto trabalho e de tantos obstáculos ultrapassados

o Ceará começaria a propagar cultura e educação pelas antenas da TVE. O estado cearense, agora, estava na vanguarda do ensino regular pela TV servindo de exemplo para outras Unidades da Federação.

Dias e Brandão (2003) afirmam que o sistema Telensino só existiu no Ceará, e foi definido pela existência de uma matriz que produzia as aulas que seriam exibidas em qualquer escola do Estado apta a receber o sinal de TV. De acordo com as autoras,

Segundo informações oficiais, esse sistema só existe no Estado do Ceará. Foi criado em 1974. Caracteriza-se pela existência de uma central de produção de programas televisivos ditos educativos (pois versam sobre conteúdos que são ministrados em qualquer escola “tradicional”) – essa central se chama FUNTELC (Fundação de Telecomunicações do Ceará). (DIAS e BRANDÃO, 2003, p. 14).

Para a professora Lindalva Pereira do Carmo, Coordenadora de Desenvolvimento Técnico-Pedagógico da Secretaria de Educação Básica, a implantação do Telensino permitiu ao estado incorporar a procura criada pelo estabelecimento do ensino de 1º grau com oito anos de duração. Segundo ela,

Na realidade, quando o Telensino começou, nós estávamos entrando com a implantação da 5692, (...) Nós tínhamos apenas alguns ginásios e, quando a lei 5692 veio com o ensino de 1º grau de 8 anos, implicou que todos os antigos grupos escolares fossem crescendo pra alcançar até a 8ª série, então, isso era uma demanda além da conta dos municípios e do estado. Então, o Telensino quando nasceu, naquela época, nasceu para viabilizar a implantação da 5692, transformando as antigas escolas primárias em escolas de 1º grau de 8 anos, a suprir a carência de pessoal e chegar aos mais distantes locais, onde isso não era possível.⁴

A criação do Telensino na década de 1970, segundo Souza *et al* (2003), espelhava o entusiasmo com o surgimento das ideias tecnicistas que se embasavam na racionalidade técnica e na eficácia produtiva de acordo com o modelo fornecido pelo mercado capitalista. Para Bodião (1999), o fato da pedagogia tecnicista estar dominando a educação na década de 1970 influenciou na consolidação do Sistema.

⁴ Depoimento retirado de BODIÃO. Idevaldo da Silva. **Estudo sobre o cotidiano das classes do Telensino de uma escola da rede pública do Ceará.** (Tese) Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

O Telensino surgiu com o objetivo de levar educação aos municípios cearenses mais distantes e localidades de difícil acesso, para suprir a carência de professores habilitados. Sobre os objetivos do Telensino, Barreto afirma

O telensino nasceu com o objetivo de atender ao público de 5^a a 8^a séries do ensino fundamental, em idade de escolaridade, isto é, sem o caráter supletivo dado a tantas outras iniciativas nacionais. Objetivava-se ainda possibilitar o acesso à educação, às populações de localidades distantes, nas quais não houvesse pessoal qualificado para ministrar aulas nas séries terminais do ensino fundamental. (2001, [s.p.]).

Sobre a necessidade de se ofertar educação para os discentes em idade escolar residentes onde o ensino de 1º e 2º graus não chegava, Bodião sustenta que:

Como se pode ver, a expansão da oferta de vagas, naquele momento, parecia esbarrar na falta de professores, bem como na falta de recursos e o Telensino conseguia, ao seu modo, resolver o primeiro problema, sem comprometer o último. (1999, p. 26).

A equipe docente inicial do Telensino era composta por 13 professores. São eles: Almerinda C. Albuquerque, Almir Brasil Pires, Gerardo José Campos, Gildo Cordeiro Rosas, Hipólito Peixoto Oliveira, Ignácio R. P. Montenegro, José Nascimento S. Braga, José Carneiro da Cunha, Maria Célia A. Guabiraba, Maria Eliana Cavalcante Matos, Marta Maria Freire Castelo, Marcelo Mota de Matos e Rubens Linhares de Páscoa.

Para podermos visualizar a evolução do sistema Telensino durante o período pesquisado, reproduzimos a seguir a tabela 2.

Tabela 2 – Demonstrativo da atuação do Telensino no Estado do Ceará (1974 a 1979)

Ano	Município	Escola	Aluno	Série	Taxa(%)
1974	08	30	4.139	5 ^a e 6 ^a	-
1975	29	92	9.695	5 ^a , 6 ^a e 7 ^a	134,24
1976	34	92	12.567	5 ^a a 8 ^a	29,62
1977	32	111	13.392	5 ^a a 8 ^a	6,56
1978	40	133	14.810	5 ^a a 8 ^a	10,59
1979	43	146	17.685	5 ^a a 8 ^a	5,82

Fonte: FUNDAÇÃO TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ. Um instrumento a serviço da educação e da cultura.

Podemos observar que, inicialmente, somente oito municípios receberam as teleaulas, mas que, com o passar dos anos, tanto o número de municípios foi aumentando como também o número de escolas e de estudantes. Em 1974, o Telensino só emitiu aulas para a 5^a e 6^a séries do 1º grau; em 1975 passou a exibir também para a 7^a série e, a partir de 1976, passou a apresentar as teleaulas para os alunos de 5^a a 8^a série do 1º grau.

2.1.1 A Proposta Pedagógica

A proposta político-pedagógica do Telensino se propunha a quebrar com o autoritarismo e o tecnicismo vigente na década de 1970. Era uma propositura vinculada ao humanismo pedagógico. Pretendia conceber estudantes solidários críticos, participativos, autônomos e reflexivos. Para constatarmos essa afirmação, transcrevemos as palavras do Sr. Horácio da Silva Frota, Diretor Pedagógico da TVE em 1990.

Durante o ano de 1974, em plena ditadura militar, surgiu no Ceará um sistema de teleducação que se propôs não só contribuir com o ensino público do Estado como também romper com os postulados autoritários e tecnicistas predominantes na época. Foi o início de uma proposta comprometida com o humanismo pedagógico: formar alunos solidários, participativos, críticos, autônomos e reflexivos. (1990, p. 5).

No Telensino as aulas eram transmitidas pela TV, e esta não era somente um instrumento difusor do conhecimento e da cultura, mas agregava um conjunto mais amplo da educação, operando como componente de indagação e composição do pensamento reflexivo e crítico dos discentes. Segundo Silva e Dias,

A televisão, nessa perspectiva, seria o instrumento pelo qual seriam transmitidas as emissões (teleaulas) e onde o aluno seria o sujeito ativo do próprio conhecimento. Ao professor caberia a tarefa de facilitar a aprendizagem desse conhecimento, proporcionando dinâmicas de reflexão, mediando debates e estimulando o estudo... (2003, p. 115).

Quando o Telensino foi implantado, mais precisamente no período de 1974 -1977, todos os módulos eram realizados e emitidos ao vivo, somente as aulas eram gravadas. O que o tornava mais barato, mas exigia mais dos professores, realizadores e apresentadores. A partir

de 1977 os módulos passaram a ser gravados, e, por conta disso, o sistema ficou mais caro. Buscamos em Campos, informações para embasar nossa afirmação. Ele é taxativo quando diz

[...] No início, de 1974 a 1977 os subsistemas de produção e de realização da TVE em estudo, caracterizavam-se pela simplicidade na execução das mensagens teledidáticas, uma vez que somente as aulas eram gravadas em “tapes”. Todos os módulos eram realizados e emitidos “ao vivo”, o que tornava o processo financeiramente menos oneroso e mais agilidade na dinâmica de sua atualização. Este método exigia mais dos professores, realizadores e apresentadores. No ano de 1977, a vontade natural e louvável de perseguir o “ótimo” gerou uma preocupação perfeccionista, inconscientemente influenciada pelo “padrão Globo” de televisão de um aprimoramento sofisticado da imagem e uma decisão de gravar definitivamente os módulos. O sistema tornou-se em consequência, mais oneroso em termos financeiros e mais lento em termos de retro-alimentação. [...] (1983, p. 94).

Nesse processo existia a atribuição do orientador de aprendizagem que conduzia o telealuno, estimulando e dinamizando o processo de aprendizagem por meio de dinâmicas e trabalhos em grupo, fortificando as relações interpessoais e cooperação entre os discentes. O método utilizado era fundamental para o aumento do conhecimento e para conservação da aprendizagem.

Com isso, tanto os alunos como os orientadores de aprendizagem convertiam-se em sujeitos do processo educativo, facilitando, por meio do diálogo, uma relação educativa que os transformava em indivíduos responsáveis pelo seu próprio conhecimento.

Para Campos,

O orientador de aprendizagem coordena o trabalho da recepção com os alunos. Ele não é uma máquina de dar aulas, mas o elemento que cria condições adequadas para que o telealuno queira algo, compreenda, faça algo e obtenha resultados. É o profissional que orienta, dinamiza e acompanha a aprendizagem na recepção [...] jamais como um instrutor polivalente que sabe tudo [...] A classe se converte-se num lugar de trocas. [...] (1983, p. 57).

A seguir, detalhamos as diretrizes norteadoras do Telensino.

- a) A televisão não será apenas um veículo de transmissão de cultura e instrução, mas estará inserida num contexto mais amplo da educação, atuando como um

instrumento de questionamento e formação do pensamento reflexivo e crítico da população a que atende.

- b) A televisão será um elemento básico da proposta, mas não será tomado como um elemento auto-suficiente para o qual os demais componentes deverão convergir.
- c) A proposta utilizará mecanismos e estratégias que deverão favorecer a participação efetiva do aluno no processo ensino-aprendizagem, tendo por base os seguintes princípios pedagógicos:
 - Educador e educando são sujeitos do processo educacional (a contradição educador-educando é superada pelo diálogo que tende a realizar a verdadeira interação educativa que os torna sujeitos participativos, crescendo juntos, movidos por objetivos comuns).
 - A educação é o resultado da AÇÃO-REFLEXÃO do educando e educador.
 - A ação do próprio aluno, em cooperação com os demais, é o ponto de partida para o estudo e para a reflexão geradora de novas ações.
 - Toda aprendizagem é auto-aprendizagem.
 - A educação plena se realiza na prática da liberdade e no exercício da participação
- d) Os currículos, os programas e os planos propostos pela TVE deverão estar baseados em levantamentos de hábitos, carências e interesses da população a ser atendida.
- e) Os programas e os conteúdos apresentados deverão levar o indivíduo a pensar de forma crítica a sua realidade. As contradições abordadas e os problemas analisados em suas causas e não apenas descritos em seus sintomas. (FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ – FUNTELC.
Fundamentos do sistema TVE, 1990, p. 8).

A elaboração metodológica das teleaulas exibidas no Ceará foi refletida a partir do binômio ação-reflexão. Nesse sistema, a televisão era um dos elementos básicos da proposta didático-pedagógica que embasou o Telensino.

Mas além dessa proposta didático-pedagógica, existem também os preceitos filosóficos que serão detalhados a seguir.

2.1.2 A Orientação Filosófica

A orientação filosófica que alicerçava o Telensino, eram: participação, reflexão, criticidade, criatividade, cooperação e autonomia. Com isso, o sistema assentia que tanto o educador como o educando eram sujeitos do seu próprio aprendizado; que toda aprendizagem era uma autoaprendizagem e que a educação só acontecia na prática da liberdade e no exercício da participação.

Com essa orientação filosófica, os criadores do Telensino pretenderam converter a televisão, aparelho de comunicação que cria acomodação, passividade e individualismo em um meio que favoreceria a participação, a criticidade, a criatividade e a autonomia discente, gerando um espaço de questionamento, de elaboração de pensamento crítico e da consciência crítica, numa concepção de educação para a vida e para a transformação social.

A professora Rita Facó, em depoimento a Farias, relata:

Que tipo de educação a gente estava realmente querendo, ou seja, que tipo de aluno estava querendo ou poderia formar através de um sistema de teleducação, através de um meio que massifica e que nós não estávamos, de maneira nenhuma interessados em massificar? (...) Além disso, nós tínhamos uma grande preocupação: naquela época, em pleno 73, na escola havia um silêncio muito grande dos alunos (...) Então, nós estávamos preocupados com isso; nós queríamos propor um sistema que, além de dar uma terminalidade ao ensino de 5^a a 8^a série, resgatasse, sobretudo, a palavra desse menino (...) Coincidiu também, com a euforia da dinâmica de grupo (...) tudo era participação. Então, o momento estava muito efervescente para se aproveitar e voltar a palavra para esse aluno. (FARIAS, 2000, p. 48-49).

As normas filosóficas do Telensino centralizavam sua atenção no estudante, a partir de dois propulsores educacionais: a televisão e o professor. Ao se gerar uma ação educacional, os princípios filosóficos desse sistema queriam denominar a concepção pedagógica centralizada no processo construtivo e libertador da prática educativa, recorrendo aos pressupostos de Paulo Freire como ideário didático. (FARIAS, 2000).

Um componente primordial formador do pensamento reflexivo e crítico do Telensino era o questionamento. Pois era por intermédio dele que o aluno estabelecia elos entre a temática apresentada no módulo e sua realidade. Segundo a professora Rita Facó, “[...] esse elemento não existia na dinâmica do sistema teleducativo maranhense tendo sido elaborado especialmente para o Ceará pela equipe pedagógica fundadora”. (FARIAS, 2000, p. 53).

2.1.3 A Orientação Curricular

Conforme foi dito no início desse trabalho, o Telensino foi reconhecido pelo Conselho de Educação do Estado por meio do Parecer 760/74 e adotou o currículo oficial do estado do Ceará, elaborado pela Secretaria de Educação.

Esse currículo foi adaptado e estruturado, na medida do possível, visando aos aspectos e carências dos usuários do sistema. Os meios de comunicação utilizados para conduzir o conhecimento eram: a televisão, o manual de apoio e o caderno de atividades.

O currículo do Telensino se baseava em três princípios:

a) Totalidade – o currículo deveria ser trabalhado como um todo, e não como um aglomerado de disciplinas separadas.

O currículo adotado teria que trabalhar as disciplinas em conjunto e dentro do contexto do discente. A aprendizagem aconteceria de maneira mais proveitosa para o educando se esta fosse significativa para ele; ou seja, a aprendizagem precisa revelar-se interessante, necessitava prender a atenção do estudante. E para que isso ocorresse, o conteúdo precisava ser explorado de maneira que permitisse ao estudante compreender o que tinha diante de si, examinando e descobrindo o vínculo entre o que ele aprendeu e a sua vivência.

Ao falar sobre os princípios que regiam o currículo do Telensino, Gerardo Campos é enfático ao afirmar

[...] Quais eram: totalidade, estudarmos o todo, pra acabar com o que vocês viram: a dicotomização e essa desintegração. [...] totalidade, que tinha que ver o todo primeiro, era a Gestalt, primeiro é o todo, depois e que você vai estudando as partes [...] (OLIVEIRA, 2004, p. 22).

b) Interdisciplinaridade – segundo este princípio, as disciplinas deveriam permear umas às outras.

O currículo era uma composição em que suas partes se interligavam. Era necessário existir a interdisciplinaridade para que o aluno pudesse situar-se. Para Campos,

Sendo o currículo um todo, uma organização em que as partes se interligam, a interdisciplinaridade tem necessariamente de permear as atividades teledidáticas que visam um conhecer global. Sem interdisciplinaridade ao se pode pensar numa nova pedagogia da comunicação. [...] Um enfoque interdisciplinar é fundamental para a finalidade a que se propõe a TV Educativa [...] (1983, p. 43-44)

Em entrevista concedida a Oliveira (2004), Campos explicou o que era interdisciplinaridade de uma maneira bem didática, afirmando que na TVE existia uma equipe de professores de todas as disciplinas para integrar as disciplinas do currículo.

[...] a gente juntava as coisas como vocês viram ali como eu juntei ali a geografia, história, Oriente, Ocidente, estava tudo ali. Então, na televisão a gente fazia isso, tinha até uma equipe só de professores de todas as disciplinas para integrar. Quer dizer, os professores de cada disciplina faziam e ia pra lá. Ai os professores todos juntos diziam: “Isso aqui tá muito isolado, está muito separado um do outro, tem que juntar isso!”. Não só conteúdo, por que a gente sabe que nem todo conteúdo se junta, não é pra juntar conteúdo, é pra integrar o conteúdo com o outro, então pra mim é uma das tarefas do professor [...] (OLIVEIRA, 2004, p. 22-23).

c) Flexibilidade – a flexibilidade referia-se à circunstância de que os professores deveriam elaborar seus conteúdos programáticos de maneira flexível, e não de uma forma rígida. (FUNTELC, 1990).

O Telensino tinha como um dos princípios a flexibilidade, pois era um ensino que possuía como prioridade uma educação de sujeitos críticos e criativos. Era este princípio que deveria romper

[...] os dogmatismos, os preconceitos positivistas, a obediência cega e a rigidez de um repetitivo trabalho mecânico. Um currículo flexível pode possibilitar mais facilmente a invenção, satisfazer necessidades que surjam de improviso numa situação concreta e até levar a obediência a ter valor mais humano

fazendo com que ela passe de dependência (cumprir o dever) para um ato de autonomia (ser responsável). [...] (CAMPOS, 1983, p. 44).

Segundo Gerardo Campos, a partir do momento que os módulos deixaram de ser ao vivo e passaram a ser gravados, a flexibilidade deixou de existir. Quando as aulas eram ao vivo existia a criatividade, o erro fazia parte do processo.

[...] Por isso nós botamos outro princípio: a flexibilidade. A televisão tinha que ser flexível. Então, tinha que dizer, tinha que mudar, por isso, no primeiro ano ninguém gravou nada. A televisão começou a decair, vou dizer mesmo, quando começaram a gravar. Ficou um ano, dois anos, três anos, quatro anos gravados. Ora, se a televisão gravasse... atingisse a perfeição... gravava ali e guardasse um *script* e depois desgravasse e depois desgravasse aqui [...] Mais que “calor humano” tinha a criatividade humana. O erro... ai é sempre uma mania que nós temos de dizer o povo que não pode errar. Se o homem aceitasse, essa é a minha teoria, se o homem aceitasse que errava, e disser “Eu erro, eu errei”, era muito melhor o mundo, mas porque o homem não aceita errar, quem erra é sempre o outro e ele sempre acerta. Essa é a teoria terrível que a gente vive, sempre o erro é dos outros, nunca é nosso. Então, a televisão tinha que ser flexível ao vivo o professor podia errar, sabe... E o menino que estava lá dizia “Ah, eu vou crescer nessa escola, porque eu posso errar”. (OLIVEIRA, 2004, p. 24).

Além desses três preceitos, existiam também os componentes curriculares do sistema Telensino. São eles: telealunos; orientadores de aprendizagem; organização da telessala; temas integradores; conteúdos programáticos; processo de veiculação da mensagem didático-pedagógica, aula integrada e o módulo de aprofundamento (teleaulas); questionamento; metodologia (dinâmica do processo ensino-aprendizagem, incluindo a dinâmica de grupo; sistema de avaliação e outros. (FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ, 1990, p. 10).

Os conteúdos programáticos eram divididos por área de estudo e disciplina, tomando por base o currículo oficial do Estado, e eram definidas, para cada série, oito temas integradores que executavam papel importante na estrutura curricular. Cada tema integrador equivalia a uma unidade do programa. Dessa forma, o conteúdo programático de cada série era distribuído em oito unidades. (FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ, 1990).

A função do tema integrador era a de agregar os conteúdos selecionados em torno de uma ideia central que o tema exprimia e permitir uma maior integração entre os conteúdos de cada disciplina.

Dessa maneira, o tema integrador beneficiava a organização dos conteúdos produzindo um conjunto e proporcionando um entrosamento entre os conteúdos de cada disciplina permitido, com isso, seguir os princípios da totalidade e da interdisciplinaridade.

O tema integrador era trabalhado em duas perspectivas: a incorporação entre os conteúdos de uma mesma disciplina e a integração entre os conteúdos de várias disciplinas, o que podia ser denominado de integração vertical e integração horizontal. (FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ, 1990).

É válido destacar que o tema integrador, além de colaborar com a organização dos conteúdos, visando aos princípios da interdisciplinaridade e da totalidade, e para ser compreendido e trabalhado pelos alunos, deveria ser decifrado e reconstruído por eles.

2.2 A TVE – Canal 5 e a Transmissão das Teleaulas

Inicialmente o Telensino emitiria aulas somente para as 5^{as} e 6^{as} séries do primeiro grau, cumprindo assim as exigências da Lei N. 5.692/71. Os municípios atendidos foram: Fortaleza, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Cascavel, Pacajus, Maranguape, Caucaia, Beberibe e Trairi, atingindo um público de 4.139 alunos distribuídos em 30 escolas. É importante detalhar as escolas que foram beneficiadas com o Telensino no ano de 1974.

Tabela 3 – Relação das Unidades Escolares Convenentes – 1974

ESCOLA	LOCAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	NÚMERO DE TURMAS		TOTAL DE ALUNOS	
			5 ^a	6 ^a	5 ^a	6 ^a
1. Escola de 1º Grau Maria Tomásia	Fortaleza	Estadual	01	01	40	45
2. Escola de 1º Grau Paulo Ayrton de Araújo	Fortaleza	Estadual	02	03	98	141
3. Escola de 1º Grau Monsenhor Dourado	Fortaleza	Estadual	04	02	170	91
4. Escola de 1º Grau Júlia Giffoni	Fortaleza	Estadual	04	04	160	163
5. Escola de 1º Grau Duque de Caxias	Fortaleza	Estadual	01	04	43	182
6. Escola de 1º Grau Maria José Medeiros	Fortaleza	Estadual	05	03	203	121
7. Centro Educacional Pe. João Piamarta	Fortaleza	Estadual	01	07	46	300
8. Escola Thomaz Pompeu Souza Brasil	Fortaleza	SESI	01	-	39	-

9. Patronato Juvenal de Carvalho	Cascavel	Particular	01	-	20	-
10. Centro Educacional Municipal	Cascavel	Municipal	01	-	35	-
11. Centro Educacional Pe. João da Rocha	Cascavel	CNEC	01	-	41	-
12. Centro Educacional Prof. Domingos Brasileiro	São Gonçalo do Amarante	CNEC	02	-	34	-
13. Grupo Escolar Ana Facó	Beberibe	Estadual	01	-	45	-
14. Colégio Janusa Correia	Caucaia	Particular	01	01	23	26
15. Grupo Escolar Branca Carneiro de Mendonça	Caucaia	Estadual	02	-	76	-
16. Grupo Escolar Rio Grande do Norte	Maranguape	Estadual	03	02	133	87
17. Colégio Anchieta	Maranguape	Estadual	02	03	73	115
18. Centro de Educação Municipal de Pacajus	Pacajus	Municipal	01	-	40	-
19. Escolas Reunidas de Pacajus	Pacajus	Estadual	02	-	58	-
20. Grupo Escolar Francisco Nunes Cavalcante	Mondubim	Municipal	05	02	173	63
21. Grupo Escolar Rogaciano Leite	Mondubim	Municipal	04	02	163	72
22. FUNEFOR	Fortaleza	Municipal	05	06	151	207
23. Grupo Municipal Almerinda de Albuquerque	Fortaleza	Municipal	02	-	59	-
24. Grupo Escolar Faustino Albuquerque	Fortaleza	Municipal	02	-	79	-
25. Grupo Escolar Joaquim Nogueira	Fortaleza	Municipal	03	-	118	-
26. Grupo Escolar Monsenhor Linhares	Fortaleza	Municipal	03	-	119	-
27. Grupo Escolar Tupinambá da Frota (FUNEFOR)	Fortaleza	Municipal	02	-	76	-
28. Grupo Escolar Dagmar Gentil	Fortaleza	Municipal	02	-	79	-
29. Grupo Escolar Tomás Pompeu Sobrinho	Fortaleza	Municipal	01	-	47	-
30. Grupo Escolar Antônio Sales	Fortaleza	Municipal	01	-	36	-

Fonte: Televisão Educativa do Ceará. Tele-visão de um sistema, p. 87.

Como pode ser notado, 17 escolas em Fortaleza foram contempladas com o Telensino; duas escolas em Cascavel; uma em Paracuru; uma em São Gonçalo do Amarante; uma em Beberibe; duas em Caucaia; duas em Maranguape; duas em Mondubim e duas em Pacajus. Sendo 12 escolas estaduais, duas particulares, uma do SESI, duas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC e 15 municipais.

Pudemos constatar uma discrepância em relação aos nomes dos municípios que receberam o Telensino no ano de 1974. Em dado momento, a fonte cita Trairi e em outro, Mondubim. Tenho somente os dados referentes às escolas e alunos que utilizaram o Telensino em 1974.

É relevante destacar também a quantidade de ocorrências, tais como a matrícula inicial, a evasão, transferências expedidas e recebidas, durante o ano de 1974. Esses dados são exibidos na tabela 4.

Tabela 4 – Ocorrências no corpo discente – 1974

Ocorrência/ Escola	Matrícula Inicial		Evasão		Transferências Expedidas		Transferências Recebidas	
	5^a	6^a	5^a	6^a	5^a	6^a	5^a	6^a
Escola de 1º Grau Maria Tomásia	40	45	-	-	5	1	-	-
Escola de 1º Grau Paulo Ayrton de Araújo	98	141	6	6	1	10	-	-
Escola de 1º Grau Monsenhor Dourado	179	91	5	1	1	4	-	-
Escola de 1º Grau Júlia Giffoni	160	163	5	1	-	5	-	-
Escola de 1º Grau Duque de Caxias	43	182	5	3	-	3	-	-
Escola de 1º Grau Maria José Medeiros	203	121	4	5	2	2	3	-
Centro Educacional Pe. João Piamarta	46	300	2	8	1	5	-	-
Escola Thomaz Pompeu Souza Brasil	39	-	-	-	5	-	2	-
Patronato Juvenal de Carvalho	20	-	-	-	-	-	-	-
Centro Educacional Municipal	35	-	1	-	-	-	-	-
Centro Educacional Pe. João da Rocha	41	-	-	-	-	-	-	-
Centro Educacional Prof. Domingos Brasileiro	84	-	1	-	-	-	-	-
Grupo Escolar Ana Facó	44	-	1	-	-	-	-	-
Colégio Janusa Correia	23	26	-	-	-	-	-	-
Grupo Escolar Branca Carneiro de Mendonça	76	-	-	-	5	-	-	-
Grupo Escolar Rio Grande do Norte	133	87	14	3	10	5	-	-
Colégio Anchieta	73	115	-	5	-	6	3	-
Centro de Educação Municipal de Pacajus	40	-	10	-	-	-	-	-
Escolas Reunidas de Pacajus	55	-	11	-	-	-	-	-
Grupo Escolar Francisco Nunes Cavalcante	173	53	4	1	3	2	-	1
Grupo Escolar Rogaciano Leite	163	72	6	-	4	3	-	-
FUNEFOR	151	207	1	3	3	-	-	-
Grupo Municipal Almerinda de Albuquerque	59	-	1	-	-	-	-	-
Grupo Escolar Faustino Albuquerque	79	-	2	-	6	-	13	-
Grupo Escolar Joaquim Nogueira	118	-	1	-	4	-	-	-
Grupo Escolar Monsenhor Linhares	119	-	9	-	5	-	-	-
Grupo Escolar Tupinambá da Frota (FUNEFOR)								
Grupo Escolar Dagmar Gentil	79	-	2	-	-	-	-	-
Grupo Escolar Tomás Pompeu Sobrinho	47	-	1	-	-	-	-	-
Grupo Escolar Antônio Sales	36	-	1	-	1	-	-	-
TOTAIS	2.536	1.603	93	36	56	47	18	1

Fonte: Televisão Educativa do Ceará. **Tele-visão de um sistema**, p. 58-59.

É importante informar que na tabela 4, retirada da mesma fonte que a tabela 3, não consta o Grupo Escolar Tupinambá da Frota (Fundação Educacional de Fortaleza – FUNEFOR). Não se sabe se não houve ocorrência ou se foi cometido algum erro ao preparar a tabela.

As causas das evasões e transferências foram as mais diversas, dentre as quais destacamos: necessidade de trabalho, saúde, mudança de residência, transporte, distância e falecimento de familiares.

É necessário mostrar qual foi a previsão feita para a programação pedagógica para o ano letivo de 1974. Essa previsão está detalhada na tabela 5.

Tabela 5 – Previsão da Programação Pedagógica – Ano Letivo de 1974

MÊS	DIAS LETIVOS	FE	MÓDULOS					MANUAL DE APOIO Nº	FAI
			CE	ES	CI	MT	EA		
Março	17	9	9	6	4	9	3	1	5
Abril	23	20	20	16	8	20	3	2-3-4	3
Maio	26	22	22	14	8	22	4	5-6	4
Junho	24	19	19	11	8	19	5	6-7	4
Agosto	24	20	20	10	10	20	4	8-9	3
Setembro	22	18	19	10	9	19	3	9-10	4
Outubro	19	12	16	8	8	16	3	10-11	3
Novembro	23	20	20	10	10	20	3	11-12	4
Dezembro	6	5	5	2	3	5	1	12	1
TOTAL	184	145	150	87	68	150	29	12	31

Fonte: Televisão Educativa do Ceará. **Tele-visão de um sistema**, p. 41.

Para o ano de 1974, foram previstos 184 dias letivos. Foram criadas 145 Fichas de Emissão (FE), 12 Manuais de Apoio e foram elaboradas 31 Fichas de Avaliação Integrada (FAI). Para Comunicação e Expressão (CE) foram 150 aulas; para Estudos Sociais (ES) foram 87 aulas; para Ciências (CI) foram 68 aulas; para Matemática (MT) foram 150 aulas e para Educação Artística (EA) foram 29 aulas. As disciplinas que mais tiveram aula foram Comunicação e Expressão e Matemática, e a que teve menos foi Educação Artística, que era aos sábados.

Observamos que o rendimento escolar dos alunos, com relação aos conceitos utilizados pelo Telensino em 1974, começou insuficiente (2% – primeiro período e 3% segundo período) no início do ano letivo e foi evoluindo gradualmente para regular (25% primeiro período e 22% segundo período), depois para bom (62% primeiro período e 63% segundo período) e em ótimo cai (11% primeiro período e 12% segundo período).⁵

O Parecer 760/74, do Conselho Estadual de Educação detalha a Mecânica do Processo de uma Aula da seguinte forma:

- a) Produção:** cada área de estudo (português, matemática, estudos sociais e ciências) possui uma Equipe Pedagógica que produz o Plano de Série, dividindo o teor programático em quatro bimestres letivos. Outra equipe formada por quatro pessoas, elabora para cada dia letivo, a Ficha de Emissão. Tal ficha comporta o tema da unidade, o objetivos de cada área estudada, os dados sobre o conteúdo, a técnica a ser utilizada, a ambientação e a bibliografia.
- b) Realização:** o departamento responsável pela mimeografia, estocagem e distribuição dos roteiros para os sujeitos componentes TV, ou seja, os atores, diretores, apresentadores, realizadores, assistentes de estudo, contra-regra e diretores da TV denomina-se **Tráfego**.
- c) Emissão:** em cada dia letivo é transmitida uma aula integrada. Aula esta em forma de novela e com a duração de 20 minutos. Após essa aula são exibidos os módulos de aprofundamento, com duração de, no máximo, 10 minutos.
- d) Recepção:** após a “novela”, o Orientador de Aprendizagem executa um jogo de percepção individual ou grupal.
- e) Supervisão e avaliação:** Existia uma equipe de supervisão central que criava as avaliações dos alunos e fazia o acompanhamento dos orientadores de aprendizagem.

De acordo com o Parecer 760/74, de segunda a sexta-feira eram exibidos módulos de Comunicação e Expressão e Matemática, em dias intercalados eram veiculados os de

⁵ **Fonte:** Televisão Educativa do Ceará. **Tele-visão de um sistema**, p. 73. Gráfico.

Estudos Sociais e Ciências Físicas e Biológicas. Os sábados foram reservados para Educação Artística e alguma atividade complementar na escola.

Inicialmente, as aulas foram somente para a 5^a e 6^a séries do Ensino Fundamental, antigo 1º Grau. Cada novela, como eram chamadas as teleaulas, duravam 20 minutos. É válido destacar que, de 1974 a 1977, as aulas eram gravadas mas os módulos eram exibidos ao vivo. Nas palavras de Campos a aula integrada

[...] é o início de toda a atividade diária. Dá uma visão global do conteúdo do dia com as diferentes áreas do conhecimento em interação com uma grande flexibilidade na forma de apresentar. O importante da aula integrada é que ela não se limita a levar para o vídeo uma aula segundo os métodos tradicionais, mas procura mostrar uma situação viva e isso é muito valioso para o surgimento de discussões que oportunizarão uma atualização de ensino bem como incentivarão a atividade do telespectador como aluno. [...] (1983, p. 48)

Para Gerardo Campos, **Módulo de Aprofundamento** é:

[...] o módulo é uma unidade didática que focaliza uma das áreas do núcleo comum e aprofundada. Ele carrega as informações conteudísticas da área e se fundamenta nos seguintes fatos pedagógicos: motivação, conceituação, generalização, aplicação prática e questionamento. Sua duração não deve ultrapassar dez minutos. Isso evita um bombardeio de informações e deixa mais tempo para análise e debates das mensagens veiculadas a fim de que o aluno desenvolva a capacidade de observação e refletindo em grupo, descubra também as intenções do emissor. [...] (1983, p. 50-51).

Sobre a emissão, é prudente destacar a fala de Souza *et al*:

As emissões duram cerca de 12 minutos cada uma. Evidentemente, o tempo não é suficiente sequer para uma abordagem superficial de qualquer assunto (e essa tem sido uma das mais recorrentes queixas dos alunos dos docentes ao serem entrevistados). Após as emissões, seria de se esperar que os alunos pudessem aprofundar o assunto abordado em sala de aula, com o docente presente, mas isso também não acontece, pois a orientação da SEDUC para os professores é a de que eles são facilitadores de aprendizagem, devendo auxiliar o aluno a estudar sozinho – e, sozinhos, eles tentam compreender o que não foi explicado lendo nos manuais de apoio. (2003, p. 53).

Segundo Dias e Brandão: “[...] ou seja, após cada emissão, ou entre uma emissão e outra, os professores têm que fazer com que os alunos estudem – e aprendam! (é para isso que servem as dinâmicas que os professores aprendem nos treinamentos!...)” (2003, p. 15)

Depois dos módulos de aprofundamento, os discentes recorriam ao Manual de Apoio sob a supervisão do Orientador de Aprendizagem. O Manual de Apoio eram livros distribuídos aos alunos, que tinha por objetivo complementar a aprendizagem do mesmo.



Manual de Apoio: é o documento complementar da aprendizagem do aluno e, como tal é o seu **Diário Escolar**, onde são registrados os resultados do seu trabalho individual e em grupo. É indispensável que este manual, uma vez que é complementar e de apoio, apresente as informações de maneira clara e precisa para que se evitem possíveis confusões ou erros entre os usuários. [...] (CAMPOS, 1983, p. 52).

Para facilitar o entendimento da elaboração de uma aula diremos da seguinte maneira: a equipe pedagógica de cada área de estudo, tendo por base o currículo da Secretaria de Educação, elaborava o plano de série, distribuindo seus conteúdos nos quatro bimestres letivos. Depois, outra equipe composta por quatro pessoas de áreas diferentes, preparava a Ficha de Emissão para cada dia letivo, já contendo o tema da unidade, os objetivos de cada área, os dados sobre o conteúdo, a técnica de integração, a ambientação e a bibliografia. Esse material era dividido entre os roteiristas (produtores), modulistas e autores do manual de

apoio, pois ele era o ponto de partida para que pudessem ser alcançados os objetivos traçados. As aulas integradas e os módulos de aprofundamento eram criados por pessoas especializadas.

A seguir, esse material chegava às mãos da equipe de produção, também formada por uma pessoa de cada área do conhecimento, quando passava por uma seleção e um exame para que não houvesse erros, tanto no processo educativo quanto no informativo, como também na linguagem utilizada ou inexatidão dos objetivos. Já o manual de apoio passava pela análise de um coordenador. Após a permissão da equipe de controle, esse material era enviado à datilografia e à mecanografia para ser distribuído.

O setor de tráfego envia os roteiros para os atores, apresentadores, realizadores, assistentes de estúdio, contrarregra e diretor da TV. Antes de iniciar as gravações das aulas integradas havia os ensaios de leitura e marcação.

Para cada dia letivo e para cada série era exibida uma aula integrada, em horário preestabelecido. Depois eram apresentados os módulos de aprofundamento. “[...] Os módulos de aprofundamento têm a duração máxima de dez minutos, enquanto as novelas (aulas integradas) não podem ultrapassar vinte minutos”. (TELEVISÃO EDUCATIVA DO CEARÁ. **Tele-visão de um Sistema.** [s.d.], p. 37).

Encerrada a transmissão da aula integrada, o orientador de aprendizagem realizava uma dinâmica de percepção, podendo ser individual ou grupal. Depois disso vinha a exibição dos módulos de aprofundamento e, posteriormente, os alunos utilizavam o manual de apoio por meio de uma dinâmica de grupo, sendo supervisionados pelo orientador de aprendizagem.

A última parte desse processo era feita pela Equipe de Supervisão Central, que compunha as avaliações. Mas isto é assunto para o próximo item.

2.3 A Avaliação de Aprendizagem dos Alunos do Telensino

Eram quatro as avaliações que alunos faziam, são elas: a Ficha de Avaliação Integrada – FAI, o Manual de Apoio, a Autoavaliação e o Desempenho. Campos detalha melhor esse assunto quando afirma que

[...] Assim, a avaliação foi pensada e estruturada partindo, não só dos objetivos expostos no plano de curso e na ficha de emissão, mas também da associação da área cognitiva, afetiva e motora através dos seguintes elementos: Ficha de Avaliação Individual – FAI, Manual de Apoio, Auto-Avaliação e Desempenho que resulta da proporcionalidade do crescimento do aluno em termos de assimilação de conteúdo, de participação, esforço, relacionamento e produtividade observados pelo orientador de aprendizagem com vistas à formação de um diagnóstico das condições cognitivas, afetivas e motoras do aluno [...] (1983, p. 54).

No Departamento de Pedagogia da TVE existia a Equipe de Supervisão Central – SUCEN que era responsável pela criação da Ficha de Avaliação Integrada que era remetida aos alunos, sendo esta a primeira avaliação. Ela limitava-se ao conteúdo programático existente no módulo e no manual de apoio, e seu objetivo era atingir a área cognitiva do aluno. Era feita semanalmente.

Esta equipe, por meio da Supervisão de Campo – SUCAM, acompanhava o trabalho dos orientadores de aprendizagem.

Segundo Silva e Dias,

A FAI era uma ficha que, no início do Telensino, chegava impressa à unidade escolar por intermédio das supervisoras de campo. [...] A FAI tinha como objetivo medir os conhecimentos cognitivos dos telealunos, desenvolvidos e estimulados por meio dos conteúdos dos módulos e do manual de apoio. (2003, p. 118).

A segunda e a terceira avaliação cabia aos orientadores de aprendizagem aplicar, pois eles deviam acompanhar e avaliar os estudantes por meio do Manual de Apoio e pelo desempenho. O registro do desempenho dos alunos tinha por objetivo apontar o progresso da aprendizagem do telealuno, tendo como referência a participação, o relacionamento e a criatividade.

Os testes do manual de apoio eram testes que também avaliavam as unidades de estudo e os módulos. Entretanto, contavam com a participação do orientador de aprendizagem na sua elaboração, antes da emissão pelo vídeo. (SILVA e DIAS, 2003, p. 118).

O Manual de Apoio era um documento adicional da aprendizagem do discente, no qual eram anotados os resultados de sua atividade individual e em grupo. Dispunha

de exercícios de fixação e de avaliação do rendimento escolar. Englobava as três áreas da aprendizagem: cognitiva, afetiva e motora.

A Autoavaliação era o quarto tipo de avaliação de aprendizagem aplicado pela SUCEN. Pressupunha o êxito no âmbito afetivo e intelectual, por meio da conscientização de sua vida, sua responsabilidade e seu crescimento como pessoa. Já o desempenho era o resultado do desenvolvimento do estudante com relação ao conteúdo, participação, esforço, relacionamento, produtividade, dentre outros. Isso era percebido e monitorado pelo orientador de aprendizagem para que se pudesse fazer um diagnóstico do nível cognitivo, afetivo e motor do aluno.

A soma desses quatro elementos FAI + desempenho + M.A. + A.A, divididos pela média aritmética, resultava na avaliação final de cada estudante.

Competia à SUCEN averiguar, interpretar e conduzir a estatística todos os dados fornecidos pela SUCAM. Eram esses elementos que originavam o “feedback” enviados à a produção pedagógica.

Existia também um sistema de *feedback* adotado pela supervisão que era chamado de *Pombo Correio*. Por meio deste sistema, os alunos e orientadores enviam cartas, mensagens ou dúvidas para a SUCAM e SUCEN, garantindo, assim, uma ligação entre a equipe de supervisão e os estudantes e orientadores. Muitas dessas cartas eram respondidas ao vivo. Quando não, eram separadas por assunto e discutida em reuniões dos supervisores e orientadores. De acordo o depoimento de uma ex-supervisora

... A gente fazia essa interação pelas cartas, pelos correios que os meninos queriam e por um programa chamado *Pombo Correio*, que o orientador que também não sabia, às vezes ele mandava dizer, então aqueles professores lá, que eram professores da universidade tiravam as dúvidas e vinha no programa ou respondendo as cartas que vinham pessoalmente para o professor. (CAMPOS, 2000 *apud* SILVA e DIAS, 2003, p. 120).

É oportuno destacar as dificuldades dos alunos por área de estudo e as colocações da equipe de supervisão. Isso será exposto na Tabela 6.

Tabela 6 – Dificuldades dos Alunos por Área de Estudo

ÁREA DE ESTUDO	COLOCAÇÕES DA EQUIPE
Comunicação e Expressão	Concordância nominal e verbal. Orações coordenadas e subordinadas, adjuntos adnominais, adverbiais complementos verbal e nominal. Pouco exercício de gramática MA. Coordenadas sindéticas e assindéticas. Sujeito anteposto e posposto Estudo das ideias.
Matemática	Exercícios sobre fracionários, Equação, Inequação, Correlação entre sentença gramatical e sentença matemática. Sentenças abertas e fechadas, Tabelas, Operação direta e invertida, Números relativos, Método de comparação e substituição e Produtos Cartesianos, Eixos coordenados. Estrutura. O que há no módulo não há no MA. N Números Naturais, Propriedades Comutativa e Distributiva, Sistema de Base, Múltiplos e Divisões, Sentença inversa e direta. Conjunto-verdade. Ponto e reta.
Estudos Sociais	Capitanias Hereditárias, Sesmaria.
Ciências	Experiências. Átomo e molécula. Decomposição da água – Ar e água-Purificação e composição da água. Protozoários. Princípio dos vasos comunicantes Pressão da Água – Densidade – Impuxo – Princípio de Arquimedes – Peso da água e do Ar – Moléculas.

Fonte: TELEVISÃO EDUCATIVA DO CEARÁ. **Tele-visão de um Sistema.** Fortaleza. [s.d.], p. 63-64.

Após discorrermos sobre a avaliação no sistema Telensino, é chegado o momento de analisarmos o sistema sob a ótica dos sujeitos que viveram essa experiência. O que a imprensa divulgou sobre o sistema? E a professora, o que achou do mesmo? E o aluno? Procuraremos responder a tais questionamentos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

O TELENSINO À LUZ DOS SUJEITOS QUE VIVERAM A EXPERIÊNCIA

O Caderno¹

(Toquinho)

Sou eu que vou seguir você
Do primeiro rabisco
Até o be-a-bá.
Em todos os desenhos
Coloridos vou estar
A casa, a montanha
Duas nuvens no céu
E um sol a sorrir no papel...
Sou eu que vou ser seu colega
Seus problemas ajudar a resolver
Te acompanhar nas provas
Bimestrais, você vai ver
Serei, de você, confidente fiel
Se seu pranto molhar meu papel...
Sou eu que vou ser seu amigo
Vou lhe dar abrigo
Se você quiser
Quando surgirem
Seus primeiros raios de mulher
A vida se abrirá
Num feroz carrossel
E você vai rasgar meu papel...
O que está escrito em mim
Comigo ficará guardado
Se lhe dá prazer
A vida segue sempre em frente
O que se há de fazer...
Só peço, à você
Um favor, se puder
Não me esqueça
Num canto qualquer

¹ Disponível em: <<http://letras.mus.br/toquinho/87320/>>. Acesso em: 23. Ago.2014.

Nos dois primeiros capítulos desse trabalho discorremos sobre o contexto socioeconômico, político e educacional do Ceará na década de 1970, bem como a história do Telensino, sua proposta pedagógica, sua orientação filosófica e curricular, a transmissão de uma teleaula e a avaliação da aprendizagem dos telealunos.

Nesta parte, refletiremos o Telensino tendo por base a visão dos sujeitos que viveram essa experiência, seja ele professor ou estudante, como também o que foi divulgado pela imprensa sobre esse sistema.

Este capítulo está dividido em quatro partes. Na primeira, que denominamos **O que disse a imprensa?**, recontamos a história da criação e da implantação do Telensino utilizando o que noticiou a imprensa cearense, principalmente o jornal **O Povo**, desde a assinatura da lei que criou a FUNEDUCE, passando pela inauguração da TVE, chegando até o ano de 1979.

No segundo item, batizado de **O que disse uma professora?**, transcrevemos e analisamos partes da entrevista feita com a professora Rita Facó, que foi professora e autora de manual de apoio, e participou ativamente da criação e da implantação do Telensino. Na entrevista feita com a docente procuramos explorar suas lembranças e memórias sobre a criação e implantação do Sistema.

Na terceira parte, intitulada **O que disse um aluno?**, também nos utilizamos da entrevista como recurso para resgatar lembranças, memórias e histórias do tempo em que o hoje Professor Doutor Francisco Humberto Cunha Filho era ainda um estudante da quinta série do primeiro grau da Escola Apostólica Nossa Senhora de Fátima, e assistia às aulas pela TV.

E na quarta e última parte, definida por **Síntese final dos sujeitos**, fizemos um apanhado geral do que foi escrito e analisado anteriormente procurando fundir os três itens estudados em uma sinopse.

3.1 O que disse a Imprensa?

Para descrevermos a história da criação e da implantação do Telensino é necessário, primeiro, situarmos cronologicamente nosso objeto de estudo. O período pesquisado nos

jornais foi de 1973 até 1979. E a primeira reportagem encontrada no jornal **O Povo** referia-se ao valor que a TV Educativa custaria aos cofres públicos e qual a empresa seria responsável por fornecer os equipamentos para a TV. A notícia informava que o custo total havia sido de 3.040.730 francos franceses ou 3.789.053,65 cruzeiros. A reportagem informa o seguinte,

CUSTA MILHÕES A TV-EDUCATIVA

O valor do contrato de fornecimento e instalação da TV-Educativa da Secretaria de Educação é de 3 040 730 francos franceses, oficializado esta semana com a Thomson – CSF Equipamentos do Brasil Ltda. O termo inclui despesas de embalagem e é considerado, para a colocação do material CIF Fortaleza, por via marítima e/ou aérea.

Deste total, o Estado dará sinal de 20 por cento ficando o restante para resgate em dez promissórias avalizadas pelo Banco do Estado do Ceará, vencíveis semestralmente. Consoante prevê o instrumento, este é redigido em português e a taxa de câmbio correspondente a 30 de janeiro último. Os recursos para aquisição da TV-Educativa correrão por conta do FDC, e somam, em cruzeiros, 3.789.053,65 (06.02.1973, p. 10).

No dia 12 de fevereiro de 1973, a jornalista Ivonete Maia, na coluna **Educação**, criticou quem desvalorizava ou condenava a instalação da TV Educativa no Ceará. Dentre os benefícios desta criação, ela pontuava a geração de milhares de empregos para pessoas capacitadas. Segundo ela, o governo não faria a extravagância de gastar milhões de cruzeiros dos cofres públicos em um projeto para depois transformá-lo em ponte para vaidades ou para se beneficiar politicamente. De acordo com a jornalista, a implantação da TVE contava duas vantagens; a primeira seria que os executores desse projeto já conheciam as falhas de outros projetos educativos e não repetiriam os mesmos erros; e a segunda, seriam os resultados positivos da implantação da TV Educativa do Maranhão, que poderia ser adotado no Ceará, desde que fosse ajustado à nossa realidade. Fechando a coluna ela afirma o seguinte:

Fiquem certos os interessados, os observadores, agora há planejamento, o que assegura, mais ainda, a irreversibilidade da iniciativa. O tempo agora, já que a Secretaria de Educação pretende concluir tudo este ano, é propício apenas para uma preocupação, qual seja a da seleção de pessoal especializado. Pessoal que vai precisar, forçosamente, de treinamento adequado, desde agora, para que não ocorra improvisação. Um detalhe que deve estar, sem nenhuma dúvida, colocado prioritariamente no plano de Assessoria do Governo.

É só. (**O POVO**, 12.02.1973, p. 10).

Ainda na fase da implantação da TV, o governador César Cals, teve uma reunião com o Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, na qual solicitou auxílio financeiro para a implantação da TVE e ampliação da estação de passageiros e da pista do Aeroporto Pinto Martins. Essa ampliação seria necessária para comportar o aumento no número de passageiros que usariam o aeroporto Pinto Martins. (**O POVO**, 14.02.1973, p. 10).

No dia 5 de abril do corrente ano, foi lida, na Assembleia Legislativa, a mensagem do Poder Executivo

[...] solicitando autorização para realizar operação de importação financeira, no valor de quarenta milhões, quarenta mil, setecentos e trinta francos franceses, ou o seu equivalente em outras moedas, destinados à aquisição do equipamento e materiais que serão utilizados na TV Educativa". (**O POVO**, 06.04.1973, p. 4).

Pesquisando um pouco mais encontramos outra coluna da jornalista Ivonete Maia. No texto ela discorreu sobre o pessoal que comporia a TVE e escreveu o seguinte:

Agora não posso deixar de registrar aqui a expectativa que existe em relação ao processo de preparação do pessoal que vai colocar a TV Educativa a serviço da comunidade. Refiro-me ao pessoal que vai fazer valer a finalidade principal da emissora: ““apoiar a atividade didática, transformando-se em eficiente instrumento para solução dos três mais graves problemas do ensino de Primeiro Grau, no Estado – impossibilidade de expansão da oferta de matrículas na escala ideal, alta taxa de evasão escolar e baixo nível de qualificação do magistério, notadamente no interior” (**Jornal da Confiança**, março de 1973). (**O POVO**, 10.04.1973, p. 10).

Continuando o texto ela registrou a opinião da comunidade a respeito da TVE, afirmando o seguinte:

Sabe-se que ao Governo interessa sobremaneira a observação de prazos já determinados, possibilitando a entrega da TV Educativa à comunidade cearense, que está, inclusive convencidas dos méritos da iniciativa e dos benefícios que surgirão através dela. Refiro-me notadamente a ponderáveis partes da comunidade, aquela comprometida com o sistema educacional e que deseja vê-lo fortalecido por empreendimento valiosos.[...] (**O POVO**, 10.04.1973, p. 10).

E ainda com relação ao pessoal que comporia a TVE, a jornalista Ivonete Maia assegurou:

[...] Mas estes mesmos setores estão preocupados com um dos aspectos mais relevantes do processo – o pessoal que vai orientar e superintender o trabalho a ser desenvolvido pelo Canal 5, o pessoal que vai executar os programas, o pessoal, enfim, que dará à emissora aqueles níveis desejáveis de eficiência e produtividade. (**O POVO**, 10.04.1973, p. 10).

No dia 23 de maio de 1973 a Comissão de Finanças do Senado Federal aprovou a aquisição da aparelhagem da TVE. O relator da matéria foi o Senador Virgílio Távora. A notícia ainda informa que a TVE seria inaugurada em outubro de 1973. (**O POVO**, 24.05.1973, p. 10).

No dia 20 de agosto de 1973, o jornal **O Povo** noticiou que as partes metálicas que comporiam a TVE, e que pesavam em torno de 22 toneladas e possuíam uma altura de 170 m, já haviam saído de São Paulo com destino a Fortaleza. Enquanto aguardava a chegada do material, o supervisor técnico da TV, engenheiro Artur Torres de Melo, estava em Paris, finalizando o embarque do restante do equipamento, pois a inauguração ocorreria no dia 31 de outubro de 1973.

No dia 18 de outubro de 1973, Governador César Cals assinou a Lei 9753, criando a FUNEDUCE, e anunciou: “Este é um momento muito importante de meu Governo” [...] (**O POVO**, 19.10.1973, p. 4). E ainda referindo-se à TVE, foi contundente ao dizer: “[...] será uma revolução, não só pela expansão das oportunidades escolares, como porque vai propiciar a melhoria da qualidade do ensino e dos recursos para sua eficiência”. (**O POVO**, 19.10.1973, p. 4).

Iniciando o ano de 1974, foi divulgada uma reportagem de página inteira no jornal **O Povo**, cujo título era **Educação integra o governo da confiança**. Dentre as informações noticiadas, havia informes sobre a construção de unidades escolares e da nova sede da Secretaria de Educação, e era mencionada também a composição do corpo da TV Educativa: Presidente: Antonieta Cals de Oliveira; Diretor Técnico: Dr. Artur Torres de Melo; Diretor Administrativo: Prof. Gerardo Campos; Diretor de Produção: Guilherme Neto.

[...] esta Diretoria fará todo o esforço para que até o início de Fevereiro entre a fase experimental, e em março estará ministrando suas aulas em doze (12) unidades da Capital sendo sete (7) do Estado e cinco (5) unidades do Município, estas do Município são unidades da Funefor cidades satélites. (**O POVO**, 7.01.1974, p. 16).

Em 11 de janeiro de 1974, o governador César Cals convidou o engenheiro Artur Torres de Melo para ser superintendente da TV Educativa, deixando o cargo de Diretor Técnico da TV. (**O POVO**, 11.01.1974, p. 10).

No dia 21 de janeiro de 1974, foi publicado o edital de seleção para a contratação de orientadores de aprendizagem. Na publicação, constavam quais seriam os requisitos necessários para o candidato concorrer, a quantidade de vagas e os locais onde seriam lotados.

Foram 125 vagas, sendo 65 para a Capital e 60 para o interior (Maranguape, Beberibe, Cascavel, São Gonçalo, Paracuru, Aquiraz, Caucaia e Pacajus). Os candidatos, tanto da Capital quanto do interior, apresentariam a seguinte documentação: Licenciatura Plena; ou Licenciatura de Curta Duração; ou Certificado de conclusão do 4º Normal Pedagógico. Mas, para os candidatos do interior do Estado, estava facultada a inscrição com o Certificado de Conclusão do 4º Normal Pedagógico se houvesse carência de profissional com Licenciatura Plena ou Curta. Os candidatos deveriam ter entre 18 e 35 anos de idade.

5.2 – Os 178 (cento e setenta e oito) candidatos classificados na Prova de Conhecimentos Gerais, terão que freqüentar o Treinamento retro-citado quando sofrerão novo processo de Seleção pela Equipe Técnica que ministrará o Treinamento e ao final sairá a lista classificatória dos cento e vinte e cinco (125) Orientadores de Aprendizagem que serão contratado. (**O POVO**, 21.01.1974, p. 10).

O treinamento para orientadores de aprendizagem teve sua solenidade de abertura noticiada pelo jornal **O POVO**, no dia 7 de fevereiro de 1974. Segundo a reportagem, havia 300 pessoas presentes, divididas entre professores, voluntários, representantes de unidades de ensino do interior, professores e técnicos da Secretaria de Educação do Município e professores da rede estadual de ensino. A palestra de abertura foi proferida pela professora Antonieta Cals, que à época era Secretária de Educação e Cultura do Município.

O curso teve a duração de trinta dias e as aulas foram ministradas no Colégio Estadual João Piamarta. O treinamento foi acompanhado por supervisores da TV, pelos diretores de escolas e por técnicos ligados à FUNEFOR e FUNEDUCE.

A Televisão Educativa do Ceará iniciou sua transmissão, em fase experimental, no dia 18 de fevereiro de 1974, como informou o jornal **O Povo**,

[...] Até o dia 11 de março, a estação entrará no ar somente às 20 horas e sempre com exibição de filmes científicos, terminando a programação com um longa-metragem.

[...]

A TV Educativa não terá objetivos econômicos e nem se preocupará em fazer concorrência com as demais estações. A sua finalidade específica será de educar a população cearense. Inicialmente, a expectativa de recepção será de 60 Km de Fortaleza, numa excelente imagem. Os testes realizados comprovam a qualidade dos equipamentos da nova estação de TV integrante da Fundação Educacional do Estado do Ceará. (18.02.1974, p. 10).

O investimento público na criação e construção da TVE foi de Cr\$ 7.000.000,00, sendo Cr\$ 5.200.000,00 somente com equipamentos. As imagens eram geradas em preto e branco, mas poderiam ser retransmitidas em cores. Quanto à finalidade da TVE: “[...] Os seus interesses resumem-se em educar mais e num menor espaço de tempo a população alencarina. Ela se manterá de receita orçamentária ou doações, subvenções públicas ou particulares”. (**O Povo**, 18.02.1974, p. 10).

Em sua coluna no jornal **O Povo** do dia 23 de fevereiro de 1974, Ivonete Maia afirma que o Professor Antônio Martins Filho, ex-Reitor da UFC (1955-1967), cedeu ao Governo do Estado do Ceará o direito de pleitear a TV Educativa. E que foi no mandato do Governador Plácido Castelo (1966-1971) que o Estado do Ceará recebeu a autorização para montar o Canal 5. A mesma asseverou ter visitado as instalações da TVE e disse estar satisfeita. Fez elogios ao governo do Estado e a sua assessoria de educação por tornar real a TV Educativa.

Acompanhei, observando atentamente, todas as etapas que envolveram o processo de implantação da TVE. [...] louvo o esforço empreendido pela atual administração estadual para tornar realidade a TVE, [...] Louvo o Governo que concretizou a TVE. E louvo a sua Assessoria de Educação que pensou,

para o Governo, dando-lhe condições de entregar ao Estado o Canal 5. Louvo, porque é justo louvar. (**O POVO**, 23.02.1974, p. 6).

A Televisão Educativa foi inaugurada no dia 7 de março de 1974, às 18 horas, contando com a presença de diversas autoridades, dentre elas, o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho. Após o governador do Estado, César Cals, cortar a fita, abrir simbolicamente a porta da TVE e discursar, foi a vez do Ministro dizer algumas palavras, das quais destacamos:

No instante em que outros Estados como São Paulo buscam novos meios para aumentar a escolaridade, o Ceará dá um grande exemplo implantando uma emissora que, além de educar, vai difundir a cultura através de programas especiais [...] grande obra que entrega hoje aos cearenses, marcando uma nova era para a Educação neste Estado. (FUNDAÇÃO TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ – FUNTELC. **Um instrumento a serviço da educação e da cultura. (1974-1995)**, [s.d.]: [s.e.], p. 32).

O jornal **O Povo**, de 08 de março de 1974, dedicou uma página inteira para uma reportagem sobre a TV Educativa. Nela anunciava que a implantação de uma televisão educativa no Ceará era um ato de coragem do Governo do Estado.

A implantação do Canal 5 expressa um ato de coragem do Governo do Estado, não só pelo que representa como inovação no ensino mas também pelo investimento que teve que ser feito para torná-la realidade. Para inovar é preciso recusar e mitos e tabus, é preciso ter a visão do futuro. E essa recusa foi feita a partir de um pleno conhecimento da realidade educacional e das potencialidades da TV como instrumento educador e cultural. Essa percepção conduziu à decisão de investir sem receio de erro ou de desperdício. (08.03.1974, p. 22).

Em outro tópico da mesma notícia, o jornal **O Povo** destacou o valor do investimento feito para a concretização da TVE. Disse o seguinte:

Os investimentos globais para a construção da Televisão Educativa elevaram-se a Cr\$ 7.977.920,00, incluindo edificações civis, equipamentos e instalações. Além disso, ainda foram aplicados pela Assessoria de Assuntos de Educação e Cultura, Cr\$ 476.000,00 na realização de três importantes projetos: de implantação curricular, de produção integrada de programas curriculares da 5^a e 6^a séries e aquisição de equipamentos didáticos e móveis. A preparação para o funcionamento da TVE exigiu ainda a realização de dois seminários internos, objetivando treinar pessoal docente, e a participação em dois outros

seminários, na Guanabara, promovidos pelo PRONTEL; com a finalidade de aperfeiçoar os recursos humanos. (08.03.1974, p. 22).

No dia 15 de março de 1974, a TV Educativa saiu do ar por problemas técnicos. Um cabo de alta tensão causou um curto circuito no estágio final de alimentação do transmissor. No dia 20 de março de 1974, o engenheiro francês J. Lebouef, chefe do Departamento de Montagem da Thomson CSF chegava a Fortaleza para consertar o defeito.

Já no dia 21 de março de 1974, o engenheiro Artur Torres de Melo, Superintendente da TVE, esclareceu os motivos do defeito e informou as providências que foram tomadas. Ele encaminhou ao jornal **O Povo** os seguintes esclarecimentos:

1. O acidente que motivou a suspensão das atividades do Canal 5, no período compreendido entre 15 e 20 do corrente, independeu de nossa vontade, sendo suscetível de acontecer a qualquer equipamento eletrônico;
2. Imediatamente, nosso Departamento de Engenharia localizou o motivo da interrupção das transmissões, que teve como causa um curto-círcito no estágio final de alimentação do transmissor, provocado por um cabo de alta tensão, que aparentemente ligado, desprendeu-se de seu terminal;
3. Como o equipamento desta Emissora de Televisão encontra-se em fase de garantia, a Superintendência manteve contatos telefônicos com a alta Direção da THOMSON CSF, em Paris, a qual invocando razões contratuais, manifestou sua veemente vontade de enviar a Fortaleza, o próprio Chefe do Departamento de Montagens, Eng. Lebouef, chegado a esta Capital por volta das 12 horas de hoje;
4. O interesse da THOMSON CSF é perfeitamente justificável, levando-se em conta o seu prestígio internacional e a natureza do problema, inédito na montagem de aproximadamente 400 (quatrocentos) transmissores em todo o mundo;
5. Lamentando o hiato havido em nossas transmissões, notadamente pelo sentido social da TV EDUCATIVA, e mais ainda pela carinhosa acolhida de sua existência, pela comunidade, a Superintendência desta Emissora não poderia se furtar à explicação de que estava a dever à população, às autoridades e à todos os setores da opinião pública. (21.03.1974, p. 08).

Conforme a TVE emitia sua programação, o setor técnico implantaria, por meio da COTELCE, um sistema de alta eficiência para as transmissões, via satélite. A permissão para que a TV utilizasse o sistema de microondas, foi dada pelo próprio Ministro das Comunicações, Euclides Quandt, quando em visita a Fortaleza. Ocorre que para que a TV obedecesse à

portaria ministerial, teria que ser implantado um sistema em U.H.F., que representaria um investimento no valor de 3 a 4 milhões de cruzeiros. O ministro autorizou a TV Educativa a continuar utilizando o seu sistema até que pudesse ser implantado o de microondas. (**O POVO**, 30.05.1974, p. 10).

Nesta mesma reportagem foi destacado que o Ministro das Comunicações assistiu a uma aula do Telensino e mostrou-se interessado, solicitando até que fosse enviado ao Ministério uma descrição dos cursos.

Visando a aprimorar a prática pedagógica e preparar os orientadores de aprendizagem para a prática em telessala, bem como muni-los de mais dinâmicas de grupo, a Fundação Educacional de Fortaleza – FUNEFOR lançou o I Encontro de Orientadores de Aprendizagem – Sistema TVE – Canal 5, tendo a participação de 111 orientadores de aprendizagem do Estado e do Município. O encontro se deu no período de 1 a 3 de agosto de 1974, tendo uma carga horária de 24 horas-aula. (**O POVO**, 01.08.1974, p. 10).

Após visitar diversas obras do Governo do Estado, dentre elas a TVE, o Ministro da Justiça, Armando Falcão, interessou-se pelo sistema de transmissão de aulas e afirmou que iria apresentar ao Ministro de Educação e Cultura, Ney Braga, a proposta da TV Educativa para que essa experiência fosse aplicada em outras Televisões Educativas brasileiras. Segundo informações publicadas na reportagem no jornal **O Povo**, o Ministro afirmou que

[...] vai apresentar ao Ministro de Educação e Cultura, Ney Braga, sugestão no sentido de aplicar certas experiências do Canal 5 noutras emissoras educativas do País, o Sr. Armando Falcão considerou sua alta importância e funcionalidade. [...] (13.08.1974, p. 4).

Desejando aumentar o atendimento escolar pelo Telensino no interior do Ceará, o Secretário de Educação criou uma equipe para fazer uma verificação preliminar nos oito municípios já cobertos pelo Sistema TVE. Essa equipe também averiguou a quantidade de discente que cursaria a 4^a, 5^a e 6^a séries em 1975. Tendo posse desses dados, a Secretaria tomaria as providências para atender a uma maior quantidade de estudantes. (**O POVO**, 23.08.1974, p. 08).

No dia 24 de outubro de 1974, o jornal **O Povo** noticiou que Antonieta Cals, Secretária de Educação e Cultura de Fortaleza e Superintendente da TVE, foi ao Rio de Janeiro

visitar a Fundação Getúlio Vargas para acertar convênios com aquela instituição visando a uma possível coedição dos livros didáticos utilizados pela TVE. Lá estando, também foi ao PRONTEL para dar encaminhamento ao projeto de expansão da TVE.

Durante essa viagem, Antonieta Cals estabeleceu contato com o Conselho Britânico a fim de instituir convênio de assistência técnica tanto para a TVE como para a FUNEFOR. Essa visita proporcionou bons resultados, pois ficou acordado que um técnico do Conselho Britânico viria a Fortaleza em sessenta dias fornecer a assistência técnica solicitada. O Conselho também concedeu bolsas de estudos com duração de quatro meses para que técnicos cearenses fossem à Inglaterra fazer cursos.

Em mais uma reportagem, o jornal **O Povo** anunciou que a expansão da Televisão Educativa estava garantida para 1975, graças à assinatura de convênios. Com isso, mais de seis mil alunos teriam acesso à educação, tanto na capital cearense quanto no interior. A notícia informou que:

ASSEGURADA EXPANSÃO DA TV EDUCATIVA

Em consequência de convênios, a TV Educativa teve assegurada a sua expansão no próximo ano, incluindo mais 6.986 alunos de 5^a e 6^a séries, o que representa 172 novas turmas na capital e no interior.

Destas 172 turmas, 99 ficarão localizadas em Fortaleza com 4.051 alunos. Os 2.935 restantes terão suas aulas através dos telepostos dos municípios interioranos. (01.11.1974, p. 11).

Em 27 de novembro de 1974, o jornal **O Povo** divulgou que o Ministério das Comunicações, por meio do Departamento Nacional de Telecomunicações – DENTEL anunciou a liberação das retransmissões da TVE para os municípios do interior cearense.

Iniciando o ano letivo de 1975, a FUNEFOR ministrou capacitação para 134 orientadores de aprendizagem da TVE. Foram 12 dias treinamento. Nesta mesma reportagem, **O Povo** informou que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Fortaleza estava recrutando orientadores de aprendizagem para atuarem nas unidades educacionais de Fortaleza. (04.02.1975, p. 10).

Em 14 de fevereiro de 1975, o jornalista Francisco Lima, do jornal **O Povo**, escreveu matéria de página inteira sobre o desafio que a televisão estava fazendo ao professor.

Segundo a notícia, a informação de que a TV substituiria o professor e estes seriam demitidos assustou diversos docentes.

Ao perguntar a Gerardo Campos, Diretor Pedagógico da TVE, se isto era verdade, o mesmo sorriu e afirmou que o ensino pela TV não pretendia acabar com os professores e nem com os livros, mas que seria provável que só sobreviveriam os docentes e escritores que se adequassem a essa nova realidade. Continuando com a entrevista, Campos informou que, ao visitar uma escola, o Superintendente da TVE, Coronel Artur Torres de Melo, viu que em uma sala de aula o orientador de aprendizagem havia faltado, e mesmo sem a presença dele os alunos estavam fazendo suas atividades normalmente.

Outro dia, o coronel Torres de Melo, Superintendente da TV – Educativa do Ceará, foi visitar uma escola. Coincidiu que, neste dia, a orientadora havia faltado. Os alunos, porém, estavam em franca atividade. Foi uma surpresa que demonstrou outra faceta da teleducação. À distância, uma equipe pode comandar milhões de criaturas [...] (**O POVO**, 14.02.1975, p. 180).

Prosseguindo com a declaração, ele garantiu que em uma classe de telensino os alunos utilizavam diversas técnicas de dinâmica de grupo que os mesmos criaram.

Na classe, os alunos adotam diversas técnicas que eles mesmos idealizam. Exemplo disto é a técnica da Asa Branca e o Sertão. Fazem o grupão e cada elemento fica sendo uma Asa Branca. Então fazem perguntas uns aos outros e os que forem acertando, ficam no litoral (centro), os que forem errando ficam no sertão, na seca brava. No final, os sertanejos pagam prendas e mais dez cangurus. Como esta, outras técnicas foram inventadas do trenzinho, balança, despertador, complemento, força etc. (**O POVO**, 14.02.1975, p. 180).

Gerardo Campos assegurou ainda que várias escolas estavam solicitando assinatura de convênio com a TV Educativa para fazer proveito das exibições das aulas.

[...] Muitas escolas estão conveniando com a TV – Educativa, no sentido de aproveitar as nossas imagens nas suas classes. É certo, porém, que tais convênios só serão celebrados com estabelecimentos mais carentes de professor. (**O POVO**, 14.02.1975, p. 180).

Para Gerardo Campos, a interdisciplinaridade em uma aula do sistema de ensino pela TV acontecia porque em uma única exibição os alunos viam várias disciplinas. E após

a exibição, eram incentivados o senso crítico e a criatividade dos discentes. Dando como exemplo a novela Caju Futebol Clube, confirmou que

O que importa, porém, é reconhecer que há necessidade de mudar. Uma aula da TV – Educativa é modelo. Senão vejamos:

Antes o aluno aprecia, durante 20 minutos, uma novela. Por exemplo a novela ‘Caju Futebol Clube’. A estória gira em torno da exploração agro-industrial do cajueiro. Os meninos plantam a semente (Ciências) e, quando os frutos surgem, falam na venda de enormes quantidades (matemática). Eles pensam na formação de um time e enchem a bola de ar, de modo a que fique leve (física). Na feira, eles observar certos valores vindos dos costumes africanos (história) e retornam às casas, após cumprida a missão. É, agora, que chega a vez de olhar com orgulho a cultura dos cajueiros...

Esta ilustração demonstra como, numa história, se pode colocar dados acerca de todas as disciplinas que vão se estudadas naquele dia. Isto dura 20 minutos e, em seguida, os alunos se formam em equipes e dizem o que perceberam na novela, fazendo a síntese. Neste momento, incentivou-se no aluno o senso crítico e seu poder criador. (**O POVO**, 14.02.1975, p. 180).

Em palestra proferida na aula inaugural do Curso de Comunicação, da Universidade Federal do Ceará, o prof. Gerardo Campos, Diretor Pedagógico da TV Educativa afirmou que um dos objetivos das teleaulas era envolver o aluno.

[...] Se não atingirmos o ideal, já alcançamos muitos resultados positivos. Como o nosso trabalho o aluno se sente envolvido, pois estamos procurando fazê-lo crescer, inclusive na sua capacidade de atenção, percepção, crítica e reflexão. (**O POVO**, 07.03.1975, p. 12).

Com relação às críticas feitas à TVE, ele salientou que “Nós somos os primeiros a ver nossos defeitos. Sabemos que a perfeição é como uma linha no horizonte.” (**O POVO**, 07.03.1975, p. 12).

Em 11 de setembro de 1975, **O Povo** anunciou a posse de Carlos D’Alge como Superintendente da TV Educativa.

O Povo (06.01.1975, p. 01) anuncia, em sua primeira página, a nomeação, feita pelo Governador Adauto Bezerra, de Antônio Martins Filho para Superintendente da FUNEDUCE. Este substituiu Antonieta Cals que foi tomar posse como Delegada Regional do Ministério da Educação e Cultura no Ceará.

Ivonete Maia, em sua coluna no jornal **O Povo**, divulgou que a FUNEDUCE e a Prefeitura de Fortaleza fecharam convênio em que a TVE agregaria os equipamentos da FUNEFOR. “[...] TVE ampliará não somente o seu sistema de teleducação, como poderá gerar programas diversificados, ale de transmitir programas de treinamento para os professores do interior, no período das férias escolares”. (01.12.1975, p. 16).

O encerramento do ano letivo de 1975, do Telensino, deu-se no dia 5 de dezembro. Do dia 6.12 até o Natal foram exibidas as aulas de recuperação. O ano letivo de 1976 começaria no dia 9.2.1976. Houve um aumento de 80% no número de matrículas que passaram de 10 mil alunos, para 18 mil discentes. (**O POVO**, 06.12.1975, p. 16).

O ano de 1976 começou com a Secretaria de Educação anunciando o adiamento da prova do concurso para a contratação de 120 orientadores de aprendizagem. Foram 120 vagas ofertadas, sendo 40 para Fortaleza, e as outras 80 para os seguintes municípios: Apuiarés, Aquiraz, Aratuba, Aracoiaba, Aracati, Baturité, Beberibe, Canindé, Caridade, Maranguape, General Sampaio, Iguatu, Acopiara, Cedro, Icó, Lavras, Orós, Juazeiro do Norte, Brejo Santo, Limoeiro do Norte, Iracema, Pereiro, Quixadá, Quixeramobim, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Russas, Jaguaruana, Quixeré, Palhano, Senador Pompeu, Pedra Branca, Mombaça, Sobral, Santa Quitéria, Uruoca, Cariré, Ipu, Itapipoca, São Luís do Curu, Pacajus, Paramoti, Palmácia, Redenção e Crateús. (**O POVO**, 16.01.1976, p. 16).

O ano letivo para os alunos do Sistema Telensino iniciou-se no dia 16.02.1976. Em Fortaleza, foram 5.500 alunos matriculados distribuídos da seguinte maneira: 34 turmas de 5^a série; 45 de 6^a série; 29 de 7^a; e 27 de 8^a série. Já no interior, foram 1.500 discentes matriculados, distribuídos em 41 salas. De acordo com a notícia

As aulas pela TV-E estão cada vez mais interessando a população cearense, o que se registra pelo próprio crescimento da matrícula. A direção da FUNEDUCE está estudando a implantação de novos recursos tecnológicos para tornar a educação pela TV-E mais atrativa e eficiente. (**O POVO**, 14.02.1976, p. 16).

Ao fazermos a leitura nos jornais nos deparamos com informações desencontradas com relação ao número de alunos matriculados no sistema Telensino. Em matéria do dia 14.02.1976, o jornal **O Povo** noticiou o seguinte: “Serão iniciadas, segunda-feira, as aulas do

Sistema TV-Educativa, abrangendo cerca de 5.500 alunos na Capital e 1.500 no interior do Estado. [...]"

E ao informar que, pela primeira vez, seriam transmitidas aulas de Educação Física pela TV, indicando o número de usuários do sistema neste ano de 1976, divulgou o seguinte:

A Televisão Educativa iniciou o ano letivo de 76, no último dia 16, com transmissões a partir de 7.10 horas, incluindo-se pela primeira vez, o ensino da Educação Física por TV, em convênio com o DEP/SEC. A matrícula alcançou cerca de 15.000 alunos, espalhados em telessalas do Estado e do Município, integrando 440 turmas. (**O POVO**, 21.02.1976, p. 16).

Na mesma coluna, saiu a notícia de que a TV Educativa firmou convênio com a FUNEFOR para a utilização do equipamento de TV desta instituição, com vistas a ampliar o alcance da transmissão da TVE. “[...] Com a cessão desse equipamento, a TVE terá condições de ampliar suas transmissões, montar uma unidade móvel e transmitir programação a cores”. (**O POVO**, 21.02.1976, p. 16).

Devido ao convênio firmado com a FUNEFOR, a TVE passaria a exibir, a partir de 1976, sua programação em cores, possibilitando ao estudante e à comunidade uma maior diversidade do ensino. Outro fator destacado pela notícia de **O Povo** foi que a TV Educativa passaria a transmitir programas para todo o Brasil. Isso se deveu ao fato de ela exibir a programação em conjunto com as TVs Cultura, de São Paulo; Educativa, do Rio de Janeiro e Nacional, de Brasília. (22.03.1976, p. 14).

Novamente, o jornal **O Povo** destacou o aumento na quantidade de atendimentos feitos pelo Telensino. Com isso, este passaria a atender 15.000 alunos, em vez dos 9.600 atendidos em 1975, aumentando, assim, tanto o número de escolas que utilizavam o sistema quanto a quantidade de cidades.

Com a celebração do contrato, foi aumentada para 20 o número de escolas pertencentes à rede estadual, em Fortaleza, que participam do sistema de teleducação; e subiu de 29 para 37 o número de municípios cearenses a serem beneficiados pelo sistema. (04.05.1976, p. 14).

Em entrevista realizada pelo jornal **O Povo**, veiculada no dia 19 de abril de 1976, com o Superintendente da TVE, Carlos D’Alge, afirmou que a TV Educativa do Ceará era a

única do País a possuir um sistema aberto para o ensino de 1º grau. Essa era a diferença entre o Sistema Telensino do Ceará e os outros sistemas de ensino pela TV dos diversos estados do Brasil. O tempo da TV Educativa era distribuído da seguinte maneira: 60% com o Telensino, 20% com informação e os outros 20% com entretenimento.

D'Alge destacou que o sistema tinha muitas qualidades, tais como: equipe especializada, baixo custo do aluno e a qualidade do material didático. Possuía também problemas, quais sejam: os de ordem física, como a manutenção, pela escola conveniada, dos monitores de TV, e a resistência dos pais e alunos frente a um novo sistema de ensino. Outro problema que gerava controvérsia era que agora as aulas eram preparadas pela Fundação Anchieta, de São Paulo. Para asseverar as afirmações anteriormente feitas, transcrevemos parte da entrevista.

[...] Para atender aos programas de teleducação, assinala Carlos d'Alge, a emissora dispõe de uma equipe especializada (professores e auxiliares) que comprova, a cada dia, a eficiência do sistema. Esta eficiência é medida quinzenalmente por grupo de supervisores que percorrem os municípios atingidos, configurando-se, então, o aproveitamento dos tele-alunos. Destaca o Superintendente as vantagens do sistema, seja pela qualidade das aulas, apoiadas todas na utilização de vasto e atraente material didático, seja pelo baixo custo do aluno. Nas classes o polo de ação é a orientadora de aprendizagem, exercendo-se a técnica da dinâmica de grupo para acionar a atividade do aluno. Os manuais de apoio, adquiridos pelos alunos – o preço varia de seis a oito cruzeiros – complementam o sistema.

Problemas existem, acentua Carlos d'Alge, citando alguns, como os de ordem física. A TVE emite as aulas, assegura o manual de apoio e garante os orientadores de aprendizagem. Mas utiliza salas de unidades escolares cedidas pelo Estado, pelos municípios e pela iniciativa particular. A escola se obriga a cuidar dos monitores, ocorrendo, vez por outra, problemas de manutenção de equipamento. A própria reação da comunidade, ainda habituada e condicionada ao sistema convencional, gera resistências que aos poucos são superadas.

[...]

As aulas, esclarece, são preparadas na Fundação Anchieta, de São Paulo, para as séries terminais (5^a e 8^a), um aspecto que suscita controvérsia. Muito mais relevante, diz, são os ensinamentos ministrados envolvendo a realidade do homem brasileiro. A partir de maio para as séries iniciais serão emitidas aulas elaboradas pelo Centro Brasileiro de Televisão Educativa, incluindo-se, então, programa João da Silva, iniciativa que obteve grande sucesso no

sul do país. Além das aulas previstas na programação do 1º grau, a TVE está desenvolvendo uma boa experiência na área de Educação Física, estendida, inclusive a unidades do sistema convencional. (19.04.1976, p. 14).

Em mais um passo para ampliar o campo de atuação do ensino pela televisão, a Universidade Federal do Ceará e a TVE fecharam convênio no qual aulas do primeiro ciclo ou ciclo básico do Curso de Física desta Universidade seriam ofertadas pela TVE. Com isso o reitor da UFC, Pedro Teixeira Barroso, pretendia diminuir o número de discentes reprovados neste nível. De acordo com o **O Povo**,

O Departamento de Física foi escolhido para a implantação do projeto-piloto em ensino pela televisão, utilizando o que existe de mais moderno na tecnologia educacional. Para a concretização da idéia será firmado convênio com a Fundação Educacional do Ceará, envolvendo a Televisão Educativa, aproveitando o tempo ocioso da emissora.

O Ano da Graduação concentrará suas atenções no 1º Ciclo ou Ciclo Básico, cujos problemas tem merecido especial atenção da administração. Esses problemas tem causas já identificadas: turmas numerosas, insuficiência quantitativa e qualitativa de professores, inadequação dos programas de algumas disciplinas e, como resultado final, alto índice de reprovações. [...] (05.06.1976, p. 14).

Ampliando seu leque de atuação, a TV Educativa passou a exibir, desde o dia 19 de agosto de 1976, aulas de Ensino Supletivo das quatro séries iniciais do 1º grau, para alunos com mais de 15 anos de idade que não terminaram o 4º ano do 1º grau. Essas aulas teriam a duração de sete meses. Segundo o que foi noticiado,

[...] O curso irá ao ar diariamente a partir das 17h40min, e visa ao atendimento da população maior de 15 anos e que ainda não terminou o 4º ano do 1º Grau. [...] O novo curso de ensino supletivo, denominado João da Silva, não tem finalidade alfabetizadora, pois para dele participar o aluno precisa saber ler, somar e diminuir, como pré-requisitos essenciais a um aproveitamento completo.[...] (**O Povo**, 07.08.1976, p. 15).

Foi divulgado pelo jornal **O Povo** o início do curso de Física Básica pela televisão. A exibição das aulas de física foi resultado de um convênio assinado entre a TVE e a UFC. A reportagem afirmou o seguinte:

No dia 24 deste, terça-feira próxima, a TVE dará início à transmissão em circuito aberto, de um Curso de ‘Física Básica’, num total de 45 (quarenta e cinco) aulas. Referido curso, que está sendo dado em circuito fechado no Campus do Pici (UFC), resultou de um convênio entre a Universidade Federal do Ceará e a Superintendência da TV Educativa e será ministrado pela TVE, as terças e quintas-feiras, no horário de 20h10min as 21 h. Destina-se a universitários, pré-universitários, professores do 2º Grau e demais pessoas interessadas em aprender ou reciclar-se em Física Básica. (18.08.1976, p 14).

Em reportagem intitulada “Para ensinar criança a ler”, veiculada pelo jornal **O Povo**, o prof. Carlos D’Alge, Superintendente da TVE, afirmou que a TV Educativa do Ceará era uma das cinco TVs Educativas do Brasil e a que tinha a maior quantidade de atividade relacionada ao ensino de primeiro grau. Segundo ele,

[...] é a que apresenta maior volume de atividade educativa, ao oferecer ensino de 1º grau, supletivo e aulas do curso básico, na disciplina Física, na Universidade Federal do Ceará. A teleducação no Ceará atinge, neste ano 20 mil alunos matriculados nos cursos supletivo e 1º grau, da 5ª a 8ª Série, sendo 14 mil do 1º grau que, juntamente com os matriculados no supletivo, estão espalhados por todo o Estado. (11.10.1976, p. 06).

Ainda segundo esta reportagem, em palestra proferida para os alunos do Departamento de Educação da UFC, D’Alge anunciou que haveria, no Ceará a partir de 1977, expansão do ensino pela TV, no qual seria incluído o ensino de 2º grau com habilitação em Administração de Empresas e também Matemática e Introdução à Economia do curso básico da UFC.

Para continuar com o ensino de física pela televisão, a UFC assinou outro convênio com a FUNEDUCE e TVE para transmissão, em circuito aberto, pela televisão nos cursos do Ciclo Básico. A experiência pioneira desse tipo de ensino já tinha encerrado, e ainda não havia sido possível analisar os resultados desta experiência. De acordo com a notícia,

[...] A primeira experiência, de 45 aulas de Física para os alunos do Básico, já foi concluída. Para o professor Eliomar Abraão Maia, não se conhece ainda os resultados da experiência. O índice de reprovação permanece o mesmo do ano passado, em 40 por cento. Também não se alcançou todos os objetivos, porque “o aluno ainda não estava preparado para isso”.

[...]

Segundo informações da TV-Educativa a assinatura do convênio se liga a uma expansão do programa de aulas em circuito aberto de televisão, que poderá se estender, no próximo semestre, a outras disciplinas do Ciclo Básico. [...] (16.12.1976, p. 07).

Em 27 de dezembro de 1976, foram anunciadas as inscrições para mais um concurso para orientadores de aprendizagem. Dentre as exigências aos candidatos da Capital, destacamos: licenciatura plena em Pedagogia, Letras, História, Geografia, Ciências Físicas e Biológicas e Matemática. Já para os candidatos do interior é exigido comprovante de habilitação para magistério em Pedagogia, Letras, História, Geografia, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Estudos Adicionais ao 3º Pedagógico e certificado de conclusão do 2º Grau. (**O POVO**, 28.12.1976, p. 15).

Em 27 de janeiro de 1977, o jornal **O Povo** noticiou que o Departamento de Matemática da Universidade Federal do Ceará utilizaria também o sistema de aulas pela TVE. As aulas teóricas seriam dadas pela TV e as práticas de forma presencial. As aulas foram ofertadas para 1000 alunos do Ciclo Básico. As aulas de matemática e física eram gravadas na TVE, por meio do convênio firmado entre a TV Educativa e a UFC.

[...] Para o chefe do Departamento, professor Francisco Gesário da Silva, o sistema oferece muitas vantagens, como a redução do trabalho dos professores.

[...]

Com as aulas pela Televisão, o departamento poderá formar grandes turmas para o programa teórico. As aulas práticas serão dadas no sistema tradicional, ao vivo, com turmas de 75 alunos. Os 28 professores ficarão responsáveis pelas aulas práticas e também prestarão assistência aos estudantes. (27.01.1977, p. 14).

No terceiro aniversário da TV Educativa, comemorado no dia 8 de março de 1977, foi destacado pelo jornal **O Povo**, os convênios firmados por esta Instituição, dentre os quais, destacam-se: “[...] o com a Secretaria de Educação do Estado, para ministração de cursos e com a Caixa Econômica Federal do Ceará, no valor de Cr\$ 1.900.000,00, destinados à publicação dos manuais de apoio dos cursos.” (08.03.1977, p. 14).

A preocupação dos alunos da Universidade Federal do Ceará, que cursaram a disciplina Cálculo I do Ciclo Básico, assistindo as aulas pela TV, foi manchete do jornal

O Povo. Segundo esse jornal, o Departamento de Física da Universidade constatou que os resultados das notas dos alunos que assistiram aula pelo sistema tradicional foi igual ao dos que assistiram aula pela TV. É válido destacar a fala de alguns discentes entrevistados pelo jornal **O Povo**: “Sildomir Correia Lima, aluno do Curso de Química, acha que ‘a TV tem melhores condições de ensinar Cálculo, porque o cara pega com a cabeça em vez de escrever’”. (26.03.1977, p. 14).

Consonante a mesma reportagem, “Francisco Idalécio Pinheiro, também do Curso de Química, diz: ‘Tou achando legal e não encontro dificuldades’.” (26.03.1977, p. 14). O jornal **O Povo** afirmou ainda que “Outros, ao contrário, acham que ‘aula de Cálculo pela TV é terrivelmente sacal e não dá mesmo.’” (26.03.1977, p. 14).

O Povo destacou também o seguinte:

Maria Helena, do Curso de Medicina, acha que em Física o sistema pode até funcionar, dá bons resultados, mas em Cálculo, é mais difícil se aprender alguma coisa. Às vezes, conta ela, temos que assistir duas aulas seguidas pela TV. Resultado: todo mundo termina a aula dormindo, principalmente, quando a aula é às 14 horas, no auge do calor. (26.03.1977, p. 14).

A preocupação dos alunos era de que as aulas transmitidas pela TV resultassem em um volume alto de reprovações.

A maioria dos estudantes do Básico está achando que as aulas de Cálculo pela TV podem resultar em reprovação em massa. A não ser que o aluno seja muito inteligente e tenha mesmo muita vontade de aprender matemática. (**O POVO**, 26.03.1977, p. 14).

A Assessoria de Imprensa do Governo do Estado do Ceará informou ao jornal **O Povo**, que Governo se comprometeu em manter o Telensino. As verbas que foram repassadas à FUNEDUCE, para a manutenção do mesmo, foi na ordem de Cr\$ 1.800.000,00 divididos em nove parcelas de Cr\$ 200.000,00. Esse dinheiro seria aplicado com os seguintes itens:

[...] pagamento dos supervisores de campo (compreendendo diárias, ajudas de custo e cachês), aquisição dos Manuais de Apoio, para tele-alunos; material técnico pedagógico didático necessário ao funcionamento normal do Sistema; matéria de reposição para câmeras telecine, filmes para vídeo-tape

e iluminação; contrato de locação de filmes educativos ou de artes; cachês de novelas e módulos, além de outros encargos de manutenção, conservação e reparo, compreendendo material de mão-de-obra. (30.04.1977, p. 14).

O Dr. Agerson Tabosa, em sua coluna “Presença universitária”, veiculada pelo **O Povo**, informou que a Organização dos Estados Americanos – OEA, enviou, no mês de maio de 1977, técnico para acompanhar as telessalas tanto em nossa Capital, Fortaleza, quanto no interior do Estado. Essa visita tinha por objetivo

[...] filmar as atividades da Televisão Educativa, que serão incluídas num documentário, encontra-se em Fortaleza o Dr. John Tiffin, do Centro Multinacional de Tecnologia Educacional da O.E.A. O Dr. Tiffin, especialista em teleducação, faz-se acompanhar por técnicos, que estão percorrendo telessalas na capital e no interior, filmando a recepção de aulas e estudos em grupos dos alunos do sistema TVE. [...] (23.05.1977, p. 14).

Como a última reportagem de 1977, o jornal **O Povo** veiculou que a Secretaria de Educação do Ceará realizou, no dia 20.12.1977, mais uma prova da seleção para orientadores de aprendizagem do Telensino. Foram 40 vagas para Fortaleza, e 150 para o interior do Estado. Esta prova era a primeira parte da seleção, pois os aprovados participariam de um treinamento de 120 horas que aconteceria na FUNEFOR. Os candidatos aprovados para a segunda fase receberiam uma bolsa no valor de Cr\$ 330,00 para os residentes na Capital e Cr\$ 900,00 para os que moram no interior. (20.12.1977, p. 18).

Durante os nove primeiros meses de 1978 não houve reportagens sobre a TV Educativa ou o Telensino. As notícias sobre esse sistema iniciaram em outubro, quando o jornal **O Povo** veiculou que orientadores de aprendizagem do município de Fortaleza reclamaram ao prefeito a diferença de salário entre eles e os professores da rede municipal de ensino. Os mesmos afirmaram que trabalhavam 20 horas a mais e ganhavam menos.

[...] Embora trabalhem 20 horas a mais que os professores – estes trabalham 100 horas mensais – ganham menos e não foram nem citados na relação das funções do município por ocasião do último aumento.

Os orientadores de nível 1 ganham 1 mil 732 cruzeiros. Os de nível 2, que têm licenciatura plena, recebem 2 mil 200 cruzeiros mensais. Um professor do mesmo nível, trabalhando 20 horas menos, ganha 3 mil 600 cruzeiros. [...] (**O Povo**, 23.09.1978, p. 14).

Em 1979, uma série de reportagens foram veiculadas pelo jornal **O Povo** sobre o sistema educacional pela televisão. Na primeira, foi entrevistada a profa. Maria Edilma Vieira de Alexandre, Supervisora do Sistema de Teleaula da TV Educativa. Ela solicitou que a imprensa desse uma melhor assistência às ações realizadas pelos docentes, pois o ensino tanto pela televisão quanto o regular sempre foi alvo de muitas críticas por parte de educadores, pesquisadores, políticos e tecnocratas.

Segundo ela, “Temos aqui um sistema de ensino através da televisão cujos resultados até agora alcançados são excelentes, e é a primeira vez que vejo a imprensa nos procurar com objetivo de nos ouvir sobre o que estamos fazendo.” (**O POVO**, 20.02.1979, p. 16). Nesta reportagem, Maria Edilma discorreu um pouco sobre a história da TVE, explicou a forma como era o processo para se formar um orientador de aprendizagem, como eram as teleaulas e quais os critérios de avaliação do sistema.

Na segunda reportagem, Rubens Linhares de Páscoa afirmou que concordava com a solicitação feita pela profa. Maria Edilma, mas discordava quando ela dizia que as aulas eram exibidas em circuito fechado, pois, segundo ele, “[...] o sistema adotado é denominado de “controlado” uma vez que sobre este recai a guarda sobre a emissão e recepção das mensagens.” (**O POVO**, 21.02.1979, p. 16).

Nesta mesma reportagem, Rubens Linhares detalhou o número de atendimentos no ano de 1978. Segundo ele: “em 1978 foram atendidos 15.320 telealunos de 5^a a 8^a série do 1º grau, em 40 municípios do Ceará”. (**O POVO**, 21.02.1979, p. 16). Esses dados apresentados demonstraram o progresso do sistema. A reportagem ainda esclareceu que

[...] O dado apresentado por Rubens Linhares, realmente evidencia um avanço na ampliação do sistema, pois ao ser inaugurada a 7 de março de 1974 a TV Educativa, atingia apenas 4.139 alunos de 5^a e 6^a série em Fortaleza, mais sete municípios. Em 1975, o contingente de beneficiados subiu para 9.700 alunos, em 29 municípios, nas 5^a e 6^a e 7^a séries do 1º grau; um ano depois, o sistema se ampliou para as quatro séries do 1º grau, em 34 municípios, atendendo a 12.423 telealunos; e em 1977, 32 municípios com 13.392 telealunos das quatro séries recebiam a teleaula. (**O POVO**, 21.02.1979, p. 16).

Continuando com a entrevista, Rubens Linhares discorreu sobre os custos do sistema com cada estudante. Segundo ele, em uma sala de aula tradicional de 7^a série, cada

aluno custa Cr\$ 3.135,42, enquanto no telensino este mesmo discente custa ao Estado Cr\$ 78,40. Rubens Linhares esclareceu ainda as vantagens do ensino pela televisão. Para ele,

O aluno aprende vendo, ouvindo e fazendo; o telealuno é o agente e não o paciente; na teleaula, o telealuno se julga e é julgado em seu todo, através da avaliação das atitudes, habilidades e hábitos; o orientador de aprendizagem não é uma máquina de dar aula, mas um elemento que cria condições adequadas para que o telealuno pense, sinta e aja, crescendo bem ajustado a comunidade em que vive; além do mais, manuais, módulos [...] e aulas integradas são produzidas pela equipe pedagógica da TV Educativa, procurando atender as necessidades regionais e uma tecnologia educacional a serviço do aprimoramento da relação ensino-aprendizagem. (**O POVO**, 21.02.1979, p. 16).

Outro ponto abordado por Rubens Linhares foram os índices de aprovação obtidos no ano de 1977. Na quinta série foram aprovados 95% dos discentes; na 6^a série 96,5%; na 7^a série 97,5% e na oitava série foram aprovados 99% dos alunos.

A terceira reportagem veiculada sobre o Telensino abordou a opinião dos alunos sobre esse sistema de ensino. Para o jornal **O Povo**, o aluno Joselias Lopes dos Santos Filho, de 14 anos, estudante do Centro Educacional João Piamarta afirmou o seguinte: “Achei interessante e pouco a pouco fui aprendendo a gostar mais e mais.” (22.02.1979, p. 18). Ao ser perguntado sobre a diferença entre o sistema tradicional de ensino e o ensino pela televisão, esse mesmo discente informou que

Na aula convencional a gente desvia muito a atenção, o que não acontece na aula por TV. Além do mais, o trabalho de equipe é melhor que o trabalho individual que a gente tá acostumado a fazer no sistema convencional. Também a gente não encontra mais aquele professor que trata a gente com distância. O “orientador” fala, conversa, orienta, sem aquele ar de autoridade. (**O POVO**, 22.02.1979, p. 18).

Já outro aluno entrevistado, Francisco Aríneo, de 13 anos, afirmou gostar do ensino pela TV, achando melhor do que o ensino convencional, porque concede ao aluno ajudar aos colegas e ser ajudado por eles. Segundo ele, “Na escola convencional a gente tem que usar muitos livros, tem muitos professores de uma vez só, e isso não deixa a gente se aproximar dele.” (**O POVO**, 22.02.1979, p. 18).

Orlando Medeiros dos Santos, mais um aluno entrevistado por **O Povo**, afirmou não gostar das aulas pela televisão porque tem problemas de visão e não consegue enxergar direito. Por esse motivo, sua mãe o mudou do sistema Telensino para o ensino convencional. (**O POVO**, 22.02.1979, p. 18).

No decorrer da reportagem, outros alunos entrevistados afirmaram querer mudar do sistema convencional para o Telensino.

Em 1979, a Televisão Educativa – Canal 5 comemorou 5 anos de existência e como parte das comemorações do seu aniversário foram exibidos um noticiário contando a trajetória da TVE, desde sua fundação até a comemoração de 5 anos e também foi criado um logotipo específico para essa comemoração, que seria exibido nas teleaulas, bem como outras referências à TVE.

Nesta mesma reportagem foi anunciado que o Superintendente da TVE, Carlos D’Alge, foi a Porto Alegre receber um prêmio dado a TVE pela produção e exibição da novela Caju Futebol Clube, que havia sido gravada na época da fundação e havia sido reprise no ano de 1978. Segundo **O Povo**,

O prêmio será outorgado pela excelente qualidade e pela metodologia aplicada à telenovela e, segundo Carlos D’Alge ressalta a importância do trabalho desenvolvido pela TVE, revelando seu esforço em prol da Educação no Ceará. (07.03.1979, p. 18).

De acordo com a notícia, o sistema regular de ensino pela TV atendia, em 1979, cerca de 22.000 estudantes em 50 municípios. E além do ensino de 1º grau, a TVE também exibia outros três programas: projeto João da Silva, gerado no Rio de Janeiro; projeto Curso Supletivo de 5ª a 8ª série, produzido pela Fundação Padre Anchieta em convênio com a TV Globo; e o Telecurso 2º grau, também produzido pela Fundação Padre Anchieta em convênio com a TV Globo. (**O POVO**, 07.03.1979, p. 18).

Em 5 de abril de 1979, o jornal **O Povo** divulgou que a TV Educativa passava por reformulações. Tinha um novo Superintendente, o jornalista e advogado Teobaldo Moura Landim que, dentre seus projetos, existia o de revisar a programação dos módulos. Segundo ele, inicialmente seriam reformulados os módulos da 5ª série do primeiro grau,

que ocorreria no primeiro semestre do ano de 1979. Sobre esse assunto o jornal **O Povo** destacou o seguinte:

[...] Segundo Teobaldo Landim, essa reformulação dá-se em virtude da premissa de que não se pode utilizar a televisão, um veículo dinâmico, como mero reproduutor de imagens fixas, onde o professor faz de sua aula uma lição apenas apoiada no que diz e no que escreve no quadro negro. “A televisão não tem condições de conviver com os antigos padrões. Ela necessita aperfeiçoar seus métodos tendo em vista a grande disponibilidade que oferece”. (05.04.1979, p. 18).

Teobaldo Landim mostrou-se muito satisfeito com o trabalho que realizaria na TV Educativa. Para ele, o rendimento de discente usuário do sistema Telensino era maior do que o que usava o sistema convencional. Isso podia ser notado ao se adentrar em uma telessala e ver sua dinâmica. Ao jornal **O Povo** ele afirmou o seguinte:

[...] o ensino via TV é algo estimulante. Não se questiona que o rendimento de um telealuno é superior a de um aluno comum. Nas telessalas, as crianças participam de uma dinâmica que faz com que o aluno não dependa dos professores. Chega-se numa telessala e não encontramos o orientador de aprendizagem, mas encontramos os alunos atentos ao que vai no ‘módulo’ e presos ao Manual de Estudo. (05.04.1979, p. 18).

No dia 12 de abril de 1979, o jornal **O Povo** anunciou que a TVE seria transformada em fundação, e ao ser convertida em Fundação, a TV Educativa teria estatuto próprio. Este tinha por base a filosofia que orientava os atos do Governador Virgílio Távora, e segundo o Superintendente da TVE, Teobaldo Landim, afirmou ao Jornal **O Povo** “[...] o estatuto foi concebido obedecendo rigorosamente às determinações do Governador e nele está contida a diretriz que não permite a criação de novos cargos, chegando mesmo nesse ponto a ter efeito contraproducente, ou seja, o de redução de cargos.” (12.04.1979, p. 18).

Dentre as regras do Estatuto da Fundação, a que chama mais atenção é quanto à sua constituição administrativa, pois a mesma agora teria um Conselho Diretor que será presidido por um Superintendente. Isto quer dizer que os cargos de Superintendente e Presidente serão extintos. Outra coisa que chama a atenção é que o Superintendente do Conselho Diretor não terá mais remuneração para atuar no cargo.

O Jornal **O Povo** destacou o seguinte:

[...] Nesse tocante, o estatuto determina que o Conselho Diretor a ser criado terá constituição diversa, isto é, será estruturado com representantes de órgãos direta ou indiretamente ligados à área educacional. Basicamente o Conselho Diretor vai compor-se do Diretor Superintendente, do Diretor Administrativo (vice-presidente), um representante da Secretaria de Educação, um representante da Secretaria de Cultura, um representante da Secretaria de Comunicação Social, um representante do Conselho Estadual de Educação e um representante da Ecotel.

Outro ponto importante a ressaltar é que a partir dessa modificação os diretores superintendente e administrativo não receberão ‘jettons’, isto é, atuarão gratuitamente. (12.04.1979, p. 18).

É válido informar que “jetton” era o pagamento que se fazia a parlamentares que atuavam em nível municipal, estadual ou federal, por sessões extraordinárias. Era também o pagamento recebido por servidores públicos federais que participavam como representantes da União em Conselhos de Administração e Fiscal ou em órgãos equivalentes de empresas controladas direta ou indiretamente pela União.

Esse pagamento em sessão extraordinária não era mais permitido, desde a EC 50 de 2006, conforme o artigo 57 § 7º da Constituição Federal, como segue: “§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º deste artigo, **vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)”.

Depois de recontarmos a história do Telensino por meio das reportagens veiculadas pela imprensa, é chegada a hora de examinarmos o que relatou uma professora sobre esse sistema de ensino.

3.2 O que disse uma Professora?

Nesse subcapítulo, recontaremos a história do Telensino nos guiando pelas lembranças, memórias e recordações de uma professora que participou ativamente da

implantação do Sistema. O sujeito em questão é a senhora Rita Facó, que foi professora e autora de manual de apoio. A entrevista ocorreu no dia 13 de agosto de 2013, na residência da entrevistada.

Para apoiar o uso das memórias, lembranças e recordações nesta dissertação, embasamo-nos em Agostinho quando ele afirma que é por meio da recordação que os fatos são tirados da memória, pois para podermos recordar algo é necessário que este fato esteja mergulhado, retido em nossas memórias.

[...] E, todavia, não falaríamos delas, se não encontrássemos na nossa memória, não apenas os sons das palavras, segundo as imagens gravadas pelos sentidos do corpo, mas também as noções dessas mesmas coisas, que não recebemos por nenhuma porta da carne mas que o nosso espírito, sentido-as pela experiência das suas paixões, confiou à memória, ou a própria memória reteve, sem que estas coisas lhe tenham sido confiadas. (AGOSTINHO, 2008, p. 61).

Duas coisas puderam ser notadas durante a entrevista com a professora Rita Facó. A primeira foi que, ao falar da criação e da implantação sua voz transparecia satisfação ao narrar os fatos, refletindo o prazer de ter feito parte daquele projeto.

O segundo fato foi que, no decorrer do nosso diálogo, ao tratar sobre a universalização do Telensino, ela demonstrou mágoa e tristeza, e por alguns momentos ficou em silêncio, o que dificultou um pouco nossa conversa, pois ela não se sentia à vontade de rememorar esse acontecimento. Segundo ela, a universalização foi o que decretou o fim do sistema, pois o Telensino não tinha estrutura para atender a universalização.

No início desta entrevista enfocamos o início do sistema, como se deu essa implantação. Foi perguntado o que tinha motivado o governador César Cals a levar adiante uma ideia que havia surgido no governo de Virgílio Távora. Sobre esse assunto, ela disse que

Olhe, o que levou a organização e a implantação do Telensino foi a necessidade de se ter um, um [...] da falta de professores para a quinta a oitava série do primeiro grau. Naquele tempo era primeiro grau e segundo grau, né. Não era chamado ainda de ensino fundamental. Então as escolas no interior, ela atendia muito bem de primeira a quarta série que era só um professor. Quando entrava na 5^a série aí era um professor para cada disciplina, um pra

língua portuguesa, um pra matemática, um pra geografia, um pra história então nem sempre a cidade dispunha desse tipo de professor pra atender a essa demanda, ta entendendo, de 5^a a 8^a série. Então a necessidade maior foi cobrir essa necessidade de ter professor pra ensinar de 5^a a 8^a série.

A equipe que comporia o Telensino foi selecionada no ano de 1973, e teve a coordenação do professor Gerardo Campos, considerado pela professora Rita Facó como o criador do sistema, pois foi baseado nas ideias dele que o sistema foi criado. Sobre a composição do grupo de trabalho que iria implantar o telensino, nossa entrevistada afiançou que

Quer dizer nós começamos a trabalhar em 73 mas ela foi implantada realmente, o sistema começou a funcionar em 74. 73 foi a montagem dos equipamentos, foi a criação da TV, foi a composição dos professores, aqui eu fazia a equipe né. Que ia compor a equipe que ia pensar o sistema de Telensino. Agora nós tivemos, eles fizeram uma seleção, é [...] e não foi concurso não, foi uma seleção de pessoas que poderiam trabalhar no Telensino, né. Então foram selecionados mais ou menos na faixa de uns quatro ou cinco professores por área de ensino. Esses professores constituíram um grupo sob a coordenação do Prof. Gerardo Campos. Ele realmente foi o criador do Sistema do Telensino. Em cima das ideias dele, [...] foi montando todo o sistema. A equipe foi constituída mais ou menos em 73. Em 73, acho que em 73 nós começamos a nos reunir, né. E em 74 nós já tínhamos lançando no ar as primeiras aulas do sistema, pra 5^a série.

Em um material pesquisado encontramos a informação de que a equipe recrutada para o Telensino seria composta por gente da terra. Foi questionado se isso aconteceu para valorizar o cearense ou se o motivo era que não havia necessidade de importar mão de obra de outros estados. Rita Facó respondeu o seguinte:

Não, não. Foi o seguinte, dentro do plano de realização do sistema tava prevista, ficou prevista um estágio pra se fazer nas duas TVs educativas do Nordeste que na ocasião era o estado do Maranhão, que tinha um sistema muito bom naquela época e o do Rio Grande do Norte também, eram os dois. Então pra gente o referencial foram os sistemas televisivos do Maranhão e do Rio Grande do Norte, certo. Então nós passamos, eu, por exemplo, passei uns dois ou três meses lá no Maranhão fazendo estágio lá dentro, conhecendo o sistema todinho né. Assim, quando nós voltamos nós começamos a planejar o sistema.

Para iniciar a implantação do Telensino, o governador convidou sua irmã, Antonieta Cals, para ser Superintendente da FUNTELC e para planejar essa implantação. Indagada se essa indicação facilitou ou atrapalhou esse processo de criação, Rita Facó declarou que

Ajudou muito. Eu acredito que sim porque era uma coisa que o governador queria muito fazer. Ele entregou a irmã dele né, o planejamento. Ela por sua vez entregou a outras pessoas como esse Gerardo Campos que eu citei né. Então [...] acredito que tenha ajudado muito, muito mesmo.

[...]

Facilitou todo o sistema [...] todas as dificuldades que surgiam eram resolvidas, né, com mais facilidade do que se não fosse parente do governador, né.

A criação e a implantação do Telensino ocorreu na década de 1970, e o Brasil vivia o período do regime militar. Era sabido que, de acordo com a filosofia do sistema, os alunos deveriam ser críticos, questionadores, participativos e reflexivos, o que ia de encontro com o regime vigente. Indagamos à professora Rita Facó, se houve alguma intromissão ou pressão do governo com relação aos preceitos adotados pelo sistema.

Por exemplo, nós não tivemos muito, nenhuma interferência do governo nesse sentido.

[...]

nunca, nunca, nunca. Agora a gente tinha todo um cuidado, a gente usava uma metodologia, a metodologia do questionamento e outros tipos de coisas que a gente usava mas que com muito cuidado assim... fazendo, levando o menino a pensar, a refletir, certo. Mas nós não sentimos, pelo menos eu nunca senti muita pressão dele nesse ponto, não.

De acordo com Rita Facó, a equipe teve duas preocupações ao implantar o Telensino. A primeira foi fazer um diagnóstico da realidade que iria ser trabalhada, e a outra era pesquisar os sistemas do Maranhão e do Rio Grande do Norte. Ela afirmou:

Eu tava dizendo aqui nós tivemos duas preocupações, primeiro caracterizar através do levantamento dos hábitos toda a realidade que nós tínhamos no interior, sobretudo no interior e na periferia também. A dificuldade também de chegar o professor na periferia era difícil naquela época né. E a outra coisa, nós tivemos que analisar criticamente as experiências desenvolvidas pelo Maranhão e o Rio Grande do Norte. Nós começamos nossos estudos nos debruçando sobre essas duas experiências que já tinham muito da filosofia de

Paulo Freire, de ser questionadora, tudo isso. E os princípios na época, na do Gerardo ele cita alguns princípios. Nós queríamos um sistema participativo, que fosse destacada a participação, que a televisão ela prega a pessoa num canto. E como é que você consegue a participação através de um sistema televisivo, que é um objeto a serviço da educação. Então o que é que o Gerardo dizia sempre “um objeto a serviço da educação de sujeitos”. Pra ser uma educação de sujeitos ela precisava em primeiro lugar ser participativa. Não é só aquela coisa que passava no ensino e não era discutido, não era analisado nem nada não. A primeira foi a participação e depois foi a reflexão. Quer dizer a gente exigia muito, que houvesse muita reflexão, a reflexão que iria dar na criticidade, na criatividade, na cooperação e na autonomia. Então, feito esses princípios todo o sistema foi montado em cima disso. Por exemplo, nós tínhamos na composição do currículo a aula integrada que foi uma grande novidade criada pelo Gerardo Campos. O que era a aula integrada? Naquele dia nós tínhamos aulas, por exemplo, de português, de matemática e de geografia. Então aqueles assuntos eram estudados e analisados os três juntos e então a gente fazia uma aula integrada abordando na vida real aqueles conhecimentos.

Para Rita Facó, as aulas integradas ou “novelas” estimulavam os alunos a fazerem conexão entre o que eles assistiam e sua realidade, deixando no ar alguns questionamentos. Posteriormente, essas indagações seriam discutidas no módulo, que era a aula propriamente dita.

Então a gente criou essa aula integrada e nessa aula os meninos diziam intuitivamente onde é que eles tinham visto algum conhecimento apresentado ali. Intuitivamente né? Aí eles diziam ali nós vimos isso, isso, isso... Falou dos rios, da cidade assim, assim, assim... Eles faziam aquele... aí ficava aquele assunto levantado, quando chegava o módulo, o módulo era realmente a teleaula, aí o módulo abordava da geografia abordava o seu assunto, matemática abordava o seu assunto, língua portuguesa abordava o seu assunto, mas tendo em vista a aula integrada, o que tinha apresentado na aula integrada. A aula ia só confirmar didaticamente, teoricamente aquilo que tinha sido identificado na aula integrada. Tá entendendo?

Inicialmente, foram criadas três equipes que iriam planejar a implantação do Telensino. Uma ia analisar como seria o arcabouço pedagógico; a outra pesquisaria como se daria a organização educacional e a terceira, pensaria como se daria a formação e o aprimoramento docente. Sobre esse assunto, Rita Facó relatou o seguinte:

O sistema foi interessante porque quando ele foi montado, ele foi montado com três equipes. Uma equipe que ia pensar o Sistema TVE, toda a estruturação didática pedagógica. Outro que ia pensar a organização das escolas, onde

iria que era a equipe de supervisores, nós tínhamos uma supervisão central que tava em contato com a Secretaria de Educação e ela pensava o sistema de supervisão, de indicação de escola, de série, de número, tudo isso era com elas e a outra equipe trabalhava o como ia se dar o aperfeiçoamento do professor, a preparação do professor para assumir o sistema, o papel de orientador de aprendizagem, né.

Segundo Rita Facó, apesar das dificuldades encontradas, o surgimento do Telensino trouxe consigo um maior aperfeiçoamento docente.

a maior dificuldade que a gente tinha é que o professor de quinta série, por exemplo, ele não era só o especialista, ele tinha que dominar o conteúdo das demais disciplinas, que ele ia orientar aquele ensino. Tanto que aconteceu uma coisa interessante foi quando houve o maior aperfeiçoamento dos professores, foi quando eles passavam pelo Telensino. Por exemplo, você tinha uma aula de matemática, você não entendia bem para explicar, você tinha que estudar, elas faziam grupo de estudo, estudavam, isso desenvolveu muito o professor.

Na implantação do Telensino, a equipe encontrou preconceito e rejeição com relação ao ensino pela televisão, pois a figura do professor era exaltada, para alguns a TV sucederia o professor. Segundo Rita Facó,

Não era o Telensino, era a televisão. O uso da televisão no ensino. Porque era muito, o professor ainda era muito endeusado.

[...]

Era como se fosse um preconceito ao uso da televisão em sala de aula substituindo o professor.

Uma das preocupações que o grupo criador do Telensino tinha era com a aprendizagem discente. Eram feitos três tipos de avaliação: Ficha de Avaliação Integrada, a autoavaliação e o desempenho. Um dos preceitos do sistema era qualidade da aprendizagem do estudante. Apesar dessa preocupação, os alunos sentiam dificuldades em matemática. A equipe não atingia com essa disciplina o mesmo patamar de aprendizagem que alcançava com as outras. Rita Facó disse que:

Tanto que os assuntos eram extremamente bem divididinhos, assim, o conteúdo não era muito grande era muito pequeno e de todos esses do sistema a dificuldade maior era matemática.

[...]

É, a dificuldade maior dos meninos era matemática. A gente não conseguia ainda com a matemática, conseguiu o que a gente conseguia com as outras disciplinas. Com as teleaula das outras disciplinas.

Solicitamos à professora Rita que ela relembrasse e descrevesse como era o dia a dia das pessoas que implantaram um sistema; de que maneira ocorreu essa implantação.

Bom, começou, nós, por exemplo, nosso primeiro encontro, nós tivemos com o Gerardo Campos, todas as equipes com ele né para definir como seria o sistema. Ele apresentou as ideias que ele tinha e a gente discutiu muito esses princípios e essas ideias, né, essas ideias. Nós lemos muito Paulo Freire na ocasião também pra ver se a gente dinamizaria o máximo possível o sistema, no sentido de humanizá-lo, de não ficar um simples objeto, né. Então enquanto isso as outras equipes também iam trabalhando, a outra ia montando, por exemplo, ia numa cidade do interior e perguntava há necessidade de escolas? A Secretaria nos dava os dados e a gente visitava com a equipe a escola e sabia da necessidade dela e já ia implantando a, a, vendo o problema da, da sala de aula como é que seria, a luminosidade. Isso elas já faziam lá e os grupos iam correndo paralelamente enquanto isso tinha uma equipe pensando só o treinamento do orientador de aprendizagem. Que eu acho que uma das coisas mais importantes que se fez foi esse treinamento do orientador de aprendizagem que ele é que dava toda a dinâmica do sistema, né. A gente sabia que tinha, por exemplo, tinha uma aula integrada no início com objetivos y z e que nós tínhamos um, um, os módulos de aprofundamento que a gente chamava módulo de aprofundamento, mas quem ia fazer toda essa dinâmica dessa aprendizagem visando atingir a criatividade, a criticidade era o orientador de aprendizagem. Então ele foi treinado realmente numa metodologia nova, naquele tempo foi inovadora aqui no sistema, na educação, né. Era o professor, era muito, aquele professor antigo, tudo. Então houve uma reviravolta danada nesse sentido.

Foi se implantando mais ou menos assim, agora o, para dizer sinceramente a ti eu não tô muito bem lembrada não.

O Telensino foi citado em fontes consultadas como “pioneiro”, “inovador”. Se o sistema foi baseado no do Maranhão e do Rio Grande do Norte, o que fazia com que ele fosse tido como pioneiro? Rita Facó explica

Inovador, né. Por exemplo, é a maneira de organizar os conteúdos eram diferentes, completamente diferentes. A gente organizava o conteúdo do currículo era por temas integradores, tu deve ter visto isso em algum canto né. Você pegava um tema “O homem ser curioso”, então todas as disciplinas

estavam voltadas para a comprovação dessa ideia matriz “o homem é um ser curioso” tá entendendo? Então, nós tínhamos a aula integrada, nós tínhamos os módulos de aprofundamento e nós tínhamos permeando tudo isso a dinâmica de grupo na sala de aula. O professor chegava no dia, botava a aula integrada no ar, eles assistiam aquela novelinha ou então aquele programa especial e quando terminava fechava a televisão aí o orientador ia trabalhar com eles. Ia colher a opinião deles, ia fazer isso através da dinâmica de grupo. Quando terminava começava os módulos de aprofundamento, passava o módulo de Língua Portuguesa, aí eles terminavam, ouviam o módulo todinho, se precisasse de alguma explicação extra a professora dava, a orientadora de aprendizagem dava né, e eles iam fazer os exercícios através do manual de apoio, dividiam-se em grupo, trabalhavam em grupo.

Inicialmente, as aulas do Telensino eram feitas ao vivo. Com isso, contratempos poderiam ocorrer. Enganos do professor, do produtor. A equipe fazia de tudo para que não houvesse erros, mas era praticamente impossível que não acontecessem. Utilizamos da fala da professora Rita Facó para embasarmos nossa afirmação.

Foi mais ou menos uns três anos, uns três anos ela chegou a ser ao vivo. Uns dois anos, não não chegou a ser três não uns dois anos. Que aí a dificuldade era muito grande, porque não tinha “erro”... era o professor e o produtor, o apresentador da aula não podia se enganar, não podia errar né, quer dizer, o menos possível, eles diziam assim “vocês me desculpem”, por ser ao vivo né. E ela tinha uma característica também que era não de imitar uma aula do professor, a teleaula ela não imitava uma aula do professor tradicional. Ela era inovadora, ela em si na composição dela, pela maneira como ela se estruturava.

Apesar da universalização do Telensino estar fora do período pesquisado, esse assunto veio à tona. E foi possível notar a tristeza na voz da professora Rita Facó ao falar disso. O silêncio, as pausas, tudo isso evidenciava como era doloroso relembrar esse tempo. Para ela,

[...] eu acho, eu acho que a universalização foi o grande problema do sistema. Ele não estava preparada para uma universalização. Veja bem nós atendíamos vamos dizer, você tem um sistema para atender umas duzentas escolas. Você tem um corpo de... supervisores para atender duzentas escolas. De repente a gente recebeu todas as escolas de primeiro grau, de quinta a oitava série do Estado. Não havia preparação pra isso.

[...]

E os problemas... Foi, foi totalmente descabida. Porque devia ter continuado de acordo com a necessidade, onde havia necessidade o sistema chegava,

onde não havia necessidade tinha o corpo de professores, não precisava. Então houve de maneira forçada a substituição do professor pelo Telensino. Antes era a adesão, você ia na escola, você quer implantar o sistema? Você tem necessidade? Você quer implantar, né? Depois que eles universalizaram, não. Era obrigado a escola ter o sistema telensino.

A professora Rita Facó afirmou que a implantação ocorreu de maneira democrática, era perguntado para os gestores das escolas e pais dos alunos se eles queriam utilizar o sistema. Com a universalização, surgiram também vários problemas. A professora Rita Facó destacou

Aí faltou manual, as aulas eram antigas. Aí nessa época já estavam desativando o sistema de aulas da TV. Eu saí de lá em 81 ela ficou até noventa e tanto. Eu saí em 81. Quando começou os problemas eu pedi aposentadoria proporcional e saí. Então eu saí em 81 mais ou menos, mais ou menos o sistema, eu não sei bem a data precisa não. Aí foi que depois universalizaram e eu considero essa universalização um erro profundo.

A professora Rita Facó exemplificou o modo utilizado pela equipe para implantar o Telensino em uma escola.

*Por exemplo, você ia pra cidade de Cascavel, aí você via aquelas periferias, aquelas escolas da periferia, aí você ia lá “tem possibilidade de montar o telensino? Vocês tão interessados em montar o telensino?”. Era tudo perguntado. Aí se se não, “tem necessidade, nós não temos professores pra ir pra periferia”. Então a gente fazia todo um treinamento, preparava o pessoal. Era **adesão**, as pessoas... não era imposto a elas o sistema TVE, depois da universalização ficou imposto.*

A professora Rita Facó externou sua tristeza com relação à universalização. E para ela havia outra solução que não fosse essa. Ela afirmou:

E qual é a grande mágoa que a gente sente em relação ao sistema: é que quando ele passou pra universalização, que ele falhou mesmo, que ele não tinha estrutura para aguentar a universalização, é que poderia ter se pensado, é... em formas de produção de unidades de ensino para a escola. Vamos supor, você tem dois ou três assuntos de história, ali dava uma programação de três quatro programas oferecidos ao professor pra ele dinamizar as aulas dele. Quer dizer, podia ter partido pra muitas outras alternativas sem a universalização.

[...]

É impossível. Ele tinha que ter uma estrutura gigantesca para atender isso. E o sistema não tava preparado pra isso. A supervisão, por exemplo, que era aquela que fazia o acompanhamento na sala de aula, né. Ele era, ele era, vamos dizer assim muito restrito. Eram dez supervisores que faziam esse circuito. O circuito numa cidade. Quer dizer, ele não podia ser universalizado para todo o estado do Ceará. Não tinha condição, não tinha nenhuma condição.

Sobre o modo como eram criados os manuais de apoio, Rita Facó asseverou

Não, era assim, a gente trabalhava assim, nós... a equipe de língua portuguesa, por exemplo, nós éramos uma equipe de cinco professores, quatro, cinco professores. Aí a gente ia fazer a quinta série. Aí a gente dividia em oito unidades. Então, às vezes, é... cada professor pegava uma unidade, elaborava aquela unidade. E aquilo era muito discutido porque tinha uma ficha de integração, que a ficha de integração é que orientava todo o sistema, porque eu poderia dar meu enfoque e, mas antes nós nos reuníamos e fazíamos todas as fichas de integração de todas as aulas. Então quando você pegava pra fazer aquela aula por aula, pra montar o manual, ou montar as teleaulas, você já tinha todo trabalhado o conteúdo ali que você tinha que seguir, inclusive com sugestões de atividades. Atividade dos exercícios, seria importante abordar isso, isso e isso. Aí seria importante passar um pedaço do, um trecho do filme tal, tal e tal. Seria importante fazer uma entrevista com tal, tal e tal. Ela já até sugeria já. Então quando a gente pegava, a gente pegava muito mastigado. Entendeu?

Durante a entrevista, outro ponto detalhado pela professora Rita Facó era a integração da equipe. Segundo ela, todos se davam bem e trabalhavam juntos em prol do sucesso do Telensino. Não havia espaço para inveja ou raiva.

3.3 O que disse um Aluno?

Neste tópico recontaremos a história do Telensino nos baseando nas lembranças, memórias e recordações de um aluno recém-saído do sistema convencional de ensino e que passou a ter aulas pela televisão.

O estudante em questão é o Professor Doutor Francisco Humberto Cunha Filho, professor titular da Universidade de Fortaleza, onde ministra aula nos Cursos de Mestrado e

Doutorado em Direito. A entrevista ocorreu no dia 01 de abril de 2014, em seu gabinete na UNIFOR.

Humberto Cunha era aluno da quinta série do primeiro grau na Escola Apostólica Nossa Senhora de Fátima. Ele foi aluno do Telensino durante o período de 1976 até 1979. Fez da quinta a oitava série pelo sistema. Ao terminar o 1º grau, entrou para a Escola Técnica, hoje denominada de Instituto Federal do Ceará.

Ao ser questionado se ele, enquanto aluno, enxergava diferenças entre o ensino convencional e os de aula pela televisão, ele respondeu da seguinte forma:

Minha situação de estudo talvez seja peculiar porque eu sou do interior de Quixadá e as minhas primeiras letras aprendi em casa. Em casa mesmo, minha avó me ensinava. Aí quando em cheguei em Fortaleza, aí eu fiz um teste para saber em qual ano do ensino regular em me enquadrava. Peguei terceira série, não me lembro se era série ou se era terceiro ano. Aí fiz terceiro e quarto na escola São José, no sistema regular, e da quinta a oitava fiz na Escola Apostólica Nossa Senhora de Fátima, conhecida como Seminário, que era o sistema de televisão. Então eu já tinha o costume de estudar por meios alternativos. A minha lembrança do sistema de televisão é de uma aula dinâmica, participativa, cheia de eventos curiosos durante todo o período. E de fato a gente percebia que o orientador ele não sabia tudo, e às vezes era até fraco em determinada disciplina que possibilitava que determinados alunos se destacassem e se transformassem em líderes naquela disciplina. Então, era um sistema que eu achava dinâmico e bom. Essa é minha lembrança.

Depois, questionamos se o prof. Humberto Cunha sentiu alguma dificuldade ou impacto ao deixar de ser aluno do sistema Telensino para ser aluno da escola regular, no caso, a escola técnica. Ele afirmou que

Não, eu acho que o sistema me deu autonomia na investigação, então, quer dizer, eu já tinha uma estrutura que possibilitava, era uma estrutura a mais difícil, então, se era a mais difícil ficou mais fácil a convivência no sistema convencional.

Um dos pilares do Telensino era a autonomia do educando. Para o sistema, o estudante era responsável por sua própria aprendizagem. Após as aulas, os alunos se reuniam em grupos para discutir o texto.

Outro ponto abordado foram as avaliações, porque eram feitas quatro tipos de avaliação. A ficha de avaliação individual, o manual de apoio, a autoavaliação do aluno e o desempenho. Perguntamos se na autoavaliação os alunos eram sinceros ao se avaliarem. Sobre isso, Humberto Cunha respondeu:

Na época eu tinha excelente formação assim, vou dizer, cristã, que mentir era feio. Então, quer dizer, a autoavaliação é provável que ela fosse mais é... se ela fosse infiel seria em prejuízo da... em prejuízo próprio, né. Porque eu não me comparava com os demais, mas com o ideal, né. Você tá entendendo como é que é? Tinha uma ideia do que fosse o melhor possível e eu me avaliava não pelo que eu percebia pela média da minha turma, mas por aquilo que eu desejava alcançar. Mas era assim, uma busca de honestidade, pelo menos da minha parte.

Durante a entrevista, falamos sobre a indisciplina. Queríamos saber como era a questão da indisciplina/disciplina em sala de aula no Telensino. O mesmo informou o seguinte: “Me lembro. As minhas turmas eram, na média, muito bem disciplinadas. Tinha, aqui e acolá alguma confusão própria da preadolescência, mas, no mais era um pessoal empenhado, estudioso com os desvios-padrões normais.”

A equipe de supervisão do Telensino criou um programa definido de *Pombo Correio*. Por meio desse sistema, os alunos e orientadores enviavam cartas, mensagens ou dúvidas para a supervisão. Era de interesse da supervisão que existisse interação entre os estudantes e eles. Sobre esse programa Humberto Cunha relatou:

Não, eu não mandei, não me lembro. Agora eu me lembro que havia canais, canais de comunicação, que eram bem mais difíceis do que, até telefone era difícil, né, era objeto de luxo. Poucas casas na minha rua tinham telefone.

[...]

Pois é, então eu me lembro de ter participado uma vez de uma reunião na própria TVC, fora isso, eu percebia o esforço de estabelecer contato interativo entre os alunos e os produtores da televisão.

Alguns autores criticam o Telensino, seja falando da indisciplina, seja questionando a desvalorização do docente. Procuramos saber do Sr. Humberto Cunha se ele, enquanto aluno do sistema, tinha alguma crítica a fazer. O mesmo afirmou que:

Olha, hoje é... é o seguinte, a convivência com a turma com a qual eu convivi se saiu muito bem. Tem militares, professores universitários, tem advogados, juiz. Então, quer dizer, não sei se você tá procurando só as pessoas que né. Não é que todas tenham saído assim, mas eu sei que na convivência que eu tive eu não tinha uma dimensão de criticidade.

[...]

Como talvez eu tenha hoje, mas... e se estabelecia um afeto muito grande. Me lembro que uma orientadora de ensino de uma determinada série, ela gostou tanto da turma que ela foi pra outra série junto conosco. A turma era única, quase todos os alunos ficaram da quinta a oitava. Então tinha, não sei se é uma peculiaridade da minha turma, mas era uma turma muito boa, o sistema era muito interessante, nos possibilitou aprendizado. Eu saí de lá para a Escola Técnica Federal do Ceará, que hoje é o IFCE. Na época era muito difícil, talvez hoje ainda continue no mesmo padrão em termos de dificuldade, quer dizer, habilitou em termos de conteúdo, não apenas em termos de ludicidade, mas em termos de conteúdo, para a formação. Então, eu não tenho condições de fazer uma crítica negativa, né.

Outro fator inquirido ao professor Humberto Cunha foi sobre se havia a interferência do governo nas aulas, ou seja, se havia censura e se ele lembrava de algum episódio que constatasse tal procedimento. Ele nos informou que hoje consegue enxergar que alguns conteúdos eram repassados de maneira tendenciosa.

Mas assim havia o engajamento ao ufanismo, ao regionalismo forte, os professores tinham alguns receios com alguns conteúdos. Eu me lembro de coisas desse tipo. Então não passava ao largo uma certa cautela com o tempo. Quando se estudava coisas relacionadas, hoje que eu comprehendo, relacionadas à guerra fria era completamente tendenciosa. Então tinha sim, isso aí eu me lembro, mas isso fazendo uma leitura agora daquela época. Na época, assim, a gente talvez percebesse como euforia, mas hoje a gente sabe que era um ufanismo às vezes até gratuito e distanciador da realidade. Se é o país que vai pra frente, o milagre econômico, essas coisas. Mas tinha sim um certo, os tempos exibiam essas marcas, né. Por exemplo, que a televisão foi professora e você via não só a TVC, via as outras depois. E via, por exemplo, o certificado da censura antes de iniciarem-se os programas. Então tinha, na leitura da época eu era criança, mas olhando deste momento pra lá, sim.

Solicitamos que Humberto Cunha nos descrevesse a dinâmica de uma teleaula da maneira como ele lembrava. São suas palavras:

Começava com uma novelinha local, me lembro dos nomes de algumas como Caju Futebol Clube.

[...]

Pindorama, se não me falha a memória. Aí a gente depois se reunia e ia reproduzir as cenas ou refazer as cenas; depois tinha aula de conteúdo específico: de matemática, português, história passava na TV; e depois a gente lia o manual de apoio; e depois debatia, encenava. Tinha muita encenação, muito estímulo a dramaturgia, por assim dizer, não como finalidade artística, mas como meio pedagógico e depois se debatia a aula, respondia. Tinha provas na própria TV e depois correção. São essas coisas que eu me lembro.

Questionamos se Humberto Cunha tinha dificuldade em alguma disciplina, e ele nos disse o seguinte:

Eu era um bom aluno, sabe. Eu me destacava mais em matemática.

[...]

Que é o terror de todo mundo. Eu e outro colega éramos, praticamente, os professores de matemática. E eu gostava muito das disciplinas, não me lembro de uma dificuldade maior, não.

Após citarmos que algumas pessoas tinham preconceito quanto ao Telensino, encarando-o como um ensino de segunda categoria, questionamos o que Humberto Cunha achava sobre o ensino pela televisão; se ele o encarava como um ensino de segunda categoria.

Não, porque eu acredito no autodidatismo. Eu digo não e na fase, no período que eu frequentei. Eu achava bom, achava muito bom. E me deu boa estrutura. Agora repito, eu já tinha assim uma predisposição, inclusive por formação originária, familiar de ter autonomia nos estudos. Mas isso não aconteceu só comigo. Essa minha turma, muita gente se saiu bem.

Ao término da entrevista, o professor Humberto Cunha nos cedeu uma foto de sua turma. Durante a entrevista, notamos que esses alunos eram muito unidos e são até hoje. A seguir, colocamos a foto da turma de 1976, alunos da Escola Apostólica Nossa Senhora de Fátima.

Figura 2 – Alunos da Escola Apostólica Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Foto cedida por Francisco Humberto Cunha Filho.

Passaremos agora ao último tópico desse terceiro capítulo, quando faremos um resumo dos coletados nas reportagens do jornal **O Povo** e nas entrevistas com os professores Rita Facó e Humberto Cunha.

3.4 Síntese Final dos Sujeitos

Na última parte desse capítulo, faremos um resumo dos três tópicos anteriores, ou seja, reuniremos o que saiu na imprensa cearense, a fala da professora Rita Facó e do ex-aluno Francisco Humberto Cunha Filho.

Somente no ano de 1973 foram veiculadas quinze reportagens sobre a criação da Televisão Educativa do Ceará. Dessas, selecionamos oito para integrar este estudo.

As notícias giravam em torno do valor que o Estado pagaria pela TVE, o tipo de equipamento a ser importado e qual a empresa seria contratada, passando pela solicitação ao Ministro do Planejamento de auxílio financeiro. Teve também jornalista que escreveu colunas apoiando a iniciativa do Governo do Estado.

Outro ponto abordado pelas reportagens foi a composição da TVE e o espaço que seria construído para abrigar essa estação de televisão. A última reportagem do ano discorreu sobre a assinatura da Lei 9753 que criou a FUNEDUCE.

Em 1974, ano da inauguração da Televisão Educativa, encontramos também quinze reportagens que falavam sobre a TVE e utilizamos todas elas em nossa escrita.

Essas notícias começaram a circular na imprensa cearense, por meio do jornal **O Povo**, a partir de janeiro de 1974, sendo a última veiculada em novembro deste mesmo ano.

Dentre essas comunicações, podem ser destacadas a indicação do Coronel Artur Torres de Melo para dirigir a TVE; o edital para seleção de orientadores de aprendizagem; a inauguração da TV que contou com a presença de diversas autoridades, dentre elas o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho; o problema que levou a TVE a sair do ar e a explicação do diretor sobre as providências que foram tomadas; o destaque dado pelo Ministro da Justiça à TVE, bem como a garantia da expansão da televisão para o interior do Estado.

Já em 1975, o número de notícias encontradas por nós envolvendo o Telensino foi de sete reportagens. Essas abordavam diversos assuntos, dos quais destacamos: a preparação da FUNEFOR para receber o telensino; a posse do professor Carlos D'Alge como Superintendente da TVE; a posse do professor Antônio Martins Filho como Presidente da FUNEDUCE e o encerramento do ano letivo no sistema.

Em 1976, encontramos dezesseis notícias que tinha o Telesino como foco. A primeira reportagem discorria sobre o adiamento do concurso para a seleção de orientadores de aprendizagem; depois, a notícia era referente ao início do ano letivo. Outro relato que chamou a atenção foi o convênio firmado entre a UFC e a TVE para a exibição de aulas de física para os alunos do curso básico. Nesse ano também tiveram o início as aulas de educação física pela televisão. A última reportagem do ano informou a abertura das inscrições para a seleção de orientadores de aprendizagem.

No ano seguinte, 1977, o Telensino foi pouco focado pela mídia, pois foram somente cinco reportagens encontradas e utilizadas neste estudo. Estas giravam em torno do convênio firmado entre a UFC e a TVE para exibição de aulas de matemática para o curso básico; o aniversário da Televisão Educativa; a presença de um técnico da OEA nas instalações da TVE e mais um exame seletivo para orientadores de aprendizagem.

Em 1978, a única reportagem exibida pelo jornal **O Povo** que mereceu destaque foi a reivindicação dos orientadores de aprendizagem por melhoria salarial. De acordo com a notícia, os orientadores de aprendizagem do município de Fortaleza reclamaram ao prefeito a diferença de salário entre eles e os professores da rede municipal de ensino. A justificativa utilizada foi a de que eles trabalhavam 20 horas a mais que os professores da rede municipal e ganhavam menos do que os mesmos.

O último ano pesquisado por nós foi 1979, e neste ano o jornal **O Povo** divulgou seis reportagens em que o foco era o Telensino. É interessante informar que neste ano a TVE completava cinco anos de existência, levando educação aos municípios onde não havia professores qualificados.

Nesse ano de comemoração ao aniversário da TVE, o jornal **O Povo** publicou uma série composta por três reportagens que foram impressas nos dias 20, 21 e 22 de fevereiro de 1979, e foram intituladas: **A televisão a serviço da educação; O novo sistema educacional pela televisão – II e O das telessalas na opinião dos alunos – III.**

As outras reportagens desse mesmo ano noticiaram a comemoração dos cinco anos de existência da TVE, as reformulações por quais passou a televisão e o envio para o Governador Virgílio Távora, pelo Superintendente da TVE Teobaldo Landim, do estatuto que transformaria a TV em fundação.

Agora devemos nos ater ao depoimento dado por Rita Facó. Ao ligarmos para marcarmos a entrevista, notamos receio da entrevistada em falar sobre seu trabalho no Telensino. Durante a conversa, a mesma foi se sentindo mais confortável ao discorrer sobre sua atuação no sistema.

Seu ressentimento só voltou à tona quando o assunto foi a universalização do sistema, pois, segundo ela, o mesmo não estava preparado para recebê-la e vendo que não ia dar

certo ela pediu aposentadoria proporcional e deixou a TVE. Durante o tempo que abordamos esse tema, a conversa foi entremeada de palavras e silêncios. Era necessário interpretar tanto os sons quanto os silêncios. Para Lopes “[...] Nem sempre os silêncios o são porque assim o desejam, mas porque foram silenciados. É preciso desvelar esse silêncio, [...]” (1989, p. 65).

Agora voltando ao início da conversa com Rita Facó, a mesma afirmou que a equipe que compôs o Telensino foi escolhida em 1973 e tinha a coordenação de Gerardo Campos. É válido lembrar que o mesmo era julgado instituidor do Sistema.

Para começar a implantação do Telensino, César Cals chamou sua irmã, Antonieta Cals, para ser Superintendente da FUNTELC e estudar como se daria a instituição.

De acordo com Rita Facó, o governo não se intrometia nos planejamentos e estudos dos que estavam implantando o Telensino e ter a irmã do governador fazendo parte da equipe só os ajudava, pois alguns assuntos que poderiam levar mais tempo para serem tratados, com o intermédio de Toni Cals esses tópicos eram resolvidos rapidamente.

Para Rita Facó, duas inquietações surgiam na mente da equipe que estava implantando o Telensino: realizar um diagnóstico da realidade onde o sistema atuaria e estudar os sistemas do Maranhão e do Rio Grande do Norte.

Sobre as aulas integradas ou “novelas”, Rita Facó afirmou que estas encorajavam os discentes a ligarem sua vivência com o que estava sendo assistido, despertando alguns questionamentos nos alunos. Depois da novela, eram exibidos os módulos e essas questões eram discutidas.

No começo, para implantar o Telensino foram concebidos três grupos que projetariam a implantação. Um ia estudar de que maneira seria a estrutura pedagógica; o segundo examinaria a administração educacional e o terceiro, trataria da formação e do desenvolvimento docente.

Para Rita Facó, o Telensino foi inovador na maneira de tratar os conteúdos dividindo o currículo em temas integradores. Outra preocupação da equipe inicial era com a qualidade da aprendizagem dos alunos, por isso eram feitas quatro avaliações: a Ficha de Avaliação Integrada, o manual de apoio, a autoavaliação e o desempenho. Segundo esse depoimento,

mesmo tendo esse cuidado com a aprendizagem, foi notado que os alunos tinham dificuldades mais em matemática no que nas outras disciplinas.

Outro fato informado por Rita Facó foi que no começo as aulas do Telensino eram feitas ao vivo, e que era feito o possível para que não ocorressem erros, garantindo assim uma qualidade na emissão.

Passaremos agora para o depoimento do Professor Doutor Francisco Humberto Cunha Filho, ex-aluno do Telensino durante quatro anos, no período de 1976-1979.

Pelas recordações de Humberto Cunha, o Telensino era bom, a aula era “dinâmica, participativa, cheia de eventos curiosos durante todo o período”. E se por algum motivo o orientador de aprendizagem não dominava determinado conteúdo, isso dava a oportunidade ao aluno de se destacar e se tornar líder na disciplina.

Questionado se sentiu alguma dificuldade ao deixar de ser aluno do Telensino para ser aluno da Escola Técnica, sua resposta foi que o sistema possibilitou que ele se tornasse um estudante autônomo. Outro ponto abordado foi a disciplina/indisciplina e que, segundo ele, ocorria uma indisciplina normal de alunos pré-adolescentes, mas nada que prejudicasse as aulas. Ele afirmou também que sua turma era muito unida, todos cursaram as quatro séries juntos e ainda hoje mantêm contato.

Sobre a interferência do governo nos conteúdos e nas aulas, ele afirmou que havia um empenho ao ufanismo e que os professores tinham uma preocupação com alguns conteúdos, principalmente os de história. E que era exibido o certificado da censura antes do início das aulas.

Na entrevista com o professor Humberto Cunha foi possível notar que, para ele, era prazeroso relembrar os tempos de aluno, seus colegas e professores e que alguns fatos ocorridos nessa época e que foram vistos de certa forma, ao rememorá-los durante a entrevista, possuíam outro ponto de vista.

CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA ESCRITA QUE NÃO FINALIZA...

Inicialmente, necessário se faz justificar a escolha do título do capítulo. A maioria dos pesquisadores nomearia o capítulo como “Conclusão” ou como “Considerações Finais”.

Escolhemos o título “Considerações sobre uma escrita que não finaliza...”, porque acreditamos que o relatório de uma pesquisa científica nunca está acabado, encerrado. Sempre haverá detalhes novos a serem pesquisados e inseridos. Sempre haverá outro foco, outro olhar sobre o mesmo objeto de estudo.

Se daqui a algum tempo formos rever esta dissertação, certamente desejaremos voltar no tempo e reescrevê-la de modo total ou parcialmente diferente, pois o olhar do pesquisador sempre está em busca do que não foi investigado. E uma pesquisa científica nunca se esgota.

No desenrolar desse trabalho, utilizamos as memórias e as lembranças de pessoas que atuaram no Telensino, seja como professor, seja como aluno, bem como usamos também as reportagens veiculadas pelo jornal **O Povo**, no período de 1973-1979, para compreender de que modo a sociedade enxergava o ensino ministrado pela televisão.

Acreditamos que a realização da pesquisa e a escrita do resultado final desta, em forma de dissertação, veio contribuir para a história da educação cearense, pois o Telensino como metodologia de ensino, foi de fundamental importância para o acesso e a democratização do ensino no Ceará durante a década de 1970.

Isso pode ser constatado com a leitura e a análise das reportagens divulgadas pelo jornal **O Povo**, bem como a interpretação das entrevistas com a professora Rita Facó e o professor Francisco Humberto Cunha Filho.

Pudemos perceber que o governo do Estado pode contar com o apoio do jornal **O Povo**, pois nas reportagens analisadas poucas críticas foram feitas. Citamos a jornalista Ivonete Maia como uma defensora da iniciativa do Governo em instalar a TVE e, por consequência, o Telensino.

O Estado do Ceará também pode contar com o apoio financeiro do Governo Federal para a implantação do Telensino, pois César Cals solicitou ao Ministro do Planejamento recursos para instituir o sistema, solicitação essa que foi atendida prontamente.

Em uma das primeiras reportagens encontradas, visualizamos a coluna da jornalista Ivonete Maia, na qual ela desaprovava as pessoas que depreciavam ou censuravam

a instalação da TV Educativa. Nesta coluna, ela informava as vantagens que esta instalação traria ao Ceará. (**O POVO**, 12.02.1973, p. 10).

Diversos autores criticam o Telensino, e dentre as alegações feitas por eles destacamos a descaracterização do papel do docente, a universalização, dentre outros. É válido ressaltar que vários autores elogiaram a iniciativa de implantação do sistema, demonstrando que o mesmo poderia servir de exemplo para as outras unidades federativas brasileiras.

Outro ponto observado foi que, apesar de o Ceará ser administrado por um Coronel do Exército, ele não se intrometeu diretamente na criação e na implantação do Telensino, dando carta branca à professora Antonieta Cals para que ela utilizasse seus conhecimentos e sua vivência em educação da melhor maneira possível, fosse contratando pessoas de notório saber sobre educação, fosse utilizando a filosofia que melhor se adequava ao sistema. Isso pode ser constatado com o relato da professora Rita Facó, que está transscrito logo a seguir:

Nós estávamos em plena ditadura militar em 74. César Cals era militar, se eu não me engano era Coronel. E o sistema ele tinha, ele tinha muito do Paulo Freire, né. Como... E na época da inauguração veio o Ministro Jarbas Passarinho, aqui para a inauguração da TV e lançamento do Telensino. Ele elogiou a... a visão do governo de colocar uma TV Educativa pra suprir a carência. Como é que era dentro do regime militar você trabalhar com os preceitos de Paulo Freire? Como é que o governo em si, não o pessoal da equipe pedagógica, porque a equipe pedagógica tem outra visão, mas como é que os outros encaravam?

Por exemplo nós não tivemos muito, nenhuma interferência do governo nesse sentido.

Durante a implantação do Telensino a equipe encontrou resistência por parte de professores e de alguns grupos componentes da Secretaria de Educação do Ceará, bem como algumas regiões cearenses foram contrárias à implantação do Sistema.

Havia também a questão do descrédito com relação à televisão como meio de ensino. Muitas pessoas consideravam o ensino pela TV como sendo de segunda categoria.

Sobre isso, Rita Facó afirmou que:

Não era o Telensino, era a televisão. O uso da televisão no ensino. Porque era muito, o professor ainda era muito endeusado. Era como se fosse um preconceito ao uso da televisão em sala de aula substituindo o professor. [...]

Nunca havia credibilidade total. Nunca havia a credibilidade que o sistema sabe... Essa história de substituir o professor é uma coisa muito séria, não é? E ele não estava substituindo o professor, ele tava dando um novo conceito

de professor, de orientador de aprendizagem, né. Olhe, toda aprendizagem é uma autoaprendizagem, né. Quer dizer ela fazia o que o professor podia fazer que era facilitar essa autoaprendizagem. Então não só impor ao aluno mas facilitar essa autoaprendizagem.

Diante da análise dos documentos e entrevistas, pode ser notado que o Telensino alcançou um público muito maior do se propôs inicialmente, que era levar educação aos municípios cearenses mais distantes e localidades de difícil acesso, para suprir a carência de professores habilitados, pois não só levou o ensino de Primeiro Grau a essas localidades, como também auxiliou na expansão da graduação, a partir do momento que as disciplinas do Ciclo Básico seriam ministradas pela televisão.

Isso pode ser constatado pela assinatura de convênios entre a UFC e a TVE para a exibição de aulas de física e matemática para os estudantes do Ciclo Básico de seus cursos de graduação. Esse fato pode ser constatado pelas reportagens veiculadas pelo jornal **O Povo** e que estão transcritas logo a seguir.

O Departamento de Física foi escolhido para a implantação do projeto-piloto em ensino pela televisão, utilizando o que existe de mais moderno na tecnologia educacional. Para a concretização da idéia será firmado convênio com a Fundação Educacional do Ceará, envolvendo a Televisão Educativa, aproveitando o tempo ocioso da emissora. (05.06.1976, p. 14)

[...]

Com as aulas pela Televisão, o departamento poderá formar grandes turmas para o programa teórico. As aulas práticas serão dadas no sistema tradicional, ao vivo, com turmas de 75 alunos. Os 28 professores ficarão responsáveis pelas aulas práticas e também prestarão assistência aos estudantes. (27.01.1977, p. 14)

Destacamos, também, que o número de sujeitos atendidos pelo sistema cresceu durante todo o período pesquisado. No ano de sua inauguração, o Telensino atendeu a 4.139 discentes, nas 5^{as} e 6^{as} séries, e em 1979, último ano do período pesquisado, ele prestou serviços educacionais a 17.685 estudantes distribuídos em salas de 5^{as} às 8^{as} séries do primeiro grau.

Outro fator que marcou muito a pesquisa foi a mágoa que a professora Rita Facó sentia com relação à universalização do Telensino. Esse ressentimento foi demonstrado pela entrevistada por meio de seu silêncio quando se tratava desse assunto. Somente depois de algum tempo foi que a ela se abriu e informou que a universalização foi que levou à queda de qualidade do Sistema, provocando seu término e provocando também sua aposentadoria.

Para Rita Facó a universalização ocorreu de maneira autoritária e descabida. São suas palavras:

Foi, foi totalmente descabida. Porque devia ter continuado de acordo com a necessidade, onde havia necessidade o sistema chegava, onde não havia necessidade tinha o corpo de professores, não precisava. Então houve de maneira forçada a substituição do professor pelo Telensino. Antes era a adesão, você ia na escola, você quer implantar o sistema? Você tem necessidade? Você quer implantar, né? Depois que eles universalizaram, não. Era obrigado a escola ter o sistema telensino.

[...]

Exatamente. Nós não podíamos nem... Aí faltou manual, as aulas eram antigas. Aí nessa época já estavam desativando o sistema de aulas da TV. Eu saí de lá em 81 ela ficou até noventa e tanto. Eu saí em 81. Quando começou os problemas eu pedi aposentadoria proporcional e saí. Então eu saí em 81 mais ou menos, mais ou menos o sistema, eu não sei bem a data precisa não. Aí foi que depois universalizaram e eu considero essa universalização um erro profundo.

Esse assunto não foi abordado com profundidade nesta dissertação, porque estava fora do período temporal pesquisado e poderá ser objeto de averiguação em outra pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Francisco Ari de. “Templo de civilização” no Ceará: a criação do grupo escolar em Fortaleza, no começo do século XX. In: VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; *et al.* **Cultura, educação, espaço e tempo.** Fortaleza: Edições UFC, 2011.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação.** 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

BARRETO, Marcília Chagas. **O desenvolvimento do raciocínio matemático:** algumas questões acerca do telensino cearense. (Tese) Doutorado em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2001. Disponível em: < http://www.multimeios.ufc.br/arquivos/pc/teses-dissertacoes/dissertacao_marcilia.pdf >. Acesso em: 15.jun.2014.

BODIÃO. Idevaldo da Silva. **Estudo sobre o cotidiano das classes do Telensino de uma escola da rede pública do Ceará.** (Tese) Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos. 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo n. 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/1994. 35. ed., Brasília: Câmara dos Deputados/Edições Câmara, 2012.

BREJON, Moysés. **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus – leituras.** 18. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1985.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **O historiador como colunista:** ensaios da *Folha*. Tradução de Roberto Mugiat. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CAMPOS, José Gerardo. **Televisão** – objeto de ensino para uma educação de sujeitos – análise de uma experiência. (Dissertação) Mestrado em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1983.

CAVALCANTI, Clóvis. Natureza econômica de uma catástrofe natural: características e impacto da seca nordestina de 1979-1980. **Revista de Economia Política**, v. 6, n. 1, jan./abr. 1986. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/21-5.pdf>. Acesso em: 13.abr. 2014.

CEARÁ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. Fortaleza, 1973.

_____. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. Fortaleza, 1975.

_____. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. Fortaleza, 1978.

_____. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. Fortaleza, 1979.

_____. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer 760/74**. Fortaleza, 16 de outubro de 1974.

_____. **Lei N. 9.753**, de 18 de outubro de 1973. *Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE, dispõe sobre a extinção das autarquias educacionais do Estado e dá outras providências*. Fortaleza 1973.

_____. **LEI N. 10.262**, 18 de maio de 1979. *Autoriza o Poder Executivo a transformar a Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE em Fundação Universidade Estadual do Ceará – UECE e dá outras providências*. Fortaleza 1979.

_____. **LEI N. 10.264**, 22 de maio de 1979. *Autoriza a criação da Fundação de Teleducação do Estado do Ceará – FUNTEL C – e estabelece outras providências*. Fortaleza, 1979.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013.

CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o Governo Médici. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, jan./jun., p. 85-104, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a05.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

CUNHA, Luis Antônio. **Educação e Desenvolvimento social no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980.

DIAS, Ana Maria Iório e BRANDÃO, Maria de Lourdes Peixoto. Nos bastidores do telensino, há sempre uma história a ser contada – cenas/relatos de pesquisa acerca da relação TV x ensino/aprendizagem. In: BRANDÃO, Maria de Lourdes Peixoto e DIAS, Ana Maria Iório (Orgs.). **Imagens distorcidas: atualizando o discurso sobre o Telensino no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

FARIAS, José Aírton de. **História do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Edições ao Livro Técnico, 2007.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Docência no Telensino: saberes e práticas**. São Paulo: Annablume, 2000.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2006.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil – 1974**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1974.pdf>. Acesso em: 01 out. 2013.

FUNDAÇÃO TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ – FUNTELC. Um instrumento a serviço da educação e da cultura. (1974-1995). Fortaleza: [s.e.], [s.e.].

FUNDAÇÃO TELEDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ – FUNTELC. Fundamentos do sistema TVE. Fortaleza: FUNTELC, 1990.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Luciana Kellen de Souza. **Memórias de professoras alfabetizadoras do MOBRAL em Fortaleza.** (Dissertação). Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LINHARES, Marcelo. **Virgílio Távora:** sua época. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1996. Coleção Alagadiço Novo.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Perspectivas históricas da educação.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

MARTINHO RODRIGUES, Rui. História, memória, fontes e educação. In: VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; *et al.* **Cultura, educação, espaço e tempo.** Fortaleza: Edições UFC, 2011.

MOTA, Aroldo. **História política do Ceará (1966-1987).** Fortaleza: ABC Editora, 2008.

NUNES, Daniela. Pesquisa Historiográfica: desafios e caminhos. **Revista de Teoria da História.** Goiás, 2011, Ano 2, Número 5, Universidade Federal de Goiás. ISSN: 2175-5892. Disponível em: <http://www.historia.ufg.br/uploads/114/original_Artigo_2._NUNES.pdf>. Acesso em: 19maio.2013.

OLIVEIRA, Roberta Lúcia Santos de. **Telensino**: discursos contraditórios (do discurso oficial ao discurso real). (Monografia). Graduação em Pedagogia. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2004.

POLAK, Ymiracy N. de S., DINIZ, José Alves, POLAK JR. Pedro Ivo. Estrutura e organização do trabalho científico. In: POLAK, Ymiracy N. de Sousa, DINIZ, José Alves e SANTANA, José Rogério. **Dialogando sobre metodologia científica**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. (Coleção Diálogos Intempestivos, 104).

POMPONET, André Silva. 100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas. **Conj. & Planej.**, Salvador, n.162, p.58-65, jan./mar. 2009 59. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/publicacoes/sumarios/c&p162/c&p162_pag_58.pdf. Acesso em: 11.jun.2014.

PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação**: a organização escolar. 16. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2000. Coleção Memória da Educação.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões – Livros VII, X e XI**. Tradução de Arnaldo do Espírito Santo, João Beato e Maria Cristina Castro-Maia de Sousa Pimentel. Covilhã: LusoSofia Press 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2. ed., Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).

SILVA, Kamilo Karol Ribeiro e. **Nos caminhos das memórias, nas águas do Jaguaribe**. Memória das enchentes em Jagaruana – CE. (1960, 1975, 1985). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006. Disponível em: < <http://www.historia.ufc.br>

br/admin/upload/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20KAMILLO%20SILVA.pdf>. Acesso em: 10.abr. 2014.

SILVA, Patrícia Targino e DIAS, Ana Maria Iório. Reflexões sobre a avaliação no sistema de Telensino. In: BRANDÃO, Maria de Lourdes Peixoto e DIAS, Ana Maria Iório (Orgs.). **Imagens distorcidas:** atualizando o discurso sobre o Telensino no Ceara. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX:** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Francisco das Chagas de Loiola; SANTOS, Elzanir dos; THERRIEN, Jacques; DIAS, Ana Maria Iório. A trajetória do telensino no Ceará. In: BRANDÃO, Maria de Lourdes Peixoto e DIAS, Ana Maria Iório (Orgs.). **Imagens distorcidas:** atualizando o discurso sobre o Telensino no Ceara. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

TELEVISÃO EDUCATIVA DO CEARÁ. **Tele-visão de um Sistema.** Fortaleza. [s.d.].

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da educação no Ceará:** sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

Jornais

1973

O POVO. **Custa 3 Milhões a TV Educativa.** 06.02.1973, p. 10.

O POVO. **TV Educativa.** 12.02.1973, p. 10.

O POVO. **César: Financiamento TV Educativa.** 14.02.1973, p. 10.

O POVO. **Equipamentos para TV Educativa virão de Paris.** 06.04.1973, p. 4.

O POVO. **Expectativa.** 10.04.1973, p. 10.

O POVO. **Estado se Prepara para Receber TV Educativa.** 15.05.1973, p. 10.

O POVO. **Senado aprecia pedido de TV Educativa.** 24.05.1973, p. 10.

O POVO. **A antena da TV Educativa está chegando.** 20.08.1973, p. 10.

1974

O POVO. **A educação integra o governo da confiança.** 07.01.1974, p. 16.

O POVO. **Torres de Melo para dirigir a TV-Educativa.** 1.01.1974, p. 10.

O POVO. **Edital.** 21.01.1974, p. 10.

O POVO. **Inicia-se o treinamento para a TV-Educativa.** 07.02.1974, p. 10.

O POVO. **TV-Educativa abrirá hoje.** 18.02.1974, p. 10.

O POVO. **TV-Educativa uma realidade.** 23.02.1974, p. 06.

O POVO. **TVE-Canal 5, poderoso instrumento a serviço da educação no Ceará.** 08.03.1974, p. 22.

O POVO. **TV-Educativa volta ao ar.** 21.03.1974, p. 08.

O POVO. **TV- ducativa via satélite.** 30.05.1974, p. 10.

O POVO. **FUNEFOR promove encontro de orientadores da TVE.** 01.08.1974, p. 10.

O POVO. **Ministro da Justiça destaca a TV-Educativa.** 13.08.1974, p. 4.

O POVO. **TV-Educativa vai ampliar atendimento no interior.** 23.08.1974, p. 9.

O POVO. **Toni Cals busca assistência para TV Educativa e Funefor.** 24.10.1974, p. 9.

O POVO. **Assegurada a expansão da TV Educativa.** 01.11.1974, p. 11.

O POVO. **TV-E fará retransmissão para o interior.** 27.11.1974, p. 09.

1975

O POVO. **Funefor preparada para a teleducação.** 04.02.1975, p. 10.

O POVO. **Televisão faz desafio ao professor.** 14.02.1975, p. 18.

O POVO. **“É necessário educar a televisão e educar pela televisão.** 07.03.1975, p. 12.

O POVO. **Carlos D’Alge se empossa na TV-E.** 11.09.1975, p. 14.

O POVO. **Martins Filho preside a Funeduce.** 06.11.1975, p. 01.

O POVO. **TV Educativa e Funefor.** 01.12.1975, p. 16.

O POVO. **TVE encerra ano letivo.** 06.12.1975, p. 16.

1976

O POVO. **Adiado concurso para seleção de orientadores.** 16.01.1976, p. 16.

- O POVO. **Aulas pela TV-E começam na segunda na capital e interior.** 14.02.1976, p. 16.
- O POVO. Educação física pela TV. In: **Presença Universitária.** 21.02.1976, p. 16.
- O POVO. TVE – perspectiva para 76. In: **Presença Universitária.** 22.03.1976, p. 14.
- O POVO. **Teleducação abrangerá 15 mil alunos no estado.** 05.04.1976, p. 14.
- O POVO. **TVE, a hora das reivindicações.** 19.04.1976, p. 14.
- O POVO. **UFC aproveitará TV Educativa.** 05.06.1976, p. 14.
- O POVO. **Supletivo pela Tevê Educativa.** 07.08.1976, p. 15.
- O POVO. Física pela televisão. In: **Presença universitária.** 18.08.1976, p. 14.
- O POVO. **Para ensinar a criança a ler.** 11.10.1976, p. 06.
- O POVO. A UFC dá aulas de física em circuito de televisão. 16.12.1976, p. 07.
- O POVO. **Inscrições para concurso de orientadores.** 28.12.1976, p. 15.

1977

- O POVO. **Matemática da UFC também pela TV.** 27.01.1977, p. 14.
- O POVO. Aniversário da TVE. In: **Presença universitária.** 08.03.1977, p. 14.
- O POVO. **Ensino pela TV preocupa estudantes.** 26.03.1977, p. 14.
- O POVO. Técnico da OEA na TVE. In: **Presença universitária.** 23.05.1977, p. 14.
- O POVO. **Orientadores de aprendizagem submetem-se exame seletivo.** 20.12.1977, p. 18.

1978

- O POVO. **Orientadores de aprendizagem querem salário mais alto.** 23.09.1978, p. 14.

1979

- O POVO. **A televisão a serviço da educação.** 20.02.1979, p. 16.
- O POVO. **O novo sistema educacional pela televisão – II.** 21.02.1979, p. 16.
- O POVO. **O das telessalas na opinião dos alunos – III.** 22.02.1979, p. 18.
- O POVO. **TV Educativa comemora 5 anos de existência.** 07.03.1979, p. 18.
- O POVO. **Reformulações na TV Educativa.** 05.04.1979, p. 18.
- O POVO. **TV Educativa envia ao governador estatuto para Fundação.** 12.04.1979, p. 18.

A N E X O S

Anexo 1 – Lei 9753, 18 de outubro de 1973

2 – Auxílio Funeral		Cr\$ 15.600,00
PASSA DE PARA	Cr\$ 36.548,00
	(Aumento: Cr\$ 20.948,00)	
3 – Recursos e Educandos		
PASSA DE PARA		
	Cr\$ 3.000,00
	Cr\$ 7.333,00
	(Aumento: Cr\$ 4.333,00)	
0708 – Assistência ao Trabalho		
65.00.07.08.017 – Encargos Assistenciais		
3.00.0 – Despesas Correntes		
3.2.0.0 – Transferências Correntes		
3.2.3.3 – Salário-Família		
01.00 – Pessoal Civil		
PASSA DE PARA	Cr\$ 83.000,00
	Cr\$ 147.000,00
	(Aumento: Cr\$ 64.000,00)	
02.00 – Pessoal Militar		
PASSA DE PARA	Cr\$ 1.500.000,00
	Cr\$ 2.596.999,00
	(Aumento: Cr\$ 1.096.999,00)	
Parágrafo Único – Os recursos para atender a suplementação de que trata este artigo decorrerão do aumento de arrecadação referente ao corrente exercício.		
Art. 20. – Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.		
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 08 de outubro de 1973.		
CÉSAR CALS José Aragão Cavalcanti José Roberto Romero de Barros		
• LEI No. 9.753, DE 18 DE OUTUBRO DE 1973		
Diário Oficial 23.10.73		
Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE, dispõe sobre a extinção das autarquias educacionais do Estado e dá outras providências.		
O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ		
Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:		
Art. 1º. – É o Poder Executivo autorizado a instituir, com personalidade jurídica de direito privado a Fundação Educacional do Estado do Ceará – FUNEDUCE, com sede e fórum na cidade de Fortaleza, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, destinando-se precípiuamente, aos seguintes fins:		
I – promover atividades educacionais em todos os níveis de ensino, pesquisa e extensão;		
II – realizar e patrocinar atividades reclamadas pela política de desenvolvimento econômico-social do Ceará e suas exigências prioritárias no domínio da cultura humanística e conhecimentos científico-tecnológicos.		
Parágrafo Único – A FUNEDUCE poderá celebrar convênios e ajustes com órgãos e entidades, públicas ou privadas, nacionais ou não objetivando a plena realização de seus fins.		
Art. 2º. – A FUNEDUCE promoverá as gestões necessárias para a criação da Universidade Estadual do Ceará, integrada, inicialmente, dos estabelecimentos mencionados no art. 4º, desta lei assumindo os encargos financeiros de sua manutenção e da TV Educativa.		
Parágrafo Único – A FUNEDUCE na forma da legislação vigente poderá desbrar ou criar entidades, seja de ensino ou de pesquisa, para assegurar a consecução plena de seus objetivos.		
Art. 3º. – Constituirão recursos financeiros da FUNEDUCE:		
I – o produto dos percentuais do Fundo de Desenvolvimento do Ceará – F.D.C. atribuídos por lei às autarquias educacionais do Estado, em extinção ressalvado o disposto no § 4º, do art. 6º, desta lei;		
II – dotações que lhe forem atribuídas no Orçamento anual do Estado;		
III – as ajudas financeiras de qualquer origem;		
IV – as contribuições financeiras oriundas de convênios, ajustes, acordos ou contratos;		
V – Os saldos de exercícios financeiros encerrados;		
VI – taxas de inscrição e anuidades escolares.		
Art. 4º. – A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, a que alude o art. 2º, desta lei, será constituída, inicialmente, pela incorporação das seguintes unidades oficiais de ensino superior do Estado:		
I – Escola de Administração do Ceará;		
II – Faculdade de Veterinária do Ceará;		
III – Faculdade de Filosofia do Ceará;		
IV – Faculdade de Filosofia D. Aureliano Matos de Limeiro do Norte.		
§ 1º. – No entendimento da legislação pertinente, poderá haver desdobramento das unidades educacionais de que trata este artigo.		
§ 2º. – A FUNEDUCE diligenciará no sentido de incorporar à Universidade Estadual do Ceará, mediante os instrumentos adequados, a Escola de Serviço Social do Ceará a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo e o Conservatório de Música Alberto Nepomuceno, sendo condição essencial para essa incorporação que as entidades mantenedoras das referidas instituições concordem em transferir à Fundação sem quaisquer ônus para esta, os respectivos patrimônios, além dos acervos escolares.		
§ 3º. – Efevirada a incorporação do Conservatório de Música Alberto Nepomuceno, ao mesmo incumbirá a manutenção, de outros, de cursos permanentes de declamação e pintura.		
Art. 5º. – São transferidos à FUNEDUCE os serviços e recursos financeiros, pertencentes ou destinados à TV-Educativa do Ceará e às instituições oficiais de ensino que lhe são incorporadas, respeitada a constante do item I, do art. 3º, desta lei.		
Art. 6º. – O pessoal da FUNEDUCE, inclusive os docentes e os servidores técnico-administrativos destinados à Universidade Estadual do Ceará e à TV-Educativa do Ceará, ficará sujeito ao regime jurídico da legislação trabalhista.		
§ 1º. – Os atuais professores e auxiliares de ensino dos estabelecimentos referidos nos itens I a IV do art. 4º, desta lei, cujo regime jurídico seja o do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, passarão a integrar a Tabela Especial do Quadro I – Poder Executivo com todos os direitos e vantagens, Pertencendo a elas, porém, em serviço na FUNEDUCE como pessoal cedido, até a extinção dos respectivos cargos, por vacância decorrente de qualquer um dos motivos legais, ressalvado, em qualquer hipótese o direito de opção pelo seu aproveitamento no quadro próprio da Fundação.		

§ 2º. — O pessoal docente e os servidores técnico-administrativos dos estabelecimentos mencionados no parágrafo anterior, cujas relações de emprego se rejam pela legislação trabalhista, serão aproveitados pela FUNEDUCE, mediante os instrumentos adequados, observadas as condições de prazo, retribuição, obrigação, direitos e vantagens previstas nos respectivos contratos atuais.

§ 3º. — Aos demais servidores dos mesmos estabelecimentos, cujo regime jurídico seja o do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, fica assegurado o direito de opção pela sua permanência nesse regime ou pelo aproveitamento do quadro próprio da Fundação, sendo que na primeira hipótese, nesta permanecerão em exercício até que sejam redistribuídos na forma da lei.

§ 4º. — As despesas de custeio do pessoal docente dos estabelecimentos de ensino oficiais incorporados à Universidade Estadual do Ceará, cujo regime jurídico seja o do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado bem como dos demais servidores que, sob o mesmo regime ali permaneceram em exercício, inclusive os que neles passaram à inatividade serão atendidas com recursos dos percentuais do Fundo de Desenvolvimento do Ceará — F.D.C. a que se refere o item I do art. 3º. desta lei.

Art. 7º. — Dentro de sessenta (60) dias, a contar da publicação desta lei, será elaborado o Estatuto da FUNEDUCE, para aprovação pelo Governador do Estado, mediante Decreto, e respectiva inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

§ 1º. — O Chefe do Poder Executivo designará o Representante do Estado nos atos constitutivos da FUNEDUCE.

§ 2º. — A Universidade Estadual do Ceará e a TV-Educativa do Ceará terão administrações próprias independentes entre si na forma prevista no Estatuto da FUNEDUCE, sujeitas ambas, porém, à supervisão dos órgãos dirigentes desta que lhes outorgarão os instrumentos normativos de sua organização e funcionamento, observadas as prescrições legais atinentes.

§ 3º. — A FUNEDUCE vincular-se-á, para todos os efeitos legais à Secretaria de Educação, administrando-a um Conselho Diretor de constituição competência, mandato e atribuições definidas no Estatuto, e cujo Presidente, de livre nomeação do Governador do Estado, será, também o Presidente da Fundação.

§ 4º. — Para supervisão a administração da Fundação exercida pelo Conselho Diretor sobretudo no que tange à aplicação de recursos financeiros e execução orçamentária geral, constituir-se-á na firma dos Estatutos, um Conselho Curador de três (3) membros, nomeados por livre escolha do Governador do Estado, entre estes o Secretário de Educação do Estado que será seu Presidente.

Art. 8º. — A TV-Educativa do Ceará ofertará à comunidade programas de ensino sistemático relativos ao primeiro e segundo graus, obedecida a legislação pertinente.

§ 1º. — A TV-Educativa poderá oferecer ainda cursos especiais e de extensão cultural ou técnica bem assim divulgar matéria de relevante interesse público, ou da mais alta administração do Estado.

§ 2º. — A TV-Educativa colaborará a juiz de sua direção, com diferentes organizações culturais e educacionais, executando, sob convênio, programas instrutivos e especiais, assegurada, porém, prioridade para programas análogos da Universidade Estadual do Ceará.

Art. 9º. — A partir do exercício financeiro de 1974, cessarão os efeitos das disposições legais ou regulamentares que atribuem às autarquias educacionais do Estado, sob a forma de percentuais recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ceará — F.D.C. para a sua manutenção.

Parágrafo Único — Os recursos financeiros de que trata este artigo serão destinados, englobadamente, a partir do exercício financeiro de 1974, à FUNEDUCE como contribuição do Estado à sua manutenção, na forma prevista no item I do art. 3º. desta lei, ressalvadas as parcelas destinadas ao atendimento das despesas a que se refere o § 4º, do art. 6º. deste mesmo diploma.

Art. 10 — São consideradas em extinção as autarquias, educacionais mantenedoras

da FUNEDUCE, o Regimento Geral da Universidade Estadual do Ceará, em que se disciplinarião os aspectos de organização e funcionamento comuns de suas unidades de ensino e pesquisas, órgãos e serviços.

Art. 11 — E o Poder Executivo autorizado a afetar à Fundação Educacional do Estado do Ceará os bens indispensáveis ao seu funcionamento além dos que constituem o patrimônio das entidades referidas nos itens I a IV do art. 4º, bem como abrir, adicional ao vigente orçamento da Secretaria da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), que será transferido à FUNEDUCE a título de auxílio, para a realização de despesas de qualquer natureza com a implantação dos seus serviços, da Universidade Estadual do Ceará e da TV-Educativa do Ceará.

§ 1º. — Os recursos para a abertura do crédito de que trata este artigo provirão do F.D.C.

§ 2º. — Enquanto não for nomeado o Presidente da FUNEDUCE, os recursos de que trata este artigo serão requisitados e movimentados pelo Representante do Estado nos atos de constituição da entidade de que trata o § 1º. do artigo 7º. desta lei.

Art. 12 — A FUNEDUCE diligenciará igualmente no sentido de incorporar à Universidade Estadual do Ceará a Faculdade de Direito e de Ciências Econômicas da cidade do Crato.

Art. 13 — Em caso de extinção da FUNEDUCE os seus bens e direitos passarão a integrar o patrimônio do Estado.

Art. 14 — O Chefe do Poder Executivo baixará os Decretos que se fizerem necessários à execução desta lei que entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 18 de outubro de 1973.

CÉSAR CALS

Murió Waiderk Menezes de Serpa
Joséberto Romero de Barros

* Ver Lei n. 10.262, de 18.05.79 — D.O. 21.05.79

* Ver Lei n. 10.264, de 22.05.79 — D.O. 24.05.79

* Ver Lei n. 10.066, de 29.11.76 — D.O. 01.12.76

LEI No. 9.754, DE 22 DE OUTUBRO DE 1973

Diário Oficial 22.10.73

Eleva os vencimentos dos Magistrados, Conselheiros do Tribunal de Contas e do Conselho de Contas dos Municípios e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. — Os vencimentos mensais atribuídos aos Desembargadores, Juízes de Direito, Juízes Substitutos, Secretários e Subsecretários do Tribunal de Justiça do Estado, passam a ser os seguintes continuando os respectivos cargos excluídos de padronização, conforme estabelece o art. 1º. da Lei n. 8.442, de 15 de abril de 1966:

Desembargador	Cr\$ 3.196,80	Cr\$ 2.557,44
Juiz de Direito de 4ª. Entrância	Cr\$ 2.301,66	Cr\$ 2.071,53
Juiz de Direito de 3ª. Entrância	Cr\$ 1.864,39	Cr\$ 1.864,39
Juiz de Direito de 2ª. Entrância	Cr\$ 1.864,39	Cr\$ 1.864,39
Juiz de Direito de 1ª. Entrância	Cr\$ 1.864,39	Cr\$ 1.864,39
Juiz Substituto	Cr\$ 1.216,00	Cr\$ 1.886,40
Secretário	Cr\$ 1.216,00	Cr\$ 1.886,40
Subsecretário	Cr\$ 1.216,00	Cr\$ 1.886,40

Anexo 2 – Parecer 760/74

<u>CÂMARA DO ENSINO DO 1º GRAU</u>	
PARECER Nº	<u>760/74</u>
D.O. 11.11.74.	

Aprova processo de implantação do ensino regular de 1º grau pela TV Educativa - Canal 5.

Relatório: O Superintendente da Televisão Educativa do Ceará, Engenheiro Artur de Freitas Torres de Melo, solicitou deste Conselho, em processo protocolado sob o número 1422/74, aprovação para o processo de implantação do ensino regular de 1º grau através daquele órgão de divulgação. Integra aquela instituição com a futura Universidade a "Fundação Educacional do Estado do Ceará" (FUNEDUCE), fruto do dinamismo de um governo, que tem procurado difundir o ensino com o intuito louvável de sempre mais aprimorar a cultura de seu povo.

Objetivo: "A TV Educativa do Ceará ofertará à comunidade programas de ensino sistemático, relativo ao primeiro e segundo graus, obedecida a legislação pertinente." (art. 8º da Lei 9.753, de 18.10.74). *Além de 1973*

No início, suas atividades restringem-se ao ensino de 1º grau e, mais especificamente, à 5ª e 6ª séries.

Comporta-se como complemento ao ensino regular, enriquecendo a aprendizagem e dinamizando o processo pedagógico. Para isso, mantém contato com a Secretaria de Educação encarregada de selecionar as Unidades Escolares a adotarem essa maneira de lecionar.

A TV Educativa funciona como órgão de atividade meio, pelo qual se propõe a uma renovação e um aperfeiçoamento nos métodos de ensino. Na TV Educativa é responsável pelo processo ensino-aprendizagem ~~o~~ Departamento de Programação Pedagógica.

O Processo - Compreende sete aspectos:

1º - O Sistema - A Televisão Educativa abrange quatro departamentos, de produção, programação pedagógica, engenharia e administração, dirigidos por uma Superintendência.

diárias, controlando os programas e os horários de exibição. Ao Departamento de Programação Pedagógica, o planejamento, a produção, o controle e a avaliação da programação educacional destinada ao ensino regular de 1º e 2º graus. Ao Departamento de Engenharia, a manutenção de todos os equipamentos eletrônicos e eletromecânicos. E ao Departamento de Administração, o controle sobre as finanças, tesouraria, pessoal, almoxarifado e serviços gerais.

2º - Mecânica do Processo de uma aula.

a - Produção - Cada área de estudo possui uma Equipe Pedagógica encarregada de elaborar o Plano de Série, distribuindo ^{centrais} o programático pelos quatro bimestres letivos. Uma outra equipe, composta de quatro membros, sendo um de cada área, confecciona para cada dia letivo a Ficha de Emissão, que contém o tema da unidade, os objetivos de cada área, as informações de conteúdo, a estratégia de integração, ambientação e bibliografia.

Depois de elaborada, a Ficha de Emissão é distribuída aos roteiristas (produtores de novelas), modulistas e ~~outros~~ autores do Manual de Apoio. Feitas as novelas (aulas integradas) e os módulos de aprofundamento, a Equipe de Controle de Produção os examinará a fim de evitar distorções possíveis, quer no aspecto educativo, quer informativo, na linguagem ou impropriedade dos objetivos. O Manual de Apoio também passa pelo crivo de um Coordenador, cuja função é a mesma ^{da} Equipe de Controle.

b - Realização - Chama-se "Tráfego" o Setor encarregado da mimeografia, estocagem e a distribuição dos roteiros com atores, apresentadores, realizadores, assistentes de estudo, contra-regra e diretores da TV.

c - Emissão - em cada dia letivo é emitida separadamente para a 5ª e 6ª séries, a aula integrada sob a forma de novela com duração de 20 minutos e os módulos de aprofundamento, um para cada área, de 5 a 10 minutos, no máximo. Assim de 2ª a 6ª feira, há módulos de Comunicação e Expressão e Matemática, e em dias alternados, módulos de Estudos Sociais e de Ciências Físicas e Biológicas. Os sabados são destinados à Educação Artística e atividades complementares na escola.

d - Recepção - Após a aula integrada (novela) faz-se na sala de aula pelo Orientador de Aprendizagem o jogo de percepção individual e/ou em grupo. Depois dos módulos de aprofundamento, os alunos utilizam o Manual de Apoio, sempre animados e supervisionados pelo Orientador da Aprendizagem.

e - Supervisão e Avaliação - A Equipe de Supervisão Central, com base nos temas das novelas e módulos de aprofundamento, elabora avaliações para os alunos e faz acompanhamento do trabalho das orientadoras de aprendizagem.

3º - Os Planos de Curso - Os planos de curso são elaborados com fundamento no currículo utilizado pela Secretaria de Educação para a 5ª e 6ª série da rede oficial. Podem ser aceitos.

4º - Previsão da Programação Pedagógica - São previstas, para 1974, 184 dias letivos, num total de mais 720 horas.

5º - Avaliação - A avaliação procura medir, além dos resultados obtidos na área cognitiva, também na área afetiva e motora. São empregados quatro tipos de avaliação: o FAI (Ficha de avaliação integrada), é a avaliação do conteúdo programático disposto nos módulos e Manual de Apoio; MA (Manual de Apoio) provinda de exercícios de fixação e avaliação do rendimento escolar; o AA (Auto-Avaliação) obtida pela conscientização do aluno de sua realidade, responsabilidade e crescimento, como pessoa, e, por fim, o DES (Desempenho), é a que mede a assimilação do conteúdo, participação, esforço, relacionamento, produtividade etc... A média do resultado desses quatro elementos expressa a avaliação final do aluno é enviada ao Colégio onde o aluno está estudando para ser registrada em sua ficha, promovendo-o ou não conforme o critério de aproveitamento da escola.

6º - Unidades Escolares - 30 unidades escolares, pertencentes à rede estadual, municipal e particular, sediada na capital e em municípios vizinhos recebem, em regime de convênio, a emissão da TV Educativa para o ensino regular da 5ª e 6ª série do 1º grau. São 66 turmas de 5ª série e 40 de 6ª, atingindo 4.139 alunos, sendo 2.636, da 5ª série e 1.603, da 6ª.

7º - Docentes - O Quadro da Equipe Docente do Departamento de Programação Pedagógica da TV Educativa compõe-se de 30 professores de nível superior, todos qualificados, possuidores muitos deles da habilitação profissional necessária, ou da especialização exigida.

VOTO DO RELATOR:

Ao externar meu voto como relator, acho oportuno transcrever as considerações feitas pela Conselheira Maria Terezinha Saraiva em seu Parecer nº 817/73, sobre a experiência de ensino pela televisão, por ocasião do exame do projeto do Curso Supletivo "João da Silva", considerações que despertaram em mim o interesse pelo processo em estudo.

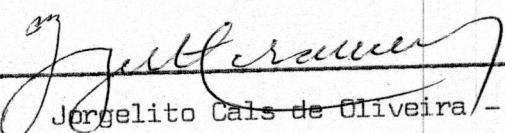
PM

tos básicos para um programa de implantação e de desenvolvimento da televisão educativa no Brasil, há de considerar os pressupostos específicos de nossa condição sócio-econômica. Nos países em que a oferta de oportunidades de ensino regular é capaz de ~~observar~~ a demanda, a TV educativa exerce função complementar ao ensino regular, como instrumental acessório e, sobretudo, como fator de enriquecimento da aprendizagem, como elemento dinamizador do processo pedagógico. O Brasil poderá se constituir num laboratório ideal para a experiência de uma TV educativa que atenda às finalidades de complementar e enriquecer o ensino ministrado nas escolas da rede, e que possa também servir de instrumento para a recuperação educacional de milhares de brasileiros adolescentes e adultos. Poderá ser no Brasil que a TV testará sua capacidade substantiva, como fator multiplicador das oportunidades educacionais."

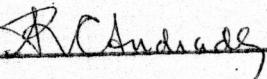
E' nesse sentido que entendemos ser o trabalho da TV Educativa-Canal 5 do Ceará, como um projeto de expansão, de complementação e de enriquecimento do ensino regular nos moldes pedagógicos mais atualizados e, como tal, julgamos que possa ser aprovado e aplaudido.

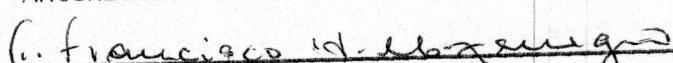
E' o parecer.

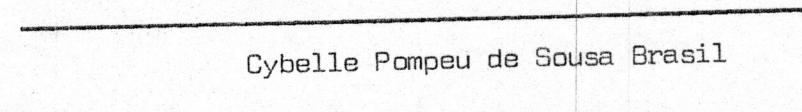
Sala das Sessões do C.E.E., em 16/10/74

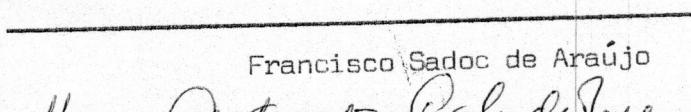

Jorgelito Cals de Oliveira - Relator

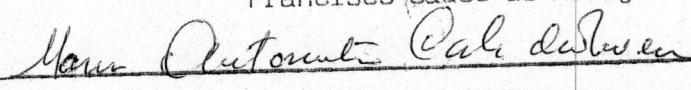
VOTO DA CÂMARA - aprova o Parecer.

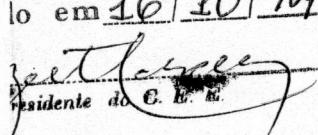

Antonieta Rabelo de Castro Andrade - Presidente


Francisco Holanda Montenegro


Cybelle Pompeu de Sousa Brasil


Francisco Sadoc de Araújo


Maria Antonieta Cals de Oliveira

IR N. 760174
1422174
lo em 16/10/74

Presidente do C.E.E.

Anexo 3 – Lei 10262, 18 de maio de 1979

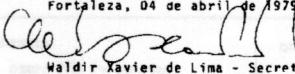
14

DIÁRIO OFICIAL (Estado do Ceará - Brasil)
Nº 12.888 (Porto I)
FORTALEZA, Segundo-Feira, 21 de maio de 1979

Pedindo a palavra, o senhor Representante do Estado propôs a inserção em ata de um voto de agradecimento aos Membros do Conselho de Administração pela efetiva colaboração emprestada à Empresa, o que posto em discussão e, após em votação, foi unanimemente aprovado, abstendo-se do voto os conselheiros renunciantes. E, como mais nenhum pronunciamento fosse feito, agradeceu a presença dos senhores acionistas, administradores, conselheiros fiscais, auditores independentes e declarou suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e aprovada, unanimemente, vai, à seguir, devidamente assinada. Fortaleza, 04 de abril de 1979. ass) Albery Saldanha Fontenelle - Presidente. Waldir Xavier de Lima - Secretário. Luiz Gonçaga Nogueira Marques - p/Estado do Ceará. José Neuma Damasceno - p/Município de Fortaleza. Zeferino Pinheiro Barreira - p/Bandece. Humberto de Oliveira - p/Sudec. Clausens Roberto Cavalcante Viana - Conselheiro de Administração. Marco Cesar Ferreira Gomes - Diretor-Presidente. Jurandir Marães Picano/Junior - Diretor. Edilson Moreira da Rocha - Diretor. Cláudio José Sá Leitão - C.R.C. 5.595 PE-S-CE-p/Boucinhas, Campos & Claro S/C Ltda. Raymundo Gomes Alves - Conselheiro Fiscal. Elias Lima Barros - Conselheiro Fiscal. Flávio Lúcio Bezerra de Oliveira - Diretor.

CERTIFICO que a presente ata é cópia fiel e autentica da que foi lavrada para a Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 04 de abril de 1979, e se acha registrada no livro próprio.

Fortaleza, 04 de abril de 1979.


Waldir Xavier de Lima - Secretário
(Firma Reconhecida)

CERTIDÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ
CERTIFICO que sob n. SAD 19.791/79 foi arquivada uma via de igual teor na Junta Comercial do Estado do Ceará, por despacho dessa data. Fortaleza, 15 de maio de 1979. Rodrigo Otávio Correia Barbosa, Secretário Geral.
NRP 3746 - B



COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO CEARÁ
(COELCE)

C.G.C. (M.F.) nº 07.047.261/0001-70

Ass de 17a. Reunião do Conselho de Administração da Companhia de Eletricidade do Ceará (Coelce), realizada em 04 de abril de 1979.

Às desseas (18) horas do dia quatro (04) do mês de abril do ano de mil, novecentos e setenta e nove (1979), na sede social, sita na Avenida Barão de Studart, nº 2.517/63, nesta Capital, realizou-se a 17a. Reunião do Conselho de Administração da Companhia de Eletricidade do Ceará (Coelce), presentes todos os seus Membros, o Presidente Luiz Gonçaga Nogueira Marques, o Vice-Presidente Albery Saldanha Fontenelle e o Membro Paulo de Tarso Sá Leitão. Na forma prevista no Estatuto Social, assumiu a Presidência dos trabalhos o engenheiro Luiz Gonçaga Nogueira Marques, o qual, declarando aberta a reunião, designou a mim, Eleonor Ary, Secretária da AJUR, para secretário "ad hoc". Em seguida, disse o senhor presidente que a reunião tinha por finalidade processar o Conselho de Administração a eleição de dois (2) novos Diretores, preenchendo os cargos criados pela reforma do Estatuto Social que aumentou de quatro para seis o número de membros da Diretoria Executiva, conforme decisão adotada pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de abril de 1979. A respeito do assunto, continuou, fez os constatos necessários com o acionista majoritário, razão por que propunha, para o provimento das dois cargos Diretor, os nomes dos senhores Edmundo Olinda Filho e Fernando Irineu Pessas, ambos brasileiros, casados, engenheiros civis, domiciliados e residentes neste Capital, o primeiro na Rua Tomás Antônio no 1.150, apartamento no 302, bairro Aldeota, nascido no Ceará, C.P.F. nº 016.189.203-69, Carteira de Identidade nº 201.150 - SPSP - Ca., CREA nº 4618 - Bn. Região, e o segundo, na Rua Lívio Barreto, 30, bairro Aldeota, nascido no Ceará, C.P.F. nº 001.913.703-63, Carteira de Identidade nº 153.811 - SPSP - Ca., CREA nº 1.069-D-9e. Região, em Seguida o senhor presidente, franqueando a palavra, pôs a matéria em discussão e, após, em votação, verificando-se a aprovação da proposta, sem discrepância, proclamando, então eleitos Diretores da Sociedade os Drs. Edmundo Olinda Filho e Fernando Irineu Pessas, já qualificados. Como nada mais houvesse a tratar, declarou o Senhor presidente suspender a reunião pelo tempo necessário à lavratura de presente ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, discutida, achada conforme e, aprovada, unanimemente, vai devidamente assinada. Fortaleza, 04 de abril de 1979. ass) Luiz Gonçaga Nogueira Marques - Presidente. Albery Saldanha Fontenelle - Vice-Presidente. Paulo de Tarso Sá Leitão - Membro. Eleonor Ary - Secretário "ad hoc".

CERTIFICO que a presente ata é cópia fiel e autentica da qual foi lavrada para a 17a. Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 04 de abril de 1979, e se acha registrada no livro próprio. Fortaleza, 14 de abril de 1979. Eleonor Ary - Secretário "ad hoc".

(Firma reconhecida)

CERTIDÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

CERTIFICO que sob N. SAD 19.803/79, foi arquivada uma via de igual teor na Junta Comercial do Estado do Ceará, por despacho dessa data. Fortaleza, 16 de maio de 1979. Rodrigo Otávio Correia Barbosa - Secretário-Geral

NRP 3746 - B

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 10.262 DE 18 DE MAIO DE 1979.

Autoriza o Poder Executivo a transformar a Fundação Educacional do Estado do Ceará - FUNEDUCE em Fundação Universidade Estadual do Ceará - UECE e dá outras provisões.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transformar a Fundação Educacional do Estado do Ceará - FUNEDUCE, instituída pelo Decreto nº 10.641, de 28 de dezembro de 1973, baixado com fundamento na Lei nº 9.753, de 18 de outubro de 1973, em Fundação Universidade Estadual do Ceará - UECE, com personalidade jurídica de direito privado e sede e foro na cidade de Fortaleza.

Art. 2º - A UECE será uma entidade autônoma, adquirindo personalidade jurídica a partir da data de inscrição do seu Estatuto no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Art. 3º - A Fundação Universidade Estadual do Ceará, vinculada funcionalmente à Secretaria de Educação do Estado, terá por objetivo manter a Universidade Estadual do Ceará, instituição de ensino superior, de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber de divulgação científica, técnica e cultural.

Art. 4º - Constituirão recursos financeiros da UECE:

I - O produto dos percentuais do Fundo de Desenvolvimento do Ceará - FDC, atribuídos à FUNEDUCE pela Lei nº 9.753, de 18 de outubro de 1973;

II - Dotações que lhe sejam destinadas no Orçamento Anual do Estado;

III - As ajudas financeiras de qualquer origem;

IV - As contribuições financeiras oriundas de convênios, ajustes, acordos e contratos;

V - O saldo de exercícios financeiros encerrados;

VI - Taxas de inscrição, serviços e anuidades escolares.

Art. 5º - A UECE será administrada por um Conselho Diretor, composto de 6 (seis) membros e 2 (dois) suplentes, escolhidos entre pessoas de ilibada reputação e notória competência.

§ 1º - O Reitor da Universidade será membro nato do Conselho Diretor e seu Presidente.

§ 2º - A composição, as atribuições e o funcionamento do Conselho Diretor, bem como o mandato dos seus membros serão regulados no Estatuto da Fundação.

§ 3º - A renovação do Conselho far-se-á por escolha e nomeação do Governador do Estado, entre os nomes constantes da lista tríplice apresentada, para cada vaga, pelo Conselho Diretor.

Art. 6º - A Universidade gozará de autonomia didática, científica, disciplinar, administrativa e financeira, na conformidade do art. 3º da Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, do Estatuto da Fundação e do seu Próprio Estatuto.

Art. 7º - O Reitor e o Vice-Reitor da Universidade serão nomeados pelo Governador do Estado, mediante lista tríplice apresentada pelo Conselho Diretor da Fundação.

Art. 8º - O regime jurídico do pessoal docente e técnico-administrativo da UECE será o da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 9º - O Quadro de Pessoal da UECE será aprovado pelo Conselho Diretor e Homologado pelo Governador do Estado, a través de Decreto.

Art. 10 - Dentro de 90 (noventa) dias, o Reitor da UECE providenciará a reformulação do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade, a fim de adaptá-los à transformação a que se refere esta Lei.

Art. 11 - A critério do Reitor da UECE e atendidas as disponibilidades financeiras da instituição, os servidores das antigas autarquias educacionais, regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, cedidos à FUNEDUCE, poderão, mediante opção, ser aproveitados no Quadro de Pessoal da Fundação Universidade Estadual do Ceará, sem prejuízo de direitos e vantagens.

Parágrafo Único - A opção de que trata este artigo deverá ser manifestada no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 12 - No prazo de 30 (trinta) dias, o Chefe do Poder Executivo, mediante Decreto, procederá à transformação autorizada pela presente Lei e baixará o novo Estatuto da Fundação.

Art. 13 - Os efeitos da transformação de que trata esta Lei começam a vigorar na data de inscrição do Estatuto da Fundação Universidade Estadual do Ceará, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Art. 14 - Os bens imóveis, móveis e valores da FUNEDUCE são transferidos automaticamente para a Fundação Universidade Estadual do Ceará, salvo os atualmente utilizados pela Televisão Educativa do Ceará - TVE.

Art. 15 - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a baixar os decretos que se fizerem necessários à execução desta Lei.

Art. 16 - Ficam extintos os cargos de Reitor, Vice-Reitor, Diretor e Vice-Diretor de Centro, constantes do Decreto nº 12.224, de 28 de dezembro de 1976, integrantes da Estrutura Organizacional da Universidade.

§ 1º - En quanto se processa a transformação de que trata a presente Lei, o Chefe do Poder Executivo nomeará pro tempore o Reitor e o Vice-Reitor.

§ 2º - O reitor nomeará, também pro tempore, os Diretores e Vice-Diretores de Centro, os quais assumirão estas funções, até a aprovação da reforma do Estatuto da Universidade, prevista no artigo 10 desta Lei.

Art. 17 - Em caso de extinção da UCE, os seus bens e direitos passarão a pertencer ao Patrimônio do Estado do Ceará.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 18 de maio de 1979.

MANOEL CASTRO FILHO

Antônio Albuquerque

GOVERNADORIA

IMPRENSA OFICIAL DO CEARÁ — IOCE

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

PLENÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

RESUMO N.º 11

DESPACHOS N.ºS 502 e 549

DIA 1º DE NOVEMBRO DE 1978

Proc. n.º 1536/78 — Petição de José Venâncio Filho, Servente do Quadro de Obras deste Tribunal solicitando sejam fixadas suas férias do ano em curso, para o período de 6.11 a 12.12.78. — Defiro. Prepare-se o expediente.

Proc. n.º 1581/78 — Petição de Francisco Párix da Silva Filho solicitando recontagem de seu tempo de serviço público e consequente elevação de sua progressão horizontal de 15% para 20%. — Sugere o D.A. a juntada deste ao processo n.º 473/76-TC, referente à última contagem de tempo de serviço do suplicante. — Junte-se.

Proc. n.º 1575/78 — Petição da Bel. Maria Aracy Oliveira Melo solicitando sejam fixadas suas férias do exercício de 1977, para o período de 6.11 a 12.12.78. — Defiro. Prepare-se o expediente.

Proc. n.º 1492/78 — Ofício do Presidente da EMATERCE encaminhando a este Tribunal vários documentos daquela Empresa: Parecer e Áta Ordinária do Conselho Fiscal, Relatório Financeiro de 77 e Balanços de outubro de 77 a junho de 78. — Autorizo o desentranhamento.

DIA 3 DE NOVEMBRO DE 1978

Proc. n.º 1617/78 — Empréstimo simples contruído no IPEC pelo Sr. Francisco Lima Martins, no valor de Cr\$ 17.000,00, para amortização em 24 prestações mensais de Cr\$ 1.143,73, a partir de novembro corrente. — Autorizo a abertura.

Proc. n.º 1542/78 — Petição de Maria Messias Vieira Lopes solicitando salário-família, por seus filhos menores: Maria, Eunice e José Messias, filhos do ex-funcionário apresentado neste Tribunal. — Francisco Pereira Barros, falecido a 26.01.76. — Defiro. Adoto-se as provisões necessárias ao atendimento de simpatia.

Proc. n.º 1545/78 — Petição de Maria Lima Silva Coelho solicitando revisão de suas provéncias de aposentadoria. — Sugere a 1a ICE seja solicitado ao Secretário de Agricultura e Abastecimento a devolução do processo n.º 370/76-TC, referente ao Ato Executivo de 03.02.77 que trata da aposentadoria da suplicante. — Proceda-se na forma sugerida na informação retro.

Proc. n.º 687/75 — Processo constante da reforma de Antônio Euclydio do Nascimento, encerrado, por este Tribunal, para instrução do processo n.º 1102/76-TC, referente a um Recurso de Revisão impetrado pelo postulante. — Junte-se.

Proc. n.º 1325/78 — Ofício do IPEC solicitando readjustamento de Cr\$ 63,00 para Cr\$ 89,25, na folha de pagamento do Bel. Carlos Marques de Alcântara, funcionário deste Tribunal, referente a Pecúlio Adicional. — Cod. 606, a partir de setembro de 1978. — Autorizo o desconto. — Junte-se.

DIA 6 DE NOVEMBRO DE 1978

Proc. n.º 1553/78 — Laudo médico do IPEC opinando por uma licença para tratamento de saúde de 60 dias, em prorrogação, em favor do Sr. Manuel Anselmo da Silva, a partir de 18 de outubro do ano em curso. — Concedo a licença. Prepare-se o expediente.

DIA 7 DE NOVEMBRO DE 1978

Proc. n.º 1633/78 — Petição de Tereza Lima de Albuquerque solicitando seja submetida à inspeção médica pelo Serviço Médico do IPEC, para efeito de licença para tratamento de saúde. — Ao IPEC.

Proc. n.º 1543/78 — Ofício de pagamento de Cr\$ 1.602,00, do T.C., em favor de Elevadores Otis S/A, referente ao mês de outubro deste ano. — Autorizo o pagamento.

Proc. n.º 1468/78 — Ofício de pagamento de Cr\$ 2.250,00, do T.C., em favor do Serviço de Entregas e Compras Ltda. — Autorizo o pagamento.

Proc. n.º 1439/78 — Ofício da 1a. ICE comunicando a faltas das funcionárias Maria Salomé Cândido Furtado e Tereza Maria Leitão, naquele Instituto, estas escusadas para os períodos de 6.11 a 5.12.78 e 1.20.12.78, respectivamente. — Solicita, no entanto, sejam outras férias ressalvadas para acento, gozadas em outra oportunidade. — Atendo à solicitação do Diretor da 1a. ICE. Prepare-se o necessário expediente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº 720/79, da Secretaria de Administração, RESOLVE com fundamento no art. 1º, item IV, do Decreto nº 13.170, de 21 de março de 1979, por díreção do Ministério da Justiça, até

POR, 21/79 — O Presidente da Imprensa Oficial do Ceará — IOCE, no uso de suas atribuições. Resolução suspender, por 72 (setenta e duas) horas o servidor JOSE IVAN GONÇALVES, ocupante do emprego de Auxiliar de Bio-

15 de março de 1983, SÍLVIA MARIA MARTINS, Professora (Ensino do 1º Grau), lotada na Secretaria de Educação, sem prejuízo dos seus vencimentos e demais vantagens. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 18 de maio de 1979. MANOEL CASTRO FILHO.

cador, símbolo AOF-1, por incorrer em falta enquadrada na alínea b do art. 482 da CLT. Regresse-se, publique-se e cumpra-se. Imprensa Oficial do Ceará, em 18 de maio de 1979. José de Andrade Gomes Barreira, Presidente.

Dr. Francisco Edson Cavalcante Pinheiro — Presidente

Dr. Celso Amorim Coelho Albuquerque — Vice-Presidente

Dr. Odilon Andrade Filho

Dr. José Luciano Gomes Barreira

Dr. Stênio Dantas de Araújo

Dr. Epitácio Batista de Lucena

Dr. Reimundo Ezequiel Pontes

DIA 8 DE NOVEMBRO DE 1978

Proc. n.º 1623/78 — Petição de Maria Iza de Vasconcelos Severino solicitando seja submetida à inspeção médica pelo IPEC, para efeito de licença para tratamento de saúde. — Ao IPEC.

Proc. n.º 1448/78 — Petição de Francisco Bento de Menezes, Motorista do Quadro de Obras deste Tribunal, solicitando sejam fixadas suas férias do corrente exercício para o período de 18.12.78 a 16.01.79. — Defiro. Prepare-se o expediente.

Proc. n.º 1574/78 — Ofício da FADEC encaminhando 5 Prestações de Contas das Federações do Amadorista e Balançete do mês de junho de 1978. — Autorizo o desentranhamento.

DIA 10 DE NOVEMBRO DE 1978

Proc. n.º 1550/78 — Petição do Bel. Eduardo Humberto Fontes solicitando sejam fixadas suas férias do exercício de 1978, para o período de 4.12.78 a 2.1.1979. — Defiro. Prepare-se o expediente.

Proc. n.º 1518/78 — Ofício da Secretaria da Fazenda remetendo demonstrativo das despesas empenhadas pela mesma, durante os meses de julho a setembro deste ano. — Arquive-se, de acordo com a sugestão retro.

DIA 13 DE NOVEMBRO DE 1978

Proc. n.º 1619/78 — Ordem de pagamento de Cr\$ 1.850,00 do T.C., em favor de Madeira Norte-Sul Indústria e Comércio Ltda. — Autorizo o pagamento.

Proc. n.º 1621/78 — Ordem de pagamento de Cr\$ 3.000,00 do T.C., em favor da Organização Comercial Batista Moreno Ltda. — Autorizo o pagamento.

Proc. n.º 1625/78 — Ordem de pagamento de Cr\$ 952,00, do T.C., em favor de Evandro Vasconcelos & Cia. — Autorizo o pagamento.

Proc. n.º 1622/78 — Ordem de pagamento de Cr\$ 12.600,00, do T.C., em favor de Forpetróleo — Fortaleza Distribuidora de Petróleo Ltda. — Autorizo o pagamento.

DIA 16 DE NOVEMBRO DE 1978

Proc. n.º 1659/78 — Petição de Rocilda de Araújo Costa de Alcântara solicitando um mês de licença especial a que tem direito, relativa ao decênio 1964-1974, para fruição a partir de 16.11.78. — Defiro. Prepare-se o expediente.

Proc. n.º 1637/78 — Ofício do IPEC remetendo laudo médico opinando por uma licença para tratamento de saúde de 10 dias em favor do José de Andrade Gomes Barreira, a partir de 03.11.78. — Concedo a licença. Prepare-se o expediente.

Proc. n.º 1682/78 — Petição de Meikha de Araújo Borba, solicitando sejam fixadas suas férias do exercício de 1977 para o período de 04.12.78 a 02.01.79. — Defiro. Prepare-se o expediente.

Proc. n.º 1716/78 — Petição do Conselheiro Francisco Edson Cavalcante Pinheiro solicitando recontagem de seu tempo de serviço público e consequentemente concessão da gratificação especial de 40%, por 40 anos de serviço. — Sugere o D.A. a juntada deste ao processo n.º 729/78, relativo à última contagem de tempo de serviço do suplicante Junte-se.

Proc. n.º 1662/78 — Ofício do Diretor da 1a. ICE comunicando que as férias da Bel. Maria Madalena Azevedo de Paula Pessoa estão fixadas para o período de 01.12 a 30.12.78, ao mesmo tempo em que solicita que as mesmas sejam ressalvadas para serem fruídas em outra oportunidade. — Atendo à solicitação da 1a. ICE. Prepare-se o expediente.

Proc. n.º 1700/78 — Ofício do IPEC remetendo laudo médico opinando por uma licença de 45 dias, em prorrogação, em favor de Francisco Mamedes de Sousa, a partir de 04.11.78. — Concedo a prorrogação.

Proc. n.º 1645/78 — Ofício de pagamento de Cr\$ 2.250,00, do T.C., em favor de Serviços de Entregas e Compras Ltda., referente ao mês de novembro deste ano. — Autorizo o pagamento.

Proc. n.º 1702/78 — Ofício de pagamento de Cr\$ 2.383,00 do T.C., em favor da CAGECE, referente ao mês de outubro deste ano. — Autorizo o pagamento.

Proc. n.º 1712/78 — Ofício de pagamento de Cr\$ 3.150,00, do T.C., em favor de J. G. de Moura. — Autorizo o pagamento.

Proc. n.º 1676/78 — Ofício de pagamento de Cr\$ 2.874,32, do T.C., em favor da COELCE, referente ao mês de outubro deste ano.

Proc. n.º 1689/78 — Ofício da Secretaria de Administração da Secretaria Geral do Tribunal de Contas do Ceará, em Fortaleza, 14 de dezembro de 1978. Dagnat Lima Pukoto, Chefe do Serviço de Execuções. Conferir: Celso Brasil Gólio — Diretor do Departamento. Visto: Hilário Perdigão de Vasconcelos — Secretário.

Anexo 4 – Lei 10264, 22 de maio de 1979

DIÁRIO OFICIAL (Estado do Ceará - Brasil)
N.º 12.888 (Parte I)
FORTALEZA, Quinta-Feira, 24 de maio de 1979

21

Art. 2º – A área do imóvel a que se refere o artigo anterior, destina-se ao prolongamento e construção da estrada municipal que liga os sítios: Tragá, Varco e Quitéria à rodovia Federal – BR-116, para melhor escoamento da produção agrícola daquela região.

Art. 3º – Fica o Prefeito Municipal de Ipaumirim, autorizado a promover e executar, mediante acordo ou judicialmente, a desapropriação de que trata este Decreto, devendo as despesas correr a conta dos recursos próprios da Prefeitura.

Art. 4º – A desapropriação a que se refere este Decreto é considerada de urgência nos termos da legislação que trata da matéria – Decreto nº 3.365, de 21/05/41.

Art. 5º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Ipaumirim, em 30 de abril de 1979.

Justificativa de leitura
José Fernandes de Sousa

Prefeito Municipal.

NR 22116 – A-I



ESTADO DO CEARÁ

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALCÂNTARAS**

LEI N. 184/79

Dá nova estrutura aos anexos I, II, III, IV, V e VI de Lei n. 179, de 05 de maio de 1978 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alcântaras, Estado do Ceará, Faz saber que a Câmara Municipal decretou e eu, Prefeito, promulgo e sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reestruturar os anexos números I, II, III, IV, V e VI da Lei n. 179, de 05 de maio de 1978, os quais serão alterados no que se refere aos salários e vantagens com um aumento de 45% (quarenta e cinco por cento) que passarão a ter as discriminações constantes nos anexos da presente lei.

Art. 2º – Consequentemente o Chefe do Poder Executivo deverá elaborar os quadros disciplinando os aumentos dos vencimentos e vantagens para cada nível salarial de acordo com a lei em vigor.

Art. 3º – Os efeitos dos novos índices salariais retrogram a 1º de maio de 1979. Fica revogada a lei n. 179, de 05 de maio de 1978.

Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Alcântaras, 18 de maio de 1979.

José Cunha Freire
Prefeito Municipal

NR – 22.132 – A-I

★ ★

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARAS

DECRETO N. 02/79

Resposta os Valores das Diárias que Indica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alcântaras, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 63, Índice III de Lei n. 8.467, de 04 de junho de 1971,

DECRETA:

Art. 1º – Os valores das diárias a serem pagas ao Prefeito Municipal, Secretários, Contador, Diretores, Assessores e outros servidores, obedecendo a seguinte Tabela:

I – Prefeito Municipal em exercício Cr\$ 800,00
II – Secretário, Contador, Diretores e Assessores Cr\$ 600,00
III – Outros Servidores Cr\$ 250,00

Art. 2º – O disposto no art. anterior e seus incisos, serão utilizados, mediante Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo, que incluise estabelecer a quantia de diárias, os respectivos valores e a quem se destina, bem assim o percurso e atribuições, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal, podendo ser dobradas quando se tratar de viagem para fora do Estado do Ceará, ou ser redobrada em até 50% quando se tratar de viagem para cidades do interior do Estado do Ceará.

Art. 3º – As despesas com os pagamentos das diárias a serem concedidas, correrão à conta da Despesa Orçamentária própria de cada órgão, a serviços do qual viagem o Servidor, ou Chefe do Poder Executivo, fios revogado o Decreto n. 02, de 12 de junho de 1978.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Alcântaras, 02 de maio de 1979.

José Cunha Freire
Prefeito Municipal

NR 22.133 – A-I

**EDITAIS
E AVISOS**



Companhia Industrial
de Tianguá - CITIA

COC n.º 07.899.123/0002-36 – Pátria: Tianguá-Ce.
COC n.º 07.899.123/0001-55 – Esc: Fortaleza-Ce

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os senhores acionistas da COMPANHIA INDUSTRIAL DE TIANGUÁ – CITIA, para as reuniões em Assembleia Geral Ordinária a reuniões às 14 horas do dia 28 de junho de 1979, na sede social à Rua Carlos Cunha, n.º 1016, nesta Capital, a fim de examinarem e votarem as contas relativas aos exercícios encerrados em 30/09/78 e 31.12.78.

Porto Alegre, 22 de maio de 1979

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Assinatura legível)
(Pluma recomendação)

NR 13413 – A

PODER EXECUTIVO

LEI N. 10.264, DE 22 DE MAIO DE 1979

Autoriza a criação da Fundação de Teleeducação do Estado do Ceará – FUNTELC – e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Faz saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação de Teleeducação do Estado do Ceará – FUNTELC, com personalidade jurídica de direito privado, sede e foro na cidade de Fortaleza, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e duração indeterminada.

Parágrafo Único – A FUNTELC, que incorporará a Televisão Educativa – TVE, regerá-se pelas normas de direito civil aplicáveis às Fundações, por esta lei, pelo respectivo Estatuto e legislação que lhe for pertinente.

Art. 2º – A FUNTELC terá como objetivos principais:

I – programar e executar, pela Televisão e/ou Rádio, ensino sistemático ao nível de 1º e 2º Graus;

II – patrocinar atividades exigidas pela política de desenvolvimento econômico-sócio-cultural do Estado do Ceará, observada a legislação vigente;

III – programar e executar cursos supletivos de alfabetização, de 1º e 2º Graus e profissionalizante de nível médio;

IV – executar outras atividades correlatas incluídas na política educacional, cultural e de comunicação social do Governo;

V – firmar convênios com órgãos e entidades públicas ou privadas, objetivando a plena realização de suas fins.

Art. 3º – O patrimônio da FUNTELC será constituído:

I – pelos bens ora pertencentes à Televisão Educativa do Ceará – TVE;

II – pelos bens que integram os Cursos Supletivos de Secretaria de Educação;

III – por doações consignadas no orçamento do Estado;

IV – por crédito autorizado no orçamento do Estado ou leis especiais;

V – por transferências decorrentes de convênios, acordos e contratos;

VI – por subvenções, doações e auxílios oriundos de organismos públicos e privados;

VII – por saldos de exercícios financeiros anteriores;

VIII – por outras receitas eventuais.

Art. 4º – A FUNTELC contará com um Conselho Diretor e um Conselho Curador, o primeiro presidido pelo Superintendente.

Parágrafo Único – Ao Conselho Curador caberão as funções de controle interno de administração financeira e orçamentária.

Art. 5º – A administração da FUNTELC será constituída por um Superintendente, um Diretor de Programação Pedagógica, um Diretor de Produção, um Diretor Financeiro, um Diretor Administrativo e um Diretor de Engenharia.

Art. 6º – Repeitado o disposto nos artigos 4º e 5º, desta lei, o Estatuto da Fundação.

I – A composição e competência dos Conselhos Diretor e Curador e a duração dos mandatos dos respectivos Conselheiros, todos de livre nomeação do Governador do Estado;

II – a competência, estrutura organizacional e funcionamento de FUNTELC.

Parágrafo Único – O Chefe do Poder Executivo designará o representante do Estado para os atos constitutivos da FUNTELC, com atribuição para elaborar, igualmente, o Estatuto da Fundação.

Art. 7º – A FUNTELC vincular-se-á à Secretaria de Educação e deverá ser representada, em Juiz ou foral dele, pelo seu Superintendente, ou por quem deste receber delegação.

Art. 8º – Os atuais servidores da Televisão Educativa – TVE, sem alteração de sua situação funcional, passarão a servir à FUNTELC.

§ 1º – Serão transferidos à FUNTELC todos os servidores e recursos financeiros pertencentes ou destinados à Televisão Educativa – TVE.

§ 2º – Enquanto não for definitivamente instalada a FUNTELC e elaborado o respectivo quadro de pessoal, que deverá ser aprovado por Decreto, a Televisão Educativa – TVE, permanecerá funcionando com sua atual estrutura organizacional.

Art. 9º. - Aos servidores da FUNTELC, aplica-se o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 10. - Atendidas as necessidades do serviço, os cargos em comissão e os servidores da Televisão Educativa - TVE - serão redistribuídos entre os diversos setores da FUNTELC.

Art. 11. - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, adicional ao vigente Orçamento do Estado, o crédito especial de Cr\$ 800.000,00 (OITOCENTOS MIL CRUZEIROS), destinado às despesas com a implantação e manutenção da FUNTELC.

Art. 12. - O crédito de que trata o artigo anterior será coberto, com recursos da Reserva de Contingência, consignados no atual Orçamento do Estado e discriminados pelos respectivos decretos de abertura, podendo ser suplementado em caso de insuficiência.

Art. 13. - Os recursos financeiros da FUNTELC serão, obrigatoriamente, depositados no Banco do Estado do Ceará S. A. - BEC.

Art. 14. - Em caso de extinção da FUNTELC, seus bens e direitos passarão a integrar o patrimônio do Estado.

Art. 15. - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a baixar os Decretos que se fizerem necessários à execução desta lei, que entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 22 de maio de 1979.

VIRGÍLIO TAVORA

Ozias Monteiro

Antônio Albuquerque.

★ ★ ★

DECRETO No. 13.250, DE 23 DE MAIO DE 1979.

Dispõe sobre a movimentação do pessoal que indica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 74, item III, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º. - Toda e qualquer movimentação de pessoal, inclusive substituições e mudanças de turno de trabalho, quer de professores ou de servidores administrativos, no âmbito da Secretaria de Educação, só poderá ocorrer através de ato do Titular da referida Pasta.

Parágrafo único. - Quando se fizer necessária movimentação de pessoal, os titulares das Delegacias de Ensino ou Diretores de Departamento farão as respectivas indicações ao Secretário de Educação, que, se julgar conveniente, adotará as providências cabíveis.

Art. 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 23 de maio de 1979.

VIRGÍLIO TAVORA

Antônio Albuquerque.

★ ★ ★

DECRETO No. 13.252, DE 23 DE MAIO DE 1979

Transforma a Fundação Educacional do Estado do Ceará - FUNEDUCE - em Fundação Universidade Estadual do Ceará - UECE - e baixa o respectivo Estatuto.

DECRETA

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 74 - item III - da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto na Lei n. 10.262, de 18 de maio de 1979,

Art. 1º. Fica transformada a Fundação Educacional do Estado do Ceará - FUNEDUCE, em Fundação Universidade Estadual do Ceará - UECE, vinculada à Secretaria de Educação do Estado, na forma de mencionada Lei n. 10.262, de 18 de maio de 1979.

Art. 2º. A UECE reger-se-á pelo Estatuto que com este baixa, resultante da transformação ora efetivada.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 23 de maio de 1979.

VIRGÍLIO TAVORA

Antônio Albuquerque.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE

ESTATUTO, a que se refere o art. 2º, do Decreto n. 13.252, de 23 de maio de 1979.

CAPÍTULO I

DA FUNDAÇÃO E SEUS OBJETIVOS

Art. 1º. A Fundação Universidade Estadual do Ceará - UECE, instituída sob a denominação de Fundação Educacional do Estado do Ceará, pelo Decreto n. 10.641, de 28 de dezembro de 1973, baixado com fundamento na Lei n. 9.753, de 18 de outubro de 1973, e que passou a ter a presente denominação por força do Decreto n. 13.252, de 23 de maio de 1979, baixado com fundamento na Lei n. 10.262, de 26 de maio de 1979, é uma entidade autônoma, administrativa e financeiramente, com personalidade jurídica de direito privado, de duração por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, e reger-se-á pelo presente Estatuto e a legislação pertinente.

Art. 2º. A Fundação vincular-se-á funcionalmente à Secretaria de Educação do Estado.

Art. 3º. A Fundação terá por objetivo manter a Universidade Estadual do Ceará, instituição de ensino superior, de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural, na forma do que dispõem o seu Estatuto e Regimento Geral.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS DA FUNDAÇÃO

Art. 4º. São órgãos administrativos da Fundação:

I - Conselho Diretor;

II - Presidente.

Art. 5º. O Conselho Diretor - C.D., é o órgão supremo da Fundação.

Art. 6º. O Presidente da UECE, que será também o Reitor da Universidade, exercerá as atribuições executivas da instituição.

Art. 7º. O Conselho Diretor será composto pelo Reitor da Universidade, que será seu Presidente, pelo Vice-Reitor - como membro nativo - e por 4 (quatro) membros efetivos e 2 (dois) suplentes.

Art. 8º. Os membros do Conselho Diretor exercerão o mandato por 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 9º. A renovação dos membros do Conselho Diretor se fará por escolha e nomeação do Governador do Estado, entre os nomes constantes da lista tríplice apresentada pelo próprio Conselho.

Art. 10. O mandato dos membros do Conselho Diretor será considerado extinto, antes do término, nos seguintes casos:

- a) morte;
- b) renúncia;
- c) ausência a 3 (três) sessões consecutivas, sem motivo justificado;
- d) procedimento incompatível com a dignidade de função;
- e) condenação por crime comum ou de responsabilidade.

Art. 11. O Conselho Diretor, que deliberará com a maioria de seus membros, reunir-se-á:

I - ordinariamente, uma vez por semestre;

II - extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou pela metade dos seus membros.

Art. 12. Os suplentes participarão das reuniões do C.D., mas só terão direito a voto na falta dos membros efetivos.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

Art. 13. Compete ao Conselho Diretor:

- I - elaborar e aprovar seu regimento;
- II - aprovar os planos que visem ao desenvolvimento da Universidade;
- III - deliberar sobre a administração dos bens da Fundação, promover-lhes o incremento e aprovar a aplicação de recursos e a realização de operações de crédito;
- IV - aprovar a celebração de convênios ou acordos com entidades públicas e privadas que importem compromisso para a Fundação;
- V - decidir sobre a aceitação de doações e subvenções de qualquer natureza;
- VI - examinar e julgar, no primeiro trimestre de cada ano, o Relatório Anual de atividades da Fundação e da Universidade e respectivas prestações de contas, referentes ao exercício anterior;
- VII - aprovar, no segundo semestre de cada ano, o orçamento para o exercício seguinte;
- VIII - autorizar despesas extraordinárias ou suplementares justificadas pelo Presidente;
- IX - julgar os recursos que forem interpostos pelos órgãos colegiados contra decisões do Reitor ou de qualquer órgão colegiado de Universidade;
- X - propor ao Poder Executivo Estadual a reforma do presente Estatuto, observado o disposto no art. 2º do presente Estatuto;
- XI - fixar o valor dos salários e juros;
- XII - decidir, pela maioria absoluta de seus membros, sobre vetos do Presidente, apostos a resolução do próprio Conselho;
- XIII - resolver sobre os casos omissos. -

Art. 14. Compete ao Presidente da Fundação:

- I - representar a Fundação e a Universidade em juízo e fora dele e em suas relações com os Poderes do Estado;
- II - convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor;
- III - velar pela observância das disposições legais e estatutárias e dar execução às resoluções do Conselho Diretor;
- IV - superintender a administração da Fundação;
- V - diligenciar a boa marcha dos trabalhos da Fundação e zelar pela regularidade e aperfeiçoamento dos seus serviços;
- VI - apresentar ao Conselho Diretor, no primeiro trimestre de cada ano, a prestação de contas da gestão do ano anterior;
- VII - admitir e dispensar servidores;
- VIII - exercer o poder disciplinar;
- IX - exercer o direito de voto sobre resoluções do Conselho Diretor.